



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ESTILOS PARENTAIS PERCEBIDOS PELOS ADOLESCENTES

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da
Saúde

KARINA FORMIGA LUÍS

Faro
2011



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ESTILOS PARENTAIS PERCEBIDOS PELOS ADOLESCENTES

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da
Saúde

KARINA FORMIGA LUÍS

Orientadora: Professora Doutora Cristina Nunes

Faro

2011

Para os meus pais,

Sem os quais eu não estaria aqui....

O meu pai revista-nos sempre à noite.

*Examina os nossos cadernos, e pergunta-nos o que fizemos durante o dia, onde
estivemos. Todavia, não me aborreço com isso porque ele interessa-se por nós.*

[citação de adolescente de 15 anos (retirada de Sprinthall & Collins, 2003, p.299)]

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação de mestrado só foi possível com a colaboração e a disponibilidade de todo um conjunto de pessoas, que de uma forma mais ou menos directa, me apoiou ao longo deste percurso. Por isso, com estas poucas, mas sinceras palavras, quero agradecer a todas essas pessoas.

Destaco a colaboração e acessibilidade da minha orientadora, Prof^ª. Doutora Cristina Nunes, que sempre ofereceu a sua ajuda e me acompanhou neste trabalho, mostrando-se sempre disponível e preocupada. Agradeço também à Prof^ª. Doutora Ida Lemos pela constante preocupação e disponibilidade. À Professora Bárbara Lorence pelas sugestões estatísticas dadas.

Um muito obrigada, também, aos Presidentes de Direcções e Conselhos Executivos e Professores das escolas que participaram neste estudo, pela disponibilidade e compreensão demonstradas.

Os meus agradecimentos mais sinceros a todos os adolescentes que aceitaram, de bom grado, participar nesta investigação.

Às minhas companheiras de casa: Ana, Elsa, Marisa e Bernadette pelo apoio, por todas as palavras de aviso e de encorajamento, por toda a disponibilidade e amizade que me demonstraram, ao longo de toda esta caminhada... À minha grande amiga Kamy, um muito obrigada pelo apoio prestado na realização deste estudo, pelos momentos vividos de dúvida e incerteza, pelos momentos de partilha e companheirismo, pela indispensável ajuda ao longo da realização desta dissertação. À Ana Sousa, pela ajuda fundamental na recolha dos questionários e na análise dos dados.

Quero salientar e agradecer todo o apoio psicológico e financeiro dos meus pais, bem como às minhas avós e à minha irmã, que sempre me apoiaram e fizeram tudo o que estava ao seu alcance para me ajudarem a ser o que sou hoje, pois sempre acreditaram que era capaz, dando-me uma força incondicional nas alturas menos fáceis.

Aos meus amigos da aldeia, que estavam sempre dispostos a ouvir as minhas histórias na UAlg. e sempre me encorajaram quando precisava de um esforço para continuar. Muito Obrigada. Como alguém diria, "podemos mesmo estar longe, mas estaremos sempre perto uns dos outros...".

Por último, mas não menos importantes, quero dedicar um agradecimento muito especial às minhas grandes companheiras e amigas Fefés, pela preocupação, pelas palavras de encorajamento e motivação ao longo desta etapa, dando-me força, alento e amizade para continuar. Muito Obrigada! Afinal, “o que se aprende em Tuna não vem nos livros!”

E a todos os que de certa forma contribuíram para o meu sucesso, dos quais eu me possa ter esquecido...

Muito Obrigada!

Resumo

A família é o principal contexto de socialização do indivíduo e de extrema importância para o seu desenvolvimento.

No presente estudo, pretendemos realizar a validação da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29) de Musitu e García (2001, 2004a), descrever e caracterizar a percepção que uma amostra de adolescentes portugueses têm dos estilos parentais. Para isso, num primeiro momento, aplicámos um questionário de dados sócio-demográficos e familiares (QDSDF, Nunes, Lemos & Valadas, 2008) e a ESPA29 a um grupo de 849 adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, que frequentassem o 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário de escolas do Alentejo e do Algarve.

Para calcular a estabilidade temporal e validade de constructo da ESPA29, utilizámos o método de teste-reteste a 68 sujeitos de uma escola, bem como a análise factorial exploratória. Os resultados obtidos nesta investigação foram consistentes com os obtidos na versão original do instrumento e apontaram para a existência de uma estrutura bidimensional na escala. A versão portuguesa da ESPA29 apresentou boas características psicométricas para a sua validação, com elevados níveis de consistência interna e estabilidade temporal bastante satisfatórias em todas as sub-escalas. Estes resultados sugerem-nos que este instrumento é relativamente fiável para aplicar em adolescentes portugueses.

Com este estudo, pretendemos contribuir para aprofundar a análise da percepção que os adolescentes têm sobre os estilos de socialização dos seus pais, e para a prática de técnicos, proporcionando-lhes suporte teórico para uma intervenção mais eficaz com famílias e escolas.

Palavras-Chave: adolescência, dimensão, Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência, ESPA29, estilos parentais, família, percepção, relacional, socialização, tipologia, estudo de validação.

Abstract

The family is the main context of socialization of the individual and of extreme importance for their development.

In this study, we attempted to make the validation of the *Scale of Parental Socialization Styles in Adolescence* (ESPA29) created by Musitu and Garcia (2001, 2004a), to describe and characterize the perception that a sample of Portuguese adolescents have of parenting styles. In a first moment, we used a *Socio-Demographic and Familiar Questionnaire* (QDSDF, Nunes, Lemos & Valadas, 2008) and ESPA29 in a group of 849 adolescents from both genders, aged between 10 and 18 years, attending the 2nd and 3rd cycles of basic education and secondary education schools in Alentejo and Algarve.

To measure the temporal stability and the construct validity of ESPA29, we used the test-retest method in 68 subjects of a school, as well as an exploratory factor analysis. The results were consistent with those obtained in the original instrument and pointed to the existence of a two-dimensional structure on the scale. The Portuguese version of ESPA29 has good psychometric properties to be validated, with high levels of internal consistency and temporal stability quite satisfactory for all subscales. These results suggest us that this is a relatively reliable instrument to apply in Portuguese adolescents.

In this study, we want to contribute to analyse deeply the perception that adolescents have about the socialization styles of their parents, and for practicing engineers, providing them with theoretical support for more effective intervention in families and schools.

Keywords: adolescence, dimension, Parental Socialization Styles Scale, ESPA29, parenting styles, family, perception, relational, socialization, typology, validation study.

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. A família como contexto de socialização	5
1.1.1. Conceito de e funções actuais da família	5
1.1.2. Socialização e relações familiares durante a adolescência.....	8
1.2. Modelos Teóricos e Estilos de Socialização Parental	10
1.2.1. Abordagem Comportamentalista/Behaviorista	11
1.2.2. Abordagem Psicanalítica	11
1.2.3. Modelo da Aprendizagem Social	12
1.2.4. Abordagem Configuracional ou Tipológica de Baumrind	13
1.2.5. A Reformulação de Maccoby e Martin (1983)	16
1.2.6. Modelo Relacional/Bidimensional e Tipológico	17
1.2.6.1. Os Dois Eixos de Socialização Parental (Abordagem Dimensional)	19
1.2.6.2. As Tipologias de Socialização Parental (Abordagem Tipológica).....	27
1.2.7. Instrumentos para caracterizar os Estilos Educativos Parentais	30
1.3. Efeitos das Dimensões e Estilos de Socialização Parental no desenvolvimento dos adolescentes	33
CAPÍTULO II – OBJECTIVOS	45
2.1. Objectivos gerais	45
2.2. Objectivos específicos	46
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	47
3.1. Tipo de estudo	47
3.2. Amostra	47
3.2.1. Técnica de Amostragem	48
3.2.2. Caracterização Geral da Amostra.....	48

3.3. Instrumentos.....	54
3.3.1. Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares (QDSDF).....	55
3.3.2. <i>Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (ESPA29)</i>	55
3.4. Procedimentos	62
3.4.1. Procedimentos de Recolha de Dados.....	62
3.4.2. Procedimentos de Análise e Tratamento de Dados	64
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	70
4.1. Estudo das características psicométricas da ESPA29 no estudo 1 (Teste).....	70
4.1.1. Análise da consistência interna do estudo 1 (Teste)	71
4.1.2. Análise Factorial da ESPA29 no estudo 1 (Teste).....	73
4.2. Estudo das características psicométricas da ESPA29 no estudo 2 (Reteste)	80
4.2.1. Análise da consistência interna e estabilidade temporal do estudo 2 (Reteste).....	80
4.3. Estudo das diferenças entre a mãe e o pai.....	85
4.4. Estudo das diferenças em função da Idade e do Sexo	91
4.4.1. Diferenças em função dos Grupos de Idade.....	94
4.4.2. Diferenças entre raparigas e rapazes	99
4.5. Estudo das Tipologias de Socialização Parental	104
4.5.1. Caracterização da Mãe e do Pai	105
4.5.2. Caracterização em função da Idade.....	106
4.5.3. Caracterização em função do Sexo.....	108
4.5.4. Caracterização em função da Idade e do Sexo	109
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO.....	111
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	129
CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

Índice de Tabelas

Tabela 1. Relação entre os Estilos de Socialização Parentais e a adaptação psicossocial dos adolescentes.	42
Tabela 2. Distribuição da amostra inicial do Estudo 1 (Teste) por sexo, idade e ano de escolaridade que frequenta.....	50
Tabela 3. Distribuição da amostra final do Estudo 1 (Teste) por sexo, idade e ano de escolaridade que frequenta.....	52
Tabela 4. Caracterização de Mães e Pais do Estudo 1.	54
Tabela 5. Saturações factoriais das sub-escalas dos dois pais e consistência interna na versão original da ESPA29 (n=3030).	58
Tabela 6. Saturações factoriais das escalas de socialização de cada pai na versão original da ESPA29 (n=3030).	59
Tabela 7. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão) dos dois pais e consistência interna (alfa de <i>Cronbach</i>) das sub-escalas dos dois pais no estudo 1.	72
Tabela 8. Saturações factoriais, comunalidades e consistência interna das sub-escalas dos dois pais e consistência interna no estudo 1.	74
Tabela 9. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão) e consistência interna (alfa de <i>Cronbach</i>) das sub-escalas de socialização de cada pai no estudo 1.	76
Tabela 10. Saturações factoriais, comunalidades e consistência interna das sub-escalas de socialização de cada pai no estudo 1.	77
Tabela 11. Consistência interna da ESPA29 (n=68) no teste-reteste.	81
Tabela 12. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão), correlação de Pearson e estabilidade temporal da ESPA29 (n=68).	84
Tabela 13. Diferenças entre a mãe e o pai na aceitação/implicação e coerção/imposição (Média e Desvio Padrão) da versão portuguesa da ESPA29 (n=752).	86
Tabela 14. Estatísticas descritivas (Média e Desvio Padrão) e diferenças entre a mãe e o pai nas sub-escalas e na aceitação/implicação e na coerção/imposição percebidas pela filha (n=434) e o filho (n=318) (n=752).	89
Tabela 15. MANOVA Factorial 2x2 entre grupos de idade e sexo com as duas dimensões e todas as sub-escalas.	91

Tabela 16. Distribuição da média e desvio padrão por grupos de idade e sexo (n=752).	93
Tabela 17. ANOVAs Factoriais 2x2 (modelo aditivo) entre grupos de idade e sexo com as 2 dimensões principais e todas as sub-escalas (n=777/824).....	94
Tabela 18. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, para mães e pais.	106
Tabela 19. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função dos grupos de idade.	107
Tabela 20. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função do sexo.....	108
Tabela 21. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função dos grupos de idade e de sexo.....	109
Tabela 22. Saturações factoriais das sub-escalas dos dois pais e consistência interna no presente estudo (n=752) e na versão original da ESPA29 (n=3030).	112
Tabela 23. Saturações factoriais das sub-escalas de cada pai e consistência interna no presente estudo (n=777/824) e na versão original da ESPA29 (n=3030).	114
Tabela 24. MANOVA Factorial 2x2 entre sexo e grupos de idade com as 2 dimensões e todas as sub-escalas da versão portuguesa, em comparação com a MANOVA factorial 2x4 da versão original da ESPA29.....	120
Tabela 25. ANOVAs Factoriais 2x2 (modelo aditivo) entre grupos de idade e sexo com as 2 dimensões principais e todas as sub-escalas (n=777/824). Comparação com os resultados obtidos na amostra espanhola (n=3030).	123

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo Bidimensional de Socialização e Tipologias.	29
Figura 2. Modelo Bidimensional de Socialização e saturações factoriais de Musitu e García (2001, 2004a).	60
Figura 3. Representação dos estilos de socialização parentais.	69
Figura 4. <i>Scree Plot</i> com os factores da ESPA29.	75
Figura 5. Modelo Bidimensional de Socialização e Saturações Factoriais.	79
Figura 6. Médias na Aceitação/Implicação percebida na Mãe e no Pai.	87
Figura 7. Médias na Coerção/Imposição percebida na Mãe e no Pai.	87
Figura 8. Médias na Aceitação/Implicação por Grupos de Idade.	96
Figura 9. Médias na Coerção/Imposição por Grupos de Idade.	98
Figura 10. Médias na Aceitação/Implicação por Sexo.	101
Figura 11. Médias na Coerção/Imposição por Sexo.	103

Índice de Anexos

- Anexo A** – Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares (QDSDF) – Versão do Estudo 1.
- Anexo B** – Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares (QDSDF) – Versão do Estudo 2.
- Anexo C1** – *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29).
- Anexo C2** – Reformulação das Instruções da ESPA29.
- Anexo D** – Autorização de Musitu e García para realizar a tradução e validação da ESPA29.
- Anexo E** – Pedido de Autorização da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) para realizar a investigação.
- Anexo F** – Pedido de autorização para os Conselhos Executivos e Direcções das escolas
- Anexo G** – Pedido de autorização para os pais/encarregados de educação.
- Anexo H** – Consentimento Informado.
- Anexo I** – Distribuição/descrição das possibilidades de resposta da ESPA29 (código do item, sub-escala, dimensão a que pertencem).
- Anexo J1** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna das sub-escalas da Mãe (estudo 1 – n=824).
- Anexo J2** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna das sub-escalas do Pai (estudo 1 – n=777).
- Anexo K1** – Análise Factorial de Componentes Principais com Rotação Oblimin dos dois pais em conjunto.
- Anexo K2** – Análise Factorial de Componentes Principais com Rotação Oblimin da Mãe e do Pai (calculadas separadamente).
- Anexo L1** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna da Mãe no Teste (estudo 1 – n=68).
- Anexo L2** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna do Pai no Teste (estudo 1 – n=61).

- Anexo M1** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna da Mãe no Reteste (estudo 2 – n=68).
- Anexo M2** – Estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e dados relativos à análise da consistência interna do Pai no Reteste (estudo 2 – n=61).
- Anexo N** – Coeficiente de Correlação de Pearson entre os dois momentos de estudo (Teste e Reteste).
- Anexo O** – Coeficientes de Correlação de Pearson entre as dimensões e as sub-escalas de Mãe e de Pai percebidas pelos adolescentes.
- Anexo P1** – Coeficientes de Correlação de Pearson entre as dimensões e as sub-escalas de Mãe e Pai percebidas pelas Filhas (n=434).
- Anexo P2** – Coeficientes de Correlação de Pearson entre as dimensões e as sub-escalas de Mãe e Pai percebidas pelos Filhos (n=318).
- Anexo Q1** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis da Mãe. Raparigas com 10-14 anos.
- Anexo Q2** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis do Pai. Raparigas com 10-14 anos.
- Anexo Q3** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis da Mãe. Rapazes com 10-14 anos.
- Anexo Q4** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis do Pai. Rapazes com 10-14 anos.
- Anexo Q5** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis da Mãe. Raparigas com 15-18 anos.
- Anexo Q6** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis do Pai. Raparigas com 15-18 anos.
- Anexo Q7** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis da Mãe. Rapazes com 15-18 anos.
- Anexo Q8** – Tabela de Pontuações Directas e Percentis do Pai. Rapazes com 15-18 anos.
- Anexo R** – Estatísticas descritivas (Média e Desvio Padrão) e diferenças entre a Mãe e o Pai na aceitação/implicação e coerção/imposição na versão portuguesa (n=752) e na versão espanhola da ESPA29 (n=3030).

Anexo S – Estatísticas descritivas (Média e Desvio Padrão) e diferenças entre a mãe e o pai nas sub-escalas e na aceitação/implicação e na coerção/imposição percebidas pela Filha e o Filho na amostra portuguesa (n=752) e na amostra espanhola (n=3030).

Anexo T – Distribuição da Média e Desvio Padrão por grupos de idade e sexo da versão original da ESPA29.

Introdução

O estudo científico da adolescência iniciou-se com Stanley Hall (1904, cit. in Sprinthall & Collins, 2003), no início do século XX, que a definiu como um período psicossociológico e cultural que coincide mais ou menos com a puberdade e se estende sensivelmente desde os 12-13 anos até aos 18-20 anos. Assim, a adolescência constituiria uma fase de transição na qual já não se é criança, mas ainda não se adquiriu o estatuto de adulto, com características específicas, quer morfológicas, antropológicas, educacionais, quer psicossociais (Palacios & Oliva, 2004). Mediante a expressão *Storm and Stress*, Hall (1904, cit. in Sprinthall & Collins, 2003) defendia que este estágio de desenvolvimento seria conflituoso e complexo, com alguma tensão e sofrimento psicológicos. Esta imagem conflituosa e pessimista foi difundida por autores de diversas áreas do desenvolvimento (Freud, Erikson, Havighurst) ao longo de todo o século. Contudo, outros autores, como Margaret Mead, questionaram esta visão pessimista e referiram que esta etapa de transição não seria tão conflituosa, mas relativamente calma, pois encontraram uma menor incidência de problemas emocionais e comportamentais durante a mesma. Este período reflectiria um desfazamento na adaptação entre o contexto familiar e as necessidades evolutivas dos adolescentes (Coleman, 1980, 1993, cit. in Palacios & Oliva, 2004; Eccles et al., 1993; Oliva, 2004).

Durante a adolescência ocorre um largo conjunto de transformações físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais que se repercutem na forma como os jovens estabelecem as relações nos contextos sociais aos quais pertencem, como a família, o grupo de pares ou a escola (Palacios & Oliva, 2004). Este conjunto de modificações traz consigo importantes transformações ao nível do pensamento e da forma como os jovens socializam com os seus pais (e vice-versa), pelo que se verifica uma tendência para passar mais tempo com os pares (Carretero & León, 1994; Ceballos & Rodrigo, 1998; Gleitman, 2002; Steinberg, 2005a). Neste sentido, verifica-se também um crescendo da sua autonomia face à família em geral e aos pais em particular, que lhes permite passar mais tempo em contextos extra-familiares (sobretudo com os pares), e deste modo a sua rede de relações sociais vai-se alargando (Antunes & Fontaine, 2008; Fleming, 1997;

Oliva, 2003, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2001, 2004; Steinberg, 2005b).

O estudo destas modificações nas relações sociais, principalmente entre pais e filhos adolescentes, tem merecido uma atenção especial na comunidade científica desde meados do século XX (Cavaco, 2007; Ceballos & Rodrigo, 1998; Musitu & García, 2001, 2004a; Oliva 2003, 2004, 2006; Rodrigo & Palacios, 1998; Steinberg, 2000; Vitali, 2004).

Segundo Arnett (1999), a socialização constitui um processo interactivo através do qual se transmitem os conteúdos culturais, integrados sob a forma de comportamentos e crenças na personalidade das pessoas. O autor refere que a socialização parental permite cumprir os seguintes objectivos: a) o controlo do impulso, que inclui o desenvolvimento da capacidade de auto-regulação e de consciência, a capacidade de se auto-estabelecer limites; b) a preparação e execução de papéis ocupacionais, sexuais, e institucionais (ex. matrimónio e paternidade); e c) o cultivo de fontes de significado, nas quais se incluem crenças religiosas e normas que regem a vida social e são assumidas como adequadas.

Os estilos de socialização (ou estilos educativos) parentais podem ser definidos como um conjunto de padrões de comportamento dos pais com os filhos em múltiplas e diferentes situações, incluindo as consequências que esses padrões têm para a própria relação paterno-filial e para os membros envolvidos (Darling & Steinberg, 1993; Martínez, García, Camino & Camino, *in press*; Musitu, 2002; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, Parra & Sánchez-Queija, 2002).

A partir de meados do século XX, começaram a desenvolver-se importantes linhas de investigação sobre as relações paterno-filiais (Oliva, 2003), com importantes contributos teóricos e implicações para os programas de intervenção na adolescência. No entanto, embora existam mais de 90 instrumentos sobre estilos de socialização parental e práticas parentais elaborados desde os anos 30, poucos estão validados para a população portuguesa. Aliás, a maioria destes questionários avalia mais as intenções de comportamento subjacentes e crenças mais globais dos jovens, em detrimento de práticas educativas concretas ou de estilos de socialização parentais (Fontaine, 1986; Fontaine, Campos & Musitu, 1992; Holden & Edwards, 1989, cit. in Ceballos & Rodrigo, 1998).

Para além de questionários de auto-preenchimento, existem outras metodologias

mediante as quais podemos estudar os comportamentos parentais, tais como a observação naturalista e a observação no laboratório das interações entre pais e filhos em tarefas estruturadas e previamente definidas (Canavarro & Pereira, 2007; Oliveira, 1994; Steinberg & Morris, 2001). Abordaremos mais aprofundadamente estas metodologias num tópico relativo à caracterização dos estilos de socialização parentais.

Assim, este trabalho pretende contribuir para a adaptação e validação de instrumentos que permitam estudar as práticas parentais e estilos de socialização dos pais portugueses. Os nossos principais objectivos são: realizar a validação da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29), desenvolvida por Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005) e simultaneamente descrever e caracterizar a percepção que uma amostra de adolescentes portugueses tem sobre os mesmos.

A presente dissertação está estruturada em sete capítulos principais. No primeiro, realizamos uma breve introdução sobre o conceito de família no ocidente nos finais do século XX e inícios do século XXI, bem como sobre as suas funções e algumas das principais modificações que ocorrem na socialização e relações familiares durante a adolescência. Neste capítulo, também descrevemos brevemente um conjunto de modelos e perspectivas sobre a socialização parental que se enquadram na psicologia comportamental (Watson, 1928, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993), na psicanálise (Freud, 1933, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993; Melo, 2005; Oliva, 2004; Vitali, 2004), na aprendizagem social (Baldwin, 1948, 1949, cit. in Vitali, 2004) e na abordagem configuracional ou tipológica de Baumrind (1967). Posteriormente, esta abordagem veio a sofrer reformulações elaboradas por Maccoby e Martin (1983) e que foram operacionalizadas por estudos realizados por Lamborn, Mounts, Steinberg e Dornbusch (1991) e por Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts e Dornbusch (1994). Actualmente, um dos modelos mais aceites na comunidade científica é o Relacional proposto por Musitu e García (2001, 2004a), que o elaboraram para a construção de um instrumento que avalia os processos de socialização parental sob a perspectiva dos filhos adolescentes. Terminamos com a apresentação de alguns instrumentos de caracterização dos estilos parentais que têm sido desenvolvidos e com alguns estudos sobre o impacto dos estilos parentais no desenvolvimento dos adolescentes.

No segundo capítulo, expomos os objectivos deste estudo, enquanto no terceiro

(Metodologia) procedemos à caracterização da amostra, à apresentação dos instrumentos usados na recolha dos dados, descrevemos o procedimento de aplicação dos mesmos e da análise dos dados. Nos capítulos posteriores, apresentamos a descrição dos nossos resultados (quarto), bem como a sua discussão, em comparação com os obtidos no estudo de Musitu e García (2001, 2004a (quinto), seguida das principais conclusões (sexto) daí retiradas e das referências bibliográficas consultadas (sétimo).

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A família como contexto de socialização

Neste subcapítulo, definimos a família como contexto de socialização, as suas funções, bem como as relações familiares e paterno-filiais, as quais sofrem um conjunto de modificações concomitantes a esta etapa do desenvolvimento. Abordamos ainda algumas definições importantes no que diz respeito à socialização e à sua evolução histórica do conceito de estilos de socialização parentais no seio da comunidade científica. Finalizamos com a apresentação de alguns modelos teóricos sobre a mesma.

1.1.1. Conceito de e funções actuais da família

A família pode ser definida como “um grupo social no qual as relações estabelecidas entre os seus membros são muito mediatizadas pela missão educativa que os adultos têm: a de prover aos mais novos instrumentos e capacidades necessários para que estes alcancem a sua plena maturidade como pessoas, num clima de carinho e apoio, envolvimento emocional e compromisso mútuo duradouro” (Palacios & Rodrigo, 1998, p.21).

A família é um sistema dinâmico que ao longo da História tem sofrido constantes transformações. De entre estas, salientam-se a diminuição da taxa de mortalidade infantil, associada ao aumento da esperança média de vida e à diminuição do número de filhos, ou a crescente inclusão da mulher no mercado de trabalho (acrescido ao doméstico) e as dificuldades dos jovens para aceder ao mundo laboral, que têm adiado a sua independência económica e conseqüentemente a possibilidade de formar família própria (Amaro, 2004; Gleitman, 2002; Kauffmann, 2000; Palacios & Rodrigo, 1998; Relvas, 2000; Rodrigo & Palacios, 1998; Wall, 2005).

Além disso, actualmente assiste-se também ao surgimento de novas estruturas

familiares, pois considera-se que não é necessário o compromisso do matrimónio para se formar família (aqui incluem-se as uniões não matrimoniais ou consensuais) ou um dos progenitores pode estar ausente e os filhos ficam ao cuidado do outro (famílias monoparentais). Embora os filhos do matrimónio possam ser fruto da relação conjugal, poderão ser adoptados ou provenientes de técnicas de reprodução assistida ou de uniões anteriores. Por outro lado, tem-se assistido a modificações nos papéis de homem/pai e de mulher/mãe: esta já não se tem de dedicar exclusivamente ao cuidado e educação dos filhos e envolve-se em actividades extra-domésticas e o marido envolve-se mais na educação dos filhos, não sendo uma mera fonte de sustento da família. Também se tem verificado um aumento do número de divórcios e separações e de recasamentos e à concomitante constituição de novas famílias (Amaro, 2004; Fonte, 2004; Leite, 2004; Oliva & Parra, 2004; Palacios & Rodrigo, 1998; Relvas, 2000; Wall, 2005).

Assim, podemos constatar que apesar de existirem vários modelos familiares, têm em comum o facto de serem um complexo sistema de relações e interacções de intimidade, reciprocidade e dependência entre os seus membros e o meio que os rodeiam (Kauffmann, 2000; Palacios & Rodrigo, 1998; Relvas, 2000; Turiel, 2005).

No entanto, sublinhamos que a família é em si mesma um processo de socialização, na qual se desenvolve com uma função psicológica, de interrelação entre os seus membros e como função básica de organização social (Maccoby, 1984, 2000a, 2000b; Musitu, 2002; Musitu & García, 2004a, 2004b, 2005; Palacios & Rodrigo, 1998; Rodrigo & Palacios, 1998).

Considerada como o primeiro contexto de socialização por excelência (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005), a família não se destina apenas à satisfação das necessidades básicas dos seus membros. Neste sentido, é ainda responsável por transmitir aos filhos as primeiras informações, crenças, valores, interpretações sobre o mundo, importantes para o desenvolvimento da sua identidade, ou mesmo de capacidades de tomada de decisão e de estratégias para enfrentar situações difíceis (Baião, 2008; Lila, Buelga & Musitu, 2006; Maccoby, 1984, 2000a, 2000b; Musitu, 2002; Oliva & Parra, 2004; Palacios & Rodrigo, 1998; Polonia & Dessen, 2005, cit. in Salvador, 2007; Rodrigo & Palacios, 1998; Steinberg, 2000, 2005a, 2005b; Vitali, 2004).

Assim, segundo Martínez (2005), a socialização funciona como um eixo

mediador através do qual se articulam a vida intrafamiliar e o contexto sociocultural, com a sua carga de papéis, expectativas, crenças, normas e valores, funcionando como um elo de ligação entre ambas.

As funções atribuídas à família podem ser entendidas sob várias perspectivas: a dos pais, a dos filhos e entre irmãos. Contudo, na presente investigação exploramos apenas a visão dos pais e dos filhos, de acordo com os objectivos a que nos propomos, estudaremos a perspectiva destes face ao comportamento parental (Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004a; Palacios & Rodrigo, 1998).

Quando consideramos a família desde a perspectiva dos pais, emerge um conjunto de funções diversificadas, que se relacionam com:

1) Um contexto de construção e desenvolvimento de pessoas adultas com uma determinada auto-estima e auto-imagem e que vivem um certo nível de bem-estar psicológico face aos conflitos e situações stressantes e com base nas relações interpessoais e experiências anteriores;

2) Um contexto de desenvolvimento das suas potencialidades, onde se aprende a enfrentar e a superar desafios, a assumir responsabilidades e compromissos destinados aos adultos;

3) Um contexto de transmissão de valores, experiências e laços afectivos entre as gerações mais velhas (avós - que constituem pontos de referência) e as gerações mais novas;

4) Uma rede de apoio social para as diversas transições vitais para a adultez e que proporciona suporte pessoal, social e emocional face às dificuldades internas e externas ao contexto familiar (Palacios & Rodrigo, 1998).

Mas desde a perspectiva dos filhos, a família pode ser considerada como um contexto de desenvolvimento e socialização e permite cumprir quatro funções básicas e que vão mais além da satisfação das necessidades básicas:

1) Assegurar a sobrevivência dos filhos, o seu crescimento saudável nos comportamentos básicos de comunicação, diálogo e simbolização;

2) Proporcionar aos filhos um clima de afecto e apoio, estabelecendo com estes relações de apego, um sentimento de relação privilegiada e de compromisso emocional e constituindo um ponto de referência psicológico;

3) Proporcionar aos filhos estimulação que faça destes pessoas com capacidade

para se relacionarem de forma competente no meio físico e social e para responder às exigências e obstáculos colocados na sua adaptação no mundo envolvente;

4) Tomar decisões relativamente à abertura a outros contextos educativos que vão compartilhar com a família a tarefa de educação da criança (contudo, tem havido uma “transferência de poderes” da família para a escola, sendo esta cada vez mais considerada responsável pela educação dos filhos) (Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Rodrigo & Palacios, 1998; Steinberg, 2005a, 2005b).

1.1.2. Socialização e relações familiares durante a adolescência

A socialização pode ser considerada como um processo de aprendizagem informal e em grande parte não consciente, um arregado e complexo processo de interações através do qual a criança/adolescente assimila conhecimentos, atitudes, valores, costumes, necessidades, sentimentos e padrões culturais que caracterizam para toda a sua vida o seu estilo de adaptação ao ambiente que a rodeia (Musitu & García, 2001, 2004a; Rodrigo & Palacios, 1998). Através deste processo, o ser humano adquire um sentido de identidade pessoal e aprende as crenças e normas comportamentais valorizadas e esperadas pelas pessoas que o rodeiam (Arnett, 1999; Lila et al., 2006; Musitu, Buelga, Lila & Cava, 2001, cit. in Musitu, 2002; Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2002; Palacios & Oliva, 2004).

Como referimos anteriormente, durante a adolescência geralmente denotam-se algumas alterações na relação entre os adolescentes e os seus pais, mas estas não são necessariamente marcadas pelo surgimento de conflitos graves, como proposto pela perspectiva psicanalítica. Segundo esta abordagem, os conflitos seriam originados pela inconsistência entre os impulsos e as exigências sociais, causando tensão e sofrimento psicológicos (*Storm and Stress*) (Ceballos & Rodrigo, 1998; Hall, 1904, cit. in Sprinthall & Collins, 2003; Oliva, 2003, 2004, 2006; Palacios & Oliva, 2004; Parra & Oliva, 2002). Estes dados foram confirmados por alguns estudos, nos quais se refere que durante a adolescência precoce existem mais momentos familiares difíceis (sobretudo relacionados com aspectos da vida quotidiana), e apesar destes se atenuarem com o tempo, a intensidade emocional com que o adolescente os vive pode aumentar

(Laursen, Coy & Collins, 1998, cit. in Palacios & Oliva, 2004; Oliva 2003, 2004; Oliva & Parra, 2004; Parra & Oliva, 2002; Smetana, 1989; Steinberg, 2000). Isto pode-se dever ao facto dos assuntos que originam a “discussão” serem considerados pelos adolescentes como aspectos da sua vida pessoal, pelo que também se assiste à desidealização da imagem dos seus pais omniscientes e “invencíveis”. Assim, vai-se passando para uma imagem que inclui as suas virtudes e defeitos e a um questionar sistemático da sua autoridade parental e das normas e regras familiares, com argumentos cada vez mais sólidos e convincentes que justificam a sua opinião sobre as mesmas (Ceballos & Rodrigo, 1998; Fernandes, 2007; Fleming, 1997; Musitu & Garcia, 2001, 2004a; Oliva, Oliva 2003, 2004; Oliva & Parra, 2004; Oliveira, 1994; Palacios & Oliva, 2004; Parra & Oliva, 2002). Por exemplo, as discrepâncias entre as expectativas de pais e filhos sobre aspectos como as saídas à noite e a manifestação de menos autoridade poderão aumentar os conflitos e as pequenas discussões.

Além disso, durante a adolescência geralmente existe uma maior tendência para passar mais tempo em contacto com os pares, o que permite aos jovens ter mais experiências relacionais de igualdade e participar nas mesmas com alguma influência na tomada de decisões. Tal nem sempre coincide com os desejos dos pais, bem como o desejo de maior independência e autonomia, pelo que estes tentam manter a sua autoridade e controlo ou as restrições face ao mesmo e/ou ao interesse pelo sexo oposto, na forma de se relacionarem com os filhos. Contudo, ao longo da adolescência esta postura (mais autoritária) dos pais vai-se tornando mais flexível e menos disciplinada, principalmente se o filho adolescente demonstrou comportamentos responsáveis (ex: numa saída nocturna chegar a casa na hora pré-estipulada pelos progenitores ou antes) (Barber & Lyons, 1994; Fleming, 1997; Oliva, 2004; Oliva et al., 2002; Parra & Oliva, 2002; Steinberg, 2000, 2005a, 2005b; Vitali, 2004).

Em resumo, a família constitui um processo de socialização mediante o qual se realiza a interacção entre os meios individual e familiar e social, sendo como intermediária da relação entre os seus membros (pais, filhos, irmãos) e o contexto social mais alargado (Musitu, 2002; Musitu & García, 2001, 2004a; Oliva, 2004; Rodrigo & Palacios, 1998; Vitali, 2004). Por outro lado, a forma como os pais socializam com os filhos pode variar segundo as culturas, pois estabelecem uma série de oportunidades para o desenvolvimento, definem limites e impõem algum grau de restrição e

advertências para o que se considera desejável e admissível nas interações sociais (Arnett, 1999; Lila, Musitu & Buelga, 2000; Musitu, 2002; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Palacios & Rodrigo, 1998; Scarr, 1993).

1.2. Modelos Teóricos e Estilos de Socialização Parental

Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005) definiram o conceito de socialização parental com base num modelo relacional e consideram-na como a predominância de certos padrões de actuação (de comportamento) dos pais com os filhos em múltiplas em diferentes situações, e as consequências que esses padrões têm para a própria relação paterno-filial e para os membros implicados. Deste modo, o que define um estilo de socialização parental (ou estilo educativo parental) não é a existência de determinados comportamentos em situações isoladas, mas sim formas de actuação específicas – padrões – em múltiplas situações, e a inclusão das consequências que as mesmas têm não só nos pais e nos filhos como (eventualmente) também em outros sujeitos que estejam envolvidos (Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby, 1963, 1975, 1984, 2000a, 2000b; Musitu, 2002; Oliva & Parra, 2004; Rodrigo & Palacios, 1998; Tristão, 2009; Turiel, 2005; Vitali, 2004).

Como os estilos de socialização parental são a principal variável do nosso estudo, consideramos relevante aprofundar as principais investigações e modelos teóricos neste domínio.

A evolução do conceito de estilo parental reporta aos anos 30 e 40, quando se iniciaram os primeiros estudos sobre a socialização. Nesta altura, existiam dois modelos teóricos que tentavam explicar os factores que influenciavam o desenvolvimento infantil, nomeadamente o Comportamentalista/Behaviorista (Watson, 1928, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993) e o Psicanalítico (Freud, 1933, cit. in Vitali, 2004).

Contudo, o conceito de estilo parental foi desenvolvido a partir dos estudos de Baldwin (1949, cit. in Vitali, 2004), como forma de analisar e identificar o contexto e o ambiente familiar em que ocorrem as práticas parentais (representam aspectos específicos das relações paterno-filiais), referindo-se inicialmente apenas ao modo

como os pais educavam os filhos. Desde este estudo de partida, foram elaborados vários modelos teóricos sobre os estilos de socialização parental, nomeadamente o da Aprendizagem Social (Baldwin, 1949) e o Configuracional (Baumrind, 1966), que sofreu várias reformulações ao longo do tempo. Mais recentemente, as investigações têm desenvolvido modelos mais complexos, como o de responsividade e exigência de Maccoby e Martin (1983), cujos pressupostos foram operacionalizados por uma série de estudos, de entre os quais o de Musitu e García (2001, 2004a). Assim, este modelo surgiu como consequência de uma série de estudos que operacionalizaram os pressupostos do modelo anterior (responsividade e exigência de Maccoby e Martin, 1983).

1.2.1. Abordagem Comportamentalista/Behaviorista

Esta abordagem estudava a forma como o controlo - as contingências de reforço e punição - no ambiente próximo à criança moldavam seu comportamento (Watson, 1928, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993). Deste modo, enfatizava as práticas parentais em detrimento das crenças e dos valores parentais, pelo que as diferenças no desenvolvimento de cada criança eram consideradas como o reflexo de diferentes ambientes. Portanto, este conceito de estilo parental foi usado para explicar as consequências de práticas parentais específicas (Vitali, 2004).

1.2.2. Abordagem Psicanalítica

A psicanálise enfatizava a relação emocional entre pais e filhos (vinculação ou apego) e a influência no desenvolvimento psicosexual, psicossocial e da personalidade destes, pois ao conhecer as atitudes dos pais, podia-se estudar o clima emocional da família (bem como as práticas parentais e os seus comportamentos mais subtis) que influenciaria a relação paterno-filial e conseqüentemente o desenvolvimento da criança/adolescente (Freud, 1933, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Darling & Steinberg, 1993; Melo, 2005; Oliva, 2004; Vitali, 2004).

O estudo dos estilos de socialização parental ou estilo educativo pode dividir-se em duas perspectivas de análise diferentes: a abordagem dimensional, onde se examina o processo de interação entre pais e filhos através de dimensões específicas; e a abordagem tipológica, na qual os investigadores propõem diferentes estilos educativos parentais para estudar a sua incidência no desenvolvimento infantil e adolescente. Geralmente os autores adoptavam os dois pontos de vista nos seus modelos (Lorence, 2007).

1.2.3. Modelo da Aprendizagem Social

Este modelo centrava-se principalmente no estudo das práticas parentais, considerando que o desenvolvimento da criança/adolescente resultava da reunião de diversos contextos de aprendizagem com características individuais. Portanto, estudava as atitudes parentais, para “captar o percurso de comportamentos que definia esses ambientes” (Baldwin, 1948, 1949, cit. in Vitali, 2004, p.18). Com este modelo, iniciou-se uma vasta linha de investigação que referia os estilos parentais como um conjunto de comportamentos dos pais face ao filho, como resultado da interação entre os ambientes familiar e social e a individualidade da criança (Baldwin, 1949, cit. in Baião, 2008; Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby, 1992, cit. in Melo, 2005; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Orlansky, 1949, cit. in Vitali, 2004).

Baldwin distinguiu duas dimensões (calor emocional/hostilidade vs. indiferença/compromisso) referentes a dois estilos opostos - o democrático e autoritário, bem como uma variável familiar relacionada com a aceitação das normas parentais pela criança. No estilo democrático, os pais tentam comunicar verbalmente com o adolescente, aceitá-lo e inclui-lo nas decisões da família, justificam as regras familiares que lhe impõem e encorajam a sua autonomia e competências emocionais. Mas os pais autoritários tentam impor a sua vontade face à dos adolescentes, pois restringem o seu comportamento mediante regras, disciplina, controlo e (eventualmente) alguma agressividade e castigos. Os filhos destes pais tornam-se pouco corajosos e até um pouco medrosos, dado o carácter inibitório que estes têm, relativamente aos filhos de

pais democratas, apesar de alguma agressividade e tendência para não aceitar regras (Baldwin, 1948, 1949, cit. in Rodrigo & Palacios, 1998; Baldwin et al., 1970).

1.2.4. Abordagem Configuracional ou Tipológica de Baumrind

As primeiras pesquisas de Baldwin (1948, 1949, cit. in Baião, 2008) fomentaram um grande número de investigações e o desenvolvimento de teorias sobre a conceptualização das dimensões do processo de socialização parental e dos seus estilos parentais, das quais se destacou a abordagem configuracional ou tipológica, desenvolvida por Baumrind (1966). Neste modelo, aliavam-se os processos emocionais aos comportamentais e dava-se ênfase às crenças dos pais e ainda às dimensões (ou factores perpendiculares) de aceitação e controlo parental¹, subjacentes nos relacionamentos paterno-filiais, considerando que um aspecto do comportamento parental não pode ser separado da configuração de todos os outros aspectos (Baumrind, 1966, 1967, 2005).

A autora pretendia estudar o impacto dos indicadores do comportamento parental nas competências das crianças em famílias ditas “saudáveis” e defendia que o objectivo dos pais era socializar os filhos segundo as necessidades sociais, mas respeitando a sua própria integridade pessoal. Por isso, acrescentou às tipologias de Baldwin (1948) o estilo permissivo, resultando num conjunto de três estilos de controlo parental que incluía igualmente o autoritário e o *firme* (democrático) (Baumrind, 1967, 1968, 1971a, 1971b, 1972, 1973, 2005).

O estilo permissivo predomina nos pais com um baixo nível de controlo e que realizam poucas exigências ao filho, mas com um nível elevado de afecto/apoio. Estes pais esperam que o filho regule o seu comportamento e as suas actividades, evitando fazer o exercício do controlo (recorrer ao castigo, estabelecer limites e padrões comportamentais normativos, exigir obediência e cumprimento de tarefas). Portanto, tendem a utilizar sistematicamente o reforço positivo, que não é contingente face aos

¹ O controlo parental é uma dimensão estruturada linearmente de níveis mais altos a mais baixos e existe em três tipos qualitativamente distintos: permissivo, autoritário e firme (Baumrind, 1966, 1967, 2005).

comportamentos que se deseja “incutir” nos filhos (aceitam o seu comportamento sem intenção de o alterar, não os encorajam a obedecer a padrões comportamentais socialmente estabelecidos), pelo que evitam usar o seu poder para isso e fazer-lhes poucas exigências de maturidade pessoal. Estes pais mostram-se ao filho como um recurso sempre disponível e não como modelos a imitar ou agentes activos e responsáveis por moldar e modificar os seus comportamentos presentes e futuros.

Os pais autoritários caracterizam-se por mostrarem um elevado nível de controlo e um baixo nível de afecto aos filhos – tentam manter um controlo severo e restritivo dos seus comportamentos, sem considerar as suas necessidades educativas, interesses pessoais e opiniões, sem encorajar a expressão verbal e a troca de ideias (comunicação). Assim, estes pais tentam modelar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes do filho seguindo um conjunto de regras específicas, geralmente consideradas como padrões absolutos. Assim, valorizam a obediência e acreditam na restrição da autonomia do filho e no individualismo, recorrendo a reforços negativos e punições (castigos físicos, ameaças verbais, proibições continuadas) quando o seu comportamento não está em conformidade com o que consideram aceitável (controlo restritivo que impõe o cumprimento das normas). Além disso, tentam transmitir valores instrumentais como o respeito pelo trabalho, pela autoridade e manutenção da ordem e das tradições.

Por último, o estilo *firme*² representa os pais que exercem um elevado nível de controlo e exigência e que simultaneamente encorajam a autonomia e um elevado nível de comunicação (de expressão/troca verbal). Estes pais exercem um controlo *firme* e alguma restrição do comportamento dos filhos com regras e limites bem definidos, que tentam manter de forma coerente e exigem o seu cumprimento, mas estas normas são adaptadas às características e necessidades dos filhos. Prevalece ainda a partilha com os adolescentes das razões para o estabelecimento de regras e directrizes e quando estes se recusam a obedecer, salientam a sua posição enquanto adultos. Contudo, dão-lhes espaço para expressarem a sua opinião e reforçam as suas qualidades, potencialidades e a sua capacidade de iniciativa. Estes pais tentam orientar as actividades do filho de um modo racional e orientado para a solução dos problemas, pelo que usam com sensatez o

² Alguns autores traduzem o conceito *authoritative* por democrático e outros por autorizativo. No entanto, optámos por traduzi-lo por *firme*, por nos parecer que descreve melhor semanticamente o conceito original.

reforço positivo e a punição, relacionadas com o seu comportamento. Simultaneamente, tentam estimular o debate e um ambiente desafiante que incentive a maturação pessoal.

Salientamos que esta abordagem tem uma maior validade “ecológica” que as anteriores, pois permite estudar o modo como os comportamentos parentais se relacionam entre si e conhecer os efeitos de interacção entre as variáveis, ou seja, estudar o modo como o efeito de uma dimensão do comportamento parental é influenciado por uma outra dimensão do mesmo (Darling & Steinberg, 1993; Musitu, 2002; Vitali, 2004). Este modelo permitiu ainda compreender a forma como os estilos de controlo comportamental se relacionam com a adaptação em diversas etapas do desenvolvimento. Por outro lado, o processo de socialização passa a ser concebido como um processo dinâmico e não unidireccional, pois o estilo parental adoptado pelos pais pode modificar a aceitação dos filhos para as tentativas dos pais de os socializar – assim, ao influenciar o comportamento dos seus pais, o adolescente colabora de forma indirecta para o seu próprio desenvolvimento (Baumrind, 1967, 1971a, 1971b, 1972, 2005; Brown, Lamborn, Mounts & Steinberg, 1993; Darling & Steinberg, 1993; Oliva & Parra, 2004).

Um dos aspectos que mais enriqueceu e valorizou estas investigações foi o recurso a novos métodos de recolha de dados (observacionais, questionários e auto-relatos), e fontes de informação diversificadas para avaliar os estilos parentais e competências das crianças, tendo sido baseadas em práticas parentais reais (Antunes & Fontaine, 2008; Baião, 2008; Baumrind, 1967, 1968, 1971a, 1971b, 1989; Baumrind & Black, 1967; Canavarro & Pereira, 2007; Ceballos & Rodrigo, 1998; Fontaine, 1986; Fontaine et al., 1992; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Steinberg & Morris, 2001; Vitali, 2004).

Porém, podemos apontar as seguintes críticas metodológicas aos trabalhos de Baumrind:

- As famílias estudadas eram caucasianas, de nível socioeconómico médio e de zonas urbanas, nas quais os filhos já mostravam bons níveis de auto-confiança, capacidade social e desempenho académico.
- A autora centrou-se mais na dimensão controlo parental em detrimento da aceitação/afecto.

Além disso, a autora salientou a existência de diferenças significativas das

consequências nos estilos parentais nos filhos, mas não especificou a sua magnitude. Por outro lado, os filhos de pais com estilos parentais *firmes* tendem a desenvolver competências de autonomia simultaneamente ao respeito pelas regras, não devido ao controlo parental exercido pelos pais, mas pela possibilidade dada às crianças de comunicar e de argumentar abertamente com os mesmos (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2006; Oliva & Parra, 2004; Turiel, 2005).

1.2.5. A Reformulação de Maccoby e Martin (1983)

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) reformularam o modelo tripartido de Baumrind (1967, 1968, 1971a, 1971b) (autoritário, permissivo e *firme*) e construíram um modelo bidimensional de socialização parental, pois pretendiam estudar os estilos parentais como função das dimensões subjacentes de exigência (controlo) e responsividade (afecto/aceitação). Estas dimensões são teoricamente ortogonais, funcionam num *continuum* e são definidas, no caso do controlo (ou exigência), como a pressão e número de exigências colocadas pelos pais aos filhos, para atingirem determinados objectivos e metas, e a responsividade como o grau de sensibilidade e capacidade de resposta dos pais face às necessidades (emocionais) dos filhos³ (a sua individualidade é reconhecida).

Mediante a combinação destas duas dimensões, os autores obtiveram um sistema de classificação de quatro estilos parentais: *firme*, autoritário, permissivo/indulgente e negligente/indiferente. Os três primeiros estilos são semelhantes aos propostos por Baumrind (1967, 1968, 1971a, 1971b), sendo caracterizados, no caso dos pais autoritários, pela elevada exigência e baixa responsividade (exigem o cumprimento de regras em detrimento dos interesses dos filhos) e os *firmes* são simultaneamente exigentes e responsivos (existe uma reciprocidade entre o cumprimento das exigências pelos filhos e a consideração das suas opiniões pelos pais). Os autores separaram o

³ Costa, Teixeira e Gomes (2000) definiram a exigência parental como o conjunto de atitudes dos pais que tentam controlar o comportamento dos filhos, pela imposição de limites e estabelecimento de regras; a responsividade seria o conjunto de atitudes compreensivas dos pais com os filhos que facilitam o desenvolvimento da sua autonomia e auto-afirmação com apoio emocional e a bidireccionalidade na comunicação.

estilo permissivo de Baumrind em dois: o indulgente (permissivo) e o negligente. Os pais indulgentes são responsivos e não exigentes pois tendem a ceder impulsivamente aos pedidos dos filhos, usam pouco o castigo e os negligentes caracterizam-se pela existência de níveis de responsividade e exigência baixos e podem associar-se a algum tipo de maus-tratos. Estes pais geralmente tendem a fugir das suas responsabilidades inerentes ao papel parental, pelo que respondem positivamente aos impulsos dos filhos e não lhes exigem o cumprimento de regras (Maccoby & Martin, 1983).

A transformação da teoria configuracional de Baumrind (1967, 1968) elaborada por Maccoby e Martin (1983) permitiu realizar a sua generalização para populações diferentes das inicialmente estudadas (sobretudo ocidentais) (Vitali, 2004). Neste sentido, mais tarde, mediante a análise de clusters, alguns estudos confirmaram a existência de quatro estilos parentais (Brenner & Fox, 1999, cit. in Baião, 2008; Darling & Steinberg, 1993; García & Gracia, 2009; Lamborn et al., 1991; Musitu & García, 2001, 2004b, 2005; Steinberg, 2005b; Steinberg et al., 1994).

Embora os primeiros estudos que abordaram a análise dos estilos de socialização parental se tenham centrado na infância, são cada vez mais os estudos realizados com famílias de adolescentes (Lorence, 2007; Milevsky, Schlechter, Netter & Keehn, 2007).

1.2.6. Modelo Relacional/Bidimensional e Tipológico

O modelo relacional foi proposto por Musitu e García (2001, 2004a) e inclui uma vertente dimensional e outra tipológica (bidimensional e quadripartida). Segundo Musitu e García (2001, 2004a), desde a perspectiva dimensional, a aceitação/implicação e a coerção/imposição são consideradas de uma forma teoricamente independente. Contudo, como os estilos de socialização dos pais foram conceptualizados em duas dimensões que caracterizam a relação paterno-filial, esta relação só se pode entender em toda a sua extensão considerando-as simultaneamente.

Como referimos anteriormente, este modelo surgiu como consequência de uma serie de estudos que operacionalizaram os pressupostos do modelo anterior (responsividade e exigência de Maccoby e Martin, 1983).

Dentro deste grupo de investigações, inclui-se a de Lamborn e colaboradores

(1991), que realizaram um estudo longitudinal com famílias de cerca de 4100 adolescentes de diversas nacionalidades e minorias étnicas (afro-americanos, latino-americanos e asiáticos), com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos e que frequentavam o ensino secundário nos E.U.A. Neste estudo, os autores classificavam as famílias num dos nos quatro tipos de socialização (*firme*, autoritário, indulgente e negligente), com base na percepção dos adolescentes sobre o comportamento dos pais em duas dimensões: aceitação/envolvimento e inflexibilidade/privação/supervisão, medidas num instrumento de auto-relato construído para o efeito. Também compararam os efeitos dos estilos familiares nas implicações na adaptação dos adolescentes em vários grupos (desenvolvimento psicossocial, desempenho escolar, problemas internalizados – sintomas psicossomáticos – e problemas comportamentais). Os resultados obtidos confirmaram a estrutura quadripartida e tridimensional (pois surgiu ainda uma dimensão relativa à autonomia psicológica) do modelo de Maccoby e Martin (1983) e a existência de diferenças nos índices de adaptação dos adolescentes entre os estilos familiares (Lamborn et al., 1991).

Posteriormente, num estudo de seguimento com instrumentos de auto-preenchimento aplicados a mais de 2300 adolescentes daquela amostra, Steinberg e colaboradores (1994) reconfirmaram a estrutura quadripartida do modelo e verificaram que as relações entre os estilos familiares e as implicações no seu desenvolvimento se mantinham ou aumentavam ao longo do tempo (Steinberg et al., 1994).

Portanto, os trabalhos de Lamborn e colaboradores (1991) e de Steinberg e colaboradores (1994) permitiram realizar a operacionalização das dimensões do modelo anterior (responsividade e exigência de Maccoby e Martin, 1983) em dois eixos ortogonais, partindo das relações observadas entre as escalas que avaliam o envolvimento – apego, aceitação, amor – e a supervisão – disciplina, castigo, privação, controlo (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005). Contudo, embora o nome atribuído às dimensões varie com os autores, existe algum consenso na explicação dos estilos parentais com um modelo bidimensional, cujas componentes se viriam a denominar como aceitação/implicação (envolvimento) e coerção/imposição (supervisão) no modelo Relacional (Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; García & Gracia, 2009; Lamborn et al., 1991; Martínez et al., *in press*; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Smetana,

1995; Steinberg, 2005b; Steinberg et al., 1994). Deste modo, com base nos trabalhos que descrevemos anteriormente, ao supormos que estas duas dimensões são teoricamente independentes, podemos definir quatro estilos de socialização parental: firme (com elevado envolvimento e supervisão); permissivo (com alto envolvimento e baixa supervisão); autoritário (com baixo envolvimento e elevada supervisão) e negligente, (com supervisão e envolvimento baixos) (Lamborn et al., 1991; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Steinberg et al., 1994) (Figura 1).

No entanto, segundo Rollins e Thomas (1979, cit. in Slicker, 1998), numa tipologia considera-se que não é possível estudar os efeitos adicionais e multiplicativos das dimensões parentais quando estas são consideradas separadamente.

No nosso estudo, partimos do modelo relacional sobre estilos de socialização parental, que como referimos anteriormente, foi proposto por Musitu e García (2001, 2004a) para a elaboração de um instrumento específico que avaliasse os processos de socialização parentais percebidos pelos jovens durante a adolescência (*Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência*) e que utilizámos na nossa investigação. Os autores definem o conceito de estilo de socialização parental como a predominância de certos padrões de comportamento dos pais com os filhos em múltiplas em diferentes situações, e as consequências que esses padrões têm para a própria relação paterno-filial e para os membros envolvidos (Musitu e García (2001, 2004a). Por isso, propuseram-se a avaliar estes estilos a partir dos padrões de comportamento que os pais apresentam com os filhos em diferentes situações da vida quotidiana, tanto positivas como negativas.

No modelo relacional, Musitu e García (2001, 2004a) cruzaram as duas dimensões (aceitação/implicação e coerção/imposição) para estabelecer uma tipologia de quatro tipos da socialização parental (autoritário, *firme*, indiferente e indulgente), que apresentamos graficamente na Figura 1.

1.2.6.1. Os Dois Eixos de Socialização Parental (Abordagem Dimensional)

Como referimos anteriormente, Musitu & García (2001, 2004a, 2004b, 2005)

desenvolveram dois grandes eixos ou dimensões⁴ no modelo a partir das relações percebidas dos comportamentos dos pais: a aceitação/implicação e a coerção/imposição (Lamborn et al., 1991; Steinberg et al., 1994).

A aceitação/implicação supõe que os comportamentos do filho ajustados às normas de funcionamento familiar sejam reconhecidos pelos pais com manifestações de aprovação e aceitação. Esta forma de actuação relaciona-se positivamente com expressões e reacções parentais de afecto e carinho quando o filho se comporta de maneira adequada e negativamente com a indiferença dos pais face aos mesmos comportamentos. Contudo, quando o comportamento do filho viola as regras, se os pais têm uma elevada implicação/aceitação, fomentam o diálogo e a expressão emocional, e quando é baixa e reagem através da indiferença e da displicência.

Portanto, as práticas parentais associadas a esta dimensão são o afecto, a indiferença, o diálogo e a displicência, que descrevemos de seguida:

- O *Afecto* refere-se ao grau em que o pai/mãe expressam carinho ao filho quando este se comporta correctamente.
- A *Indiferença* refere-se ao grau em que o pai/mãe não reforçam os comportamentos correctos do filho, permanecendo inexpressivos e insensíveis.
- O *Diálogo* refere-se ao grau em que o pai/mãe recorrem a uma comunicação bidireccional quando o comportamento do filho não se considera adequado.
- A *Displicência* refere-se ao grau em que o pai/mãe reconhecem os comportamentos não adequados do filho, mas não estabelecem de forma consciente e deliberada o diálogo ou a comunicação com este.

Quando os pais pontuam alto nesta dimensão são muito envolvidos e se o filho não age conforme as normas familiares, recorrem ao diálogo e ao raciocínio para lhe explicar os efeitos de um comportamento negativo e as vantagens da sua modificação, o que o ajuda a compreender melhor os motivos que levam os pais a mostrar-se discordantes com os seus comportamentos e a negociar formas intermédias de actuação.

Mas quando os pais estão pouco envolvidos, o filho pode interpretar a reacção parental como indiferente, e percebe que estes pensam que ele é incapaz de

⁴ As dimensões parentais consistem em vários comportamentos parentais que detêm um significado semelhante ou que convergem para um mesmo sentido (Maccoby & Martín, 1983; Mansager & Volk, 2004).

compreender as normas familiares ou que estas são arbitrárias ou que dependem do estado emocional do progenitor.

Portanto, salientamos que neste estilo de aceitação/implicação se afirma que o desenvolvimento da autonomia do adolescente se encontra implícito no próprio processo de socialização e é reconhecido pelos pais mediante a complacência. O comportamento do filho, através das manifestações comportamentais dos pais, convergirá com estes (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva & Parra, 2004; Shaffer, 2000, cit. in Lorence, 2007; Steinberg et al., 1994).

Este estilo de socialização é na realidade constituído por dois extremos inversamente relacionados de uma mesma dimensão – implicação e aceitação (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005).

A coerção/imposição é uma dimensão de socialização parental utilizada apenas quando os filhos se comportam de forma discrepante com as normas de funcionamento familiar, para suprimir os comportamentos, recorrendo isolada ou simultaneamente à privação, coerção verbal e física e à imposição:

- A *Privação* diz respeito ao grau em que os pais privam o filho de uma vivência gratificante ou lhe retiram um objecto para corrigir comportamentos inadequados.
- A *Coerção verbal* relaciona-se com o grau em que o pai ou mãe repreendem ou castigam o filho quando este se comporta de maneira incorrecta.
- A *Coerção física* refere-se ao grau em que os pais castigam fisicamente (por exemplo bater, esmurrar, etc.), quando este se comporta de maneira incorrecta.

Embora estas práticas parentais possam parecer mais eficazes que o diálogo e a comunicação, implicam intervenções mais drásticas e com uma grande carga emocional, o que pode causar ressentimentos nos filhos face aos pais e problemas comportamentais. Podem conduzir ao controlo imediato do comportamento, mas se não forem complementadas com o raciocínio e diálogo, será apenas temporário ou limitado à presença dos pais, que funciona como estímulo inibidor (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2003, 2006; Oliva & Parra, 2004). O ideal seria que o castigo não fosse severo e ocorresse logo após a transgressão, e que fosse aplicado conscientemente e acompanhado com alternativas de comportamento apropriadas nas situações (Berstein & Lamb, 1992, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a; Baião, 2008; Oliva, 2006; Oliva & Parra, 2004; Vitali, 2004).

Segundo Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005), este estilo constitui uma dimensão independente da aceitação/implicação, pois não se pode prever nada de uma mesmo conhecendo a outra.

A revisão da literatura salienta que durante a infância, os pais são uma importante fonte de apoio para as crianças, mas à medida que estas vão crescendo, tornam-se mais autónomas e independentes, e estabelecem novas relações sociais fora do contexto familiar durante a adolescência. Neste sentido, não podemos esperar que uma criança com 10-11 anos perceba os comportamentos dos seus pais da mesma maneira que um jovem com 18 anos, ou que um rapaz os perceba de forma semelhante a uma rapariga (Musitu & García, 2001, 2004a; Parra & Oliva, 2006; Shaffer, 2000, cit. in Lorence, 2007).

Durante a adolescência (sobretudo na adolescência inicial), é fundamental que os pais continuem a exigir responsabilidades, estabelecer limites e monitorizar as actividades dos filhos. À medida que os adolescentes crescem, os pais devem usar menos o controlo impositivo e autoritário, combinando-o com um controlo mais baseado na negociação e na compreensão e substituí-lo por uma relação mais equilibrada que lhes outorgue uma maior autonomia e liberdade (Brown et al., 1993; Oliva, 2003; Parra & Oliva, 2006).

Cada vez mais investigações se têm centrado no estudo das diferenças na percepção dos processos de socialização parentais por rapazes e raparigas de várias idades, sobretudo durante a adolescência. No entanto, os resultados não têm sido conclusivos.

De seguida, apresentamos alguns resultados obtidos nos estudos sobre a percepção das dimensões parentais nos adolescentes em função do sexo e da idade.

Alguns autores verificaram que a percepção dos adolescentes na dimensão aceitação/implicação varia com a idade, pois esta dimensão diminui à medida que o adolescente cresce. Mas apesar da diminuição do afecto explícito, a maioria dos estudos verificou que esta dimensão apresenta valores mais elevados que a dimensão relativa ao controlo. Apenas os jovens que durante a adolescência inicial consideravam os seus pais como pouco afectivos e envolvidos tinham tendência para apresentar percepções menos elevadas nesta dimensão (Oliva & Parra, 2004; Parra, 2005, cit. in Lorence, 2007; Parra & Oliva, 2006; Smetana, 1995). Contudo, outros estudos observaram alguma

estabilidade temporal nesta dimensão durante a adolescência (Moreno, Muñoz, Pérez & Sánchez Queija, 2004, cit. in Lorence, 2007).

Quanto ao sexo dos adolescentes, os resultados das investigações demonstram que as raparigas percebem níveis superiores de afecto nos seus pais ao longo da adolescência. É também nas raparigas que se verifica uma descida mais acentuada (diferenças mais acentuadas) entre a adolescência média e tardia. Os rapazes apresentam uma diminuição mais gradual na percepção da dimensão afectiva que as raparigas (Lorence, 2007; Parra & Oliva, 2006).

Por outro lado, a maioria dos estudos observou uma diminuição dos níveis de coerção/imposição (supervisão/controlo) de pais e mães percebidos pelos adolescentes em função da sua idade. Neste sentido, os pais vão reajustando e adaptando as suas práticas educativas às necessidades e interesses dos adolescentes (Moreno et al., 2004; Parra, 2005, cit. in Lorence, 2007; Parra & Oliva, 2006; Shek, 2000, 2001a, 2001b), embora outras investigações tenham verificado alguma estabilidade temporal desta dimensão (Paulson & Sputa, 1996, cit. in Lorence, 2007).

Quanto ao sexo dos adolescentes, os resultados indicam que tanto os rapazes como as raparigas percebem um menor controlo parental ao longo da adolescência. Contudo, as raparigas pareciam sentir-se mais controladas que os amigos durante a uma fase mais intermédia e final da adolescência (Baumrind, 1991, cit. in Parra & Oliva, 2006; Dornbusch, Ritter, Leiderman, Roberts & Fraleigh, 1987; Moreno et al., 2004, cit. in Lorence, 2007; Shek, 2000, 2001a, 2001b). Para Parra e Oliva (2006), estas diferenças no controlo comportamental mais autoritário dos pais para as raparigas adolescentes devem-se à imagem social atribuída ao sexo feminino como um ser mais vulnerável e com maior necessidade de protecção. As raparigas poderão sentir que os pais agem de uma forma mais autoritária porque amadurecem antes da exigência de uma maior liberdade. Por outro lado, os estudos que avaliaram o controlo como o nível de conhecimento que têm os pais sobre as actividades diárias dos filhos não observaram diferenças entre as diferentes etapas da adolescência, embora tenham podido constatar que são as raparigas as que informam os seus progenitores com mais frequência e de maneira mais espontânea sobre os seus assuntos (Parra & Oliva, 2002, 2006).

Estes autores realizaram um estudo longitudinal com 101 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, com o objectivo de analisar a evolução

dos estilos ao longo da adolescência, em ambos os sexos. Nos seus resultados, verificaram a existência de alguma estabilidade temporal na dimensão afecto, com níveis semelhantes entre o início e o final da adolescência e geralmente mais elevados que o controlo. Mas as raparigas percebiam mais afecto que os rapazes durante as fases média e tardia da adolescência, nas quais percebiam também um maior nível de controlo que estes, embora geralmente o controlo diminuía em função da idade dos participantes (Parra & Oliva, 2006).

Musitu e García (2001, 2004a) realizaram um estudo de validação da ESPA29 numa amostra de 3030 adolescentes espanhóis de ambos os sexos (1383 rapazes e 1647 raparigas), com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos de idade e que se encontravam entre o 2º ciclo do ensino básico e o secundário.

No que respeita ao estudo dos estilos em função da idade dos adolescentes, verificaram que existiam diferenças entre os 4 grupos de idade que criaram (10-11 anos, 12-13 anos, 14-15 anos e 16-18 anos) no grau de aceitação/implicação e de coerção/imposição percebidos pelos adolescentes, tanto na mãe como no pai. As diferenças foram significativas para todas as sub-escalas que constituem as dimensões, em ambos os pais. Os seus resultados mostraram que os adolescentes tinham uma tendência para a diminuição do nível de aceitação/implicação e de controlo/imposição durante uma fase mais intermédia da adolescência e que se mantinha até ao final da mesma. Contudo, embora tenham verificado a diminuição do estilo envolvente, na generalidade apresentava valores mais elevados que a coerção (Musitu & García, 2001, 2004a).

Estes autores também encontraram algumas diferenças na socialização parental em função do sexo e que eram generalizáveis quer se tratasse do estilo aceitação/implicação, quer das respectivas práticas parentais, em ambos os pais. Neste sentido, constataram que as raparigas percebiam um maior grau de aceitação/implicação que os rapazes, tanto da mãe como do pai. Mas os seus resultados não confirmaram a existência de diferenças significativas no nível de coerção/imposição, pelo que rapazes e raparigas consideravam que o comportamento de pai e mãe eram semelhantes. No entanto, apesar de não se repercutirem no global da coerção/imposição, os autores encontraram diferenças na prática da coerção física na privação de pai e de mãe e que eram mais utilizados nos rapazes que nas raparigas (Musitu & García, 2001, 2004a).

Assim, existia uma tendência dos estilos parentais nas dimensões de aceitação/implicação e coerção/imposição para diminuir progressiva e constantemente, e que é congruente com o aumento de autonomia adquirida pelos filhos à medida que estes envelhecem. Os adolescentes consideram que pais e mães recorrem mais à aceitação/implicação nas raparigas que nos rapazes, mas o nível de coerção/imposição era semelhante. Contudo, os pais que recorriam ao castigo físico e à privação usavam-no mais nos rapazes, o que provavelmente se deve à influência que os estereótipos associados aos papéis sexuais exercem no comportamento dos pais e das mães com os filhos e as filhas (Musitu & García, 2001, 2004a).

Estes autores também diferenciaram os estilos educativos percebidos de mãe e de pai e verificaram que o comportamento do pai na aceitação/implicação era percebido como mais extremo que o da mãe, excepto na prática do diálogo nos rapazes. Os adolescentes consideravam que o pai usava mais a aceitação/implicação. Quando os adolescentes se comportavam de forma adequada, o pai recorria a um maior nível de afecto e menor indiferença, e quando se comportavam desadequadamente, o pai expressava maior diálogo e menor displicência. Quando analisaram as perspectivas de rapazes e raparigas em conjunto, o comportamento do pai era também significativamente mais extremo na coerção verbal. As diferenças não foram estatisticamente significativas nas outras práticas (coerção física e privação), mas geralmente o comportamento dos pais coincidia. Contudo, tanto os rapazes como as raparigas percebiam que o comportamento dos pais também coincidia na coerção/imposição (Musitu & García, 2001, 2004a).

López-Jáuregui e Elosua (2009) realizaram a adaptação e validação da ESPA29 para o País Basco numa amostra de 1184 adolescentes de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos. Os seus resultados demonstraram a existência de diferenças significativas na aceitação/implicação e na coerção/imposição do pai, bem como em todas as suas sub-escalas, em função dos grupos etários. Contudo, não observaram diferenças significativas nas práticas de coerção verbal e diálogo da mãe. À medida que os adolescentes crescem, consideram que pais e mães diminuem o recurso ao diálogo e ao afecto, mas aumentam a utilização da displicência e indiferença. Por outro lado, encontraram um padrão de variação na coerção/imposição e nas práticas (coerção física, privação e coerção verbal) que coincide em pais e mães e que consiste

num decréscimo ininterrupto a partir dos 13 anos.

Os autores também encontraram diferenças entre rapazes e raparigas nas dimensões principais e nas práticas educativas utilizadas, excepto para a coerção física e verbal de ambos os pais. As raparigas consideram que tanto as mães como os pais recorrem mais ao diálogo e ao afecto, em relação aos rapazes. Ambos os pais usavam mais a aceitação/implicação nas raparigas que nos rapazes, mas estes percebiam que ambos os pais usam mais a displicência e a indiferença. Os adolescentes consideravam que o nível de coerção/imposição de ambos os pais era semelhante, embora utilizassem mais a privação nos rapazes que nas raparigas (López-Jáuregui & Elosua, 2009).

Numa outra investigação, Martínez e colaboradores (2003) compararam os estilos parentais de adolescentes brasileiros (n=2142) e espanhóis (n=2437) com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Na amostra espanhola, os pais obtinham um nível mais elevado na aceitação/implicação, pelo que eram considerados como mais envolventes que as mães. Contudo, estas eram consideradas pelos adolescentes brasileiros como mais envolvidas e afectivas que os pais. Embora as diferenças na aceitação/implicação nos pais não fossem significativas em função do país, os adolescentes brasileiros percebiam que as mães adoptavam mais comportamentos de aceitação/implicação que as espanholas. Os níveis de coerção/imposição dos pais também não diferiam em função do país, mas as mães brasileiras adoptavam comportamentos coercivos que as espanholas (Martínez, Musitu, García & Camino, 2003). Estes resultados foram consistentes com os encontrados noutra estudo por Martínez (2005).

No Nordeste do Brasil, Moraes e colaboradores (2007) utilizaram a ESPA29 numa amostra de 2004 adolescentes de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Estes autores obtiveram uma estrutura não bidimensional, mas de três dimensões, denominadas como “aceitação”, “coerção” e “displicência”. Para estes adolescentes, parece existir uma distinção entre dar afecto e dialogar – atitudes que reflectem relações de maior proximidade – e a ausência de displicência e indiferença – que constituem formas de comportamento que reflectem alguma falta de atenção dos pais para os filhos. Assim, a dimensão aceitação era composta pelo afecto e o diálogo, a coerção pelas práticas de coerção verbal, física e privação e a displicência pelas sub-escalas referentes à displicência e à indiferença. Uma possível justificação para estes

resultados seria a existência de diferenças no comportamento dos pais em função das diferenças culturais e especificidades da amostra estudada e à necessidade de mais investigação sobre as práticas de socialização familiares nos adolescentes (Moraes, Camino, Costa, Camino & Cruz, 2007).

1.2.6.2. As Tipologias de Socialização Parental (Abordagem Tipológica)

Na abordagem relacional, Musitu e García (2001, 2004a) conceptualizaram os estilos de socialização parental em duas dimensões que caracterizam a relação paterno-filial, a qual só pode ser entendida considerando-as simultaneamente. Neste sentido, quando se cruzam as duas dimensões, surgem quatro categorias de estilos de socialização parental, caracterizadas por uma forma específica de encarar a socialização dos filhos – *firme*, indulgente, autoritário e negligente (Lamborn et al., 1991; Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Santos, 2008; Steinberg et al., 1994).

Estes estilos resumem a função heurística da relação parental, pois reúnem os padrões comportamentais dos pais na socialização com os filhos (Lila et al., 2000). De facto, parece existir alguma consistência interna e estabilidade temporal das estratégias e recursos que aqueles usam. Portanto, podemos considerar que existem estilos de socialização predominantes e universais, sem contudo nos pronunciarmos sobre *tipos puros* (sendo esta tipologia uma simplificação da realidade) (Musitu & García, 2001, 2004a).

De seguida, descrevemos os estilos de socialização parental, considerando as duas dimensões extremas de aceitação/implicação e de coerção/imposição simultaneamente.

O estilo *firme* caracteriza-se pelo elevado nível de aceitação/implicação e de coerção/imposição. Estes pais esforçam-se por dirigir as actividades do filho, mas de forma racional e orientada para o processo, por incentivar o diálogo verbal e a comunicação, pelo que partilham o raciocínio subjacente às regras e normas familiares e exigem o seu cumprimento. Assim, tentam exercer o controlo *firme* do seu

comportamento mas consideram os interesses, direitos e qualidades dos filhos, pois em caso de divergências dão-lhes espaço para expressarem a sua opinião e para o debate, recorrendo pouco ao reforço punitivo e mais à razão e ao poder para justificar os seus objectivos. Estes pais valorizam qualidades expressivas e instrumentais como o diálogo, a capacidade de iniciativa e maturação pessoal, a tomada de decisões e autonomia. A diferença dos pais indulgentes reside no facto de utilizarem a coerção física, verbal e a privação no caso de quebra das normas familiares pelos filhos.

O estilo indulgente predomina nos pais com um elevado nível de aceitação/implicação e baixo de coerção/imposição, pelo que tendem a aceitar os impulsos, desejos e comportamentos do filho. Estes pais consultam os filhos quanto às decisões familiares internas e explicam-lhes as regras e o raciocínio subjacente, mas não os obrigam a cumpri-las, e evitando atribuir castigos e coerções, consideram que os filhos são capazes de regular o seu próprio comportamento. Contudo, não os obrigam a obedecer a padrões comportamentais estabelecidos socialmente, pois recorrem ao raciocínio e ao diálogo para inibir comportamentos menos adequados.

O estilo autoritário relaciona-se com a existência de um baixo nível de aceitação/implicação com os filhos e elevado de coerção/imposição. São pais muito exigentes e pouco atentos e sensíveis aos interesses e desejos ou opiniões dos filhos, não os incentivam a expressarem-se, sendo a comunicação geralmente unilateral e afectivamente reprobatória. Assim, estes pais tentam modelar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes do filho com um conjunto de regras-padrão tidas como absolutas, valorizam a obediência e por isso recorrem a estratégias punitivas e de força quando o seu comportamento não vai ao encontro do considerado aceitável (controlo restritivo que impõe o cumprimento das normas). Da mesma forma, valorizam o respeito pela autoridade, pelo trabalho e pela manutenção da ordem e das tradições.

No estilo negligente, existem baixos níveis quer de aceitação/implicação, quer de coerção/imposição, ou seja, existe falta de supervisão, controlo e cuidado dos filhos. Os pais negligentes geralmente permitem que os filhos cuidem de si mesmos e definam as suas próprias regras, responsabilizam-nos pelas suas necessidades físicas e psicológicas e atribuem-lhes uma independência afectiva e material quase total. De facto, estes pais questionam pouco os filhos sobre as decisões e regras familiares, não as explicam nem lhes exigem o seu cumprimento, pelo que reagem com indiferença quer

os filhos se comportem de acordo com as regras, quer as transgridam (Figura 1).

Como referimos anteriormente, da reunião dos dois eixos (dimensões Aceitação/Implicação e Coerção/Imposição), derivam quatro estilos (tipos) de socialização parental: autoritário, *firme*, indiferente e indulgente, numa estrutura que apresentamos na Figura 1 (Musitu & García, 2001, 2004a).



Figura 1. Modelo Bidimensional de Socialização e Tipologias.

Fonte: Manual da *Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia* (2ª Edição) (ESPA29, Musitu & García, 2004a, p.15).

1.2.7. Instrumentos para caracterizar os Estilos Educativos Parentais

Como referimos anteriormente, ao longo dos séculos XX e XXI aumentaram os estudos sobre as relações entre pais e filhos (Oliva, 2003) e que têm importantes implicações teóricas e práticas na adolescência.

De facto, embora existam mais de 90 instrumentos sobre estilos de socialização parental e práticas parentais elaborados desde os anos 30, poucos estão adaptados ou validados para a população portuguesa. A maioria destes questionários avalia mais as intenções de comportamento subjacentes e crenças mais globais dos adolescentes, em detrimento de práticas educativas concretas dos pais ou de estilos de socialização parentais (Fontaine, 1986; Fontaine et al., 1992; Holden & Edwards, 1989, cit. in Ceballos & Rodrigo, 1998). Isto deve-se ao facto das questões serem colocadas de forma genérica, onde a deseabilidade social prevalece. Esta forma de avaliação impõe algumas dificuldades, na sua elaboração e aferição, mas inclui um conjunto de comportamentos variados que não são passíveis de observar directamente (Canavarro & Pereira, 2007; Oliveira, 1994; Steinberg & Morris, 2001).

Existem outras metodologias mediante as quais podemos estudar os comportamentos parentais, tais como a observação naturalista, observação no laboratório das interações entre pais e filhos em tarefas estruturadas e previamente definidas. Contudo, estas metodologias também apresentam alguns problemas, como por exemplo, uma invasão na intimidade familiar, onde geralmente prevalecem respostas/comportamentos que manifestam alguma tendência para a deseabilidade social (Canavarro & Pereira, 2007; Steinberg & Morris, 2001). O ideal seria combinar os dois métodos com uma boa base teórica (Lorence, 2007; Oliveira, 1994).

Um dos instrumentos desenvolvido para estudar as percepções dos filhos (tanto crianças como adolescentes) em relação ao comportamento dos pais é a *Escala de Estilos Educativos*, elaborada por Oliva e colaboradores (2007) e validada numa amostra de 848 adolescentes espanhóis com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos. Constituída por 41 itens para cada pai, mede os estilos parentais percebidos numa escala de Likert compreendida entre 1 (totalmente em desacordo) e 6 (totalmente de acordo) e na qual o adolescente manifesta o grau de concordância face às situações

apresentadas. Estes autores obtiveram uma estrutura de 6 dimensões para cada pai, que são: afecto, promoção da autonomia, controlo comportamental, controlo psicológico, revelação e humor (Oliva, Parra, Sánchez-Queija & López, 2007). À semelhança dos modelos anteriores, da combinação das dimensões resulta uma classificação da socialização num conjunto tipológico de quatro estilos, que descrevemos anteriormente (Figura 1).

Oliva e colaboradores (2007) observaram que os adolescentes consideravam que as mães eram mais afectivas e atentas às suas revelações, promoviam mais a autonomia e controlavam mais os comportamentos dos filhos. As raparigas percebiam que as mães tinham níveis mais elevados de promoção da autonomia, controlo comportamental e revelação, mas para elas, os pais também tinham um maior grau de controlo do seu comportamento e de humor. Tanto rapazes como raparigas realizaram uma avaliação mais favorável do estilo materno que do paterno (Oliva et al., 2007).

O EMBU-C (*Egna Minnen Beträffande Uppfostran* - Perris, Jacobsson, Lindstrom, von Knorring & Perris, 1980; versão portuguesa de Canavarro, 1996, 1999) é um instrumento de auto-preenchimento com o objectivo de avaliar separadamente a percepção que as crianças têm dos estilos educativos de pais e mães, sendo constituída por 32 itens, medidos numa escala de Likert entre 1 (*não, nunca*) e 4 (*sim, a maior parte do tempo*). Canavarro e Pereira (2007) apresentaram os resultados da validação da versão portuguesa da numa amostra de 456 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 11 anos. As autoras encontraram uma estrutura factorial semelhante à escala original composta por três factores: *Suporte Emocional* (disponibilidade física e afectiva dos pais, comportamentos de aceitação) *Rejeição* (hostilidade física e verbal, comportamentos de rejeição) e *Tentativa de Controlo* (comportamentos que visam a adesão do comportamento da criança às expectativas dos pais). Apesar de inicialmente elaborado para as crianças, este instrumento tem sido utilizado também para adolescentes (Fontaine et al., 1992) e até para adultos (Araújo, 2003).

Fontaine e colaboradores (1992) utilizaram a versão original do EMBU numa amostra de 222 adolescentes de ambos os sexos para estudar as relações entre o auto-conceito e a sua percepção dos estilos parentais. Os autores verificaram que a percepção dos estilos parentais variava em função de 2 grupos de idade: ≤ 15 e > 15 . O primeiro grupo considerava com mais frequência que os pais eram apoiantes (equivalente ao

estilo indulgente, com elevada compreensão e baixo controlo) e exigentes (como no *firme*, elevada compreensão e controlo) e em menor grau, autoritários e negligentes. Os adolescentes com mais de 15 anos consideravam que os pais eram sobretudo autoritários e apoiantes, mas menos negligentes e exigentes (Fontaine et al., 1992).

Buri (1991) elaborou também um *Questionário de Estilos Parentais (Parental Authority Questionnaire, PAQ)*, sendo constituído por 30 itens, para ambos os pais, numa escala que Likert situada entre o 1 (*discordo fortemente*) e o 5 (*concordo fortemente*). Estes itens derivam da avaliação fenomenológica da autoridade parental percebida pelos filhos e operacionalizam a teoria de Baumrind com a análise dos estilos parentais permissivo, autoritário e democrático.

No Brasil, Costa e colaboradores (2000) utilizaram as escalas de *Responsividade* (atitudes de compreensão e apoio emocional) e *Exigência* (atitudes de controlo do comportamento) para avaliar os estilos educativos de pais e mães, classificados em quatro estilos parentais, numa amostra de 378 adolescentes. A escala de exigência é constituída por 8 itens e a de responsividade por 10 itens, sendo respondidas numa escala de Likert de 3 pontos, que variava em função do tipo de afirmação apresentada. Os autores verificaram que a exigência materna percebida foi maior que a paterna em ambos os sexos, mas as raparigas percebiam níveis de exigência materna e paterna mais elevados que os rapazes. Tanto rapazes como raparigas consideravam que a responsividade da mãe era maior que a do pai. Não encontraram diferenças entre rapazes e raparigas quanto ao nível de responsividade do pai. A percepção dos estilos parentais observada nesta amostra foi em maior grau, como *firme*, negligente, indulgente e em menor frequência, como autoritário (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

Mais recentemente, Martínez e colaboradores (*in press*) realizaram a adaptação e validação da ESPA29 para o Brasil, numa amostra com 2105 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Estes autores comparam os resultados obtidos com os de Musitu e García (2001, 2004a) na validação original da ESPA29 e verificaram a existência de semelhanças na estrutura bidimensional e quadripartida deste instrumento.

Neste estudo, optámos por utilizar um questionário de auto-preenchimento, pois é mais fácil de aplicar e permite-nos conhecer aspectos pouco frequentes das interações e das relações entre pais e filhos, ou que sejam difíceis de observar e

interpretar sem informações dos participantes. Esta perspectiva pode ser apoiada por diversos autores que salientam a importância das percepções que os adolescentes têm do comportamento dos seus pais (experiência subjectiva) poderem ser ainda mais importantes do que o comportamento real em si (Rohner, 2004; Schaefer, 1965; Sessa et al., 2001, cit. in Canavarro & Pereira, 2007).

Como referimos anteriormente, ao longo dos anos intensificou-se o número de estudos sobre os estilos de socialização parental e o desenvolvimento dos filhos, inicialmente na infância e posteriormente também na adolescência. Assim, de seguida abordamos sucintamente o impacto e efeitos dos estilos de socialização parental no desenvolvimento dos adolescentes mediante alguns estudos, dando uma maior ênfase ao modelo proposto por Musitu e García no desenvolvimento da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, 2001, 2004a).

1.3. Efeitos das Dimensões e Estilos de Socialização Parental no desenvolvimento dos adolescentes

Os estudos sobre os estilos de socialização parental analisaram o seu impacto e efeitos em vários domínios do desenvolvimento dos adolescentes, como o psicossocial (auto-confiança, auto-estima, competência social e orientação para o trabalho), desempenho escolar (motivação escolar e rendimento académico), *stresse* psicológico (sintomas psicológicos e somáticos) e problemas comportamentais (indisciplina escolar, abuso de drogas, delinquência) (Antunes & Fontaine, 2008; Araújo, 2003; Baião, 2008; Canavarro & Pereira, 2007; Cavaco, 2007; Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; Fontaine, 1986; Fontaine et al., 1992; García & Gracia, 2009; Lamborn et al., 1991; Martínez, 2005; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Steinberg, 2000, 2005a, 2005b; Steinberg et al., 1994; Steinberg & Morris, 2001).

Nas investigações sob um foco tipológico, comparam-se os filhos cujos pais se diferenciam pelo estilo educativo que mostram, definido em função de dimensões como o afecto (aceitação/implicação) e controlo (coerção/imposição); no foco dimensional relacionam-se algumas variáveis ou dimensões mais relevantes do estilo parental com

variáveis alusivas ao ajustamento e competências filiais (Oliva et al., 2007).

Os estudos mais focados na visão dimensional sugerem a importância do afecto e da comunicação para o ajustamento dos adolescentes e verificaram que destes, os que percebem mais afecto nos seus pais e comunicam melhor com os mesmos mostram um melhor desenvolvimento psicossocial, nomeadamente na auto-confiança (Lamborn & Steinberg, 1993; Lorence, 2007; Oliva, 2006; Oliva & Parra, 2004; Steinberg & Silverberg, 1986), na auto-estima e no bem-estar psicológico (Noller & Callan, 1991, cit. in Oliva & Parra, 2004; Oliva, 2004, 2006; Oliva et al., 2002). Estes jovens apresentam ainda menos tendência para a depressão (Allen, Hauser, Eickholt, Bell & O'Connor, 1994, cit. in Oliva, 2006; Casarín, Murguía & Infante, 2008; Oliva & Parra, 2004), bem como um melhor bem-estar emocional e menos problemas comportamentais (consumo de drogas) e académicos (Maccoby & Martin, 1983; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2006; Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2007; Parra & Oliva, 2002, 2006; Parra, Oliva & Sánchez-Queija, 2004; Silverberg & Gondoli, 1996, cit. in Oliva, 2004; Steinberg et al., 1994; Steinberg, Lamborn, Dornbusch & Darling, 1992).

Outros estudos que combinaram o afecto e a comunicação com os filhos com a supervisão e a promoção da individualidade, verificaram efeitos muito positivos sobre o desenvolvimento e o ajustamento do adolescente, para além dos referidos anteriormente, observaram uma maior satisfação com a vida e estabilidade nas relações com os colegas e um menor mal-estar psicológico (Barber & Lyons, 1994; Darling & Steinberg, 1993; Martínez & Fuertes, 1999; Oliva et al., 2002; Parra et al., 2004; Steinberg et al., 1994).

Contudo, muitas vezes os adolescentes recusam manifestações de carinho parentais, para mostrarem algum grau de autonomia e autoridade. Ainda assim, necessitam de pais *firmes* e afectuosos que os apoiem e ajudem a superar os momentos mais difíceis e que mantenham uma comunicação afável consigo (Lamborn & Steinberg, 1993; Oliva, 2004; Oliva & Parra, 2004; Parra & Oliva, 2002; Parra et al., 2004). Neste sentido, quando as relações paterno-filiais são caracterizadas por uma afectividade extrema, é mais provável que os filhos se mostrem mais receptivos às tentativas socializadoras por parte dos seus pais e não contestem as suas estratégias de controlo (Ceballos & Rodrigo, 1998; Darling & Steinberg, 1993; Oliva, 2006; Oliva et

al., 2007).

Por outro lado, a falta de coesão e a existência de conflitos, quer na relação conjugal como na paterno-filial, podem associar-se a problemas de ajustamento interno no adolescente e a depressão ou tentativas de suicídio (Barber, Olsen & Shagle, 1994; Barber, Maughan & Olsen, 2005; Feldman, Fisher & Seitel, 1997, cit. in Oliva & Parra, 2004). Estes efeitos podem surgir sobretudo em contextos familiares onde predomina a hostilidade e carência de afecto, pois quando o conflito ocorre em relações familiares *saudáveis*, poderá facilitar o desenvolvimento da assertividade, as habilidades de resolução de conflitos e a empatia (Lamborn & Steinberg, 1993; Musitu & García, 2004b, 2005; Oliva, 2003, 2004, 2006; Smetana, Yau & Hanson, 1991; Steinberg & Silk, 2002, cit. in Oliva & Parra, 2004).

Existe ainda alguma controvérsia na importância do controlo parental (coerção/imposição) para o desenvolvimento dos adolescentes. Esta controvérsia talvez se deva à maior complexidade do controlo (relativamente ao afecto) e ao facto de muitos estudos não diferenciarem as suas sub-dimensões e o modo como estas estão associadas ao ajustamento dos filhos: exigência de responsabilidades, estabelecimento de limites (actividades proibidas, horários), supervisão, monitorização (observação do comportamento para intervir em qualquer tipo de infracção) e conhecimento das suas actividades (saber onde vão os filhos, com quem, a que horas) (Fletcher, Steinberg & Williams-Wheeler, 2004; Jacobson & Crockett, 2000; Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2007; Steinberg, 1990, cit. in Parra & Oliva, 2004).

Além disso, devemos considerar a existência de diferenças culturais importantes na interpretação dos diversos resultados observados em amostras de países diferentes (Chao, 1994; Martínez, 2005; Martínez & García, 2008; Martínez, García & Yubero, 2007; Martínez et al., *in press*; Moraes et al., 2007; Musitu & Cava, 2001, cit. in Lorence, 2007; Oliva, 2004; Shek, 2000, 2001a, 2001b).

As investigações salientam que o controlo parece ser fundamental para proporcionar uma estrutura de normas e regras que será gradualmente interiorizada (internalizada) pelo adolescente, para o manter afastado de amizades conflituosas, ou a reduzir e a prevenir problemas comportamentais (Chao, 1994; Fletcher, Walls, Cook, Madison & Bridges, 2008; Musitu & García, 2004b, 2005; Oliva, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Steinberg, 2005a, 2005b). Existem inúmeros dados que relacionam uma

maior monitorização parental com um melhor ajustamento escolar (Brown et al., 1993; Dornbusch et al., 1987; Linver & Silverberg, 1997; Oliva & Parra, 2004; Morgado, Maroco, Miguel, Machado & Dias, 2006; Oliva, 2004), menos actividades anti-sociais e delinquentes (Jacobson & Crockett, 2000; Oliva & Parra, 2004; Sampson & Laub, 1994) e uma iniciação da vida sexual menos precoce (Ensminger, 1990; Oliva & Parra, 2004).

Embora alguns estudos tenham também encontrado uma relação entre o controlo parental e o ajustamento interno ou emocional do adolescente (Barber, Olsen & Shagle, 1994; Oliva & Parra, 2004), a sua ausência relaciona-se mais com problemas comportamentais do que com os emocionais, os quais dependeriam mais do afecto e da comunicação familiar (Linver & Silverberg, 1995; Oliva et al., 2007; Sampson & Laub, 1994; Steinberg et al., 1992).

Patterson e colaboradores (Patterson, Debaryshe & Ramsey, 1989, cit. in Lorence, 2007) referiram que um estilo parental pouco disciplinado e coercivo do comportamento das crianças aumentava a probabilidade de terem problemas com drogas. Segundo estes autores, os problemas de comportamento durante a infância provocam sentimentos de rejeição e dos jovens dito “normais” e o promovem o fracasso escolar, pelo que na adolescência se mostram mais vulneráveis para adoptar comportamentos de toxicoddependência e comportamentos delinquentes.

Outro aspecto importante é diferenciar o controlo comportamental do controlo psicológico (intrusivo e manipulador dos pensamentos e sentimentos dos filhos, mediante indução de culpa ou chantagem emocional). O primeiro está associado a um maior ajustamento externo e o segundo a um menor ajustamento interno (Barber, 1996; Barber & Harmon, 2000, cit. in Oliva et al., 2007; Barber et al., 2005; Ceballos & Rodrigo, 1998; García & Garcia, 2009; Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva & Parra, 2004; Steinberg, 2000, 2005b).

Contudo, quando o controlo é excessivo ou exercido de um modo muito coercitivo e se impõem limites muito restritivos, pode gerar rebelião e problemas comportamentais (Oliva, 2004; Steinberg & Silk, 2002, cit. in Oliva & Parra, 2004). No entanto, as práticas educativas da coerção/imposição apenas são benéficas quando são adequadas à idade e às características dos adolescentes e num contexto familiar onde exista comunicação, sensibilidade e interesse pelas suas necessidades (Eccles et al.,

1993; Lorence, 2007; Oliva, 2004; Parra & Oliva, 2006; Steinberg, 2000).

Salientamos que a aceitação e a coerção são aspectos muito importantes a considerar para avaliar o impacto que os estilos educativos parentais têm no desenvolvimento infantil e adolescente. Mas a maioria dos estudos tem enfatizado o papel do afecto e da comunicação em relação ao controlo. Assim, um clima emocional e envolvente em casa permite que os adolescentes se expressem livre e espontaneamente e que dialoguem sobre as suas actividades e problemas aos pais. Desta forma, estes ficam consciencializados dos problemas dos filhos e afastam-nos de comportamentos inadequados e desviantes (García & Gracia, 2009; Martínez, 2005; Martínez et al., *in press*; Oliva, 2004; Oliva et al., 2007; Parra, 2005, cit. in Lorence, 2007).

Geralmente o envolvimento (afecto/aceitação/implicação) e o controlo (coerção/imposição) parental são compreendidos como variáveis de estudo independentes. Contudo, os resultados dos estudos demonstram que na perspectiva dos filhos, ambas podem ser interligadas, pois nalgumas culturas existem determinados tipos de coerção/controlo que são interpretados como provas de afecto ou falta deste. Assim, nas culturas ocidentais as práticas envolventes são relacionadas à aceitação/implicação e as práticas coercivas associadas com a falta de afecto e apoio parental (Molpeceres, Llinares & Musitu, 2001, cit. in Lorence, 2007).

Por outro lado, os estudos mais centrados na abordagem tipológica dos estilos parentais geralmente permitem-nos ter uma visão mais completa do clima familiar e da sua influência sobre o bem-estar dos adolescentes, pois manipulam simultaneamente diferentes dimensões e permitem obter uma panorâmica mais clara da relação entre pais e filhos (Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2007; Parra et al., 2004; Spera, 2005).

De acordo com Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005), os adolescentes educados em famílias *firmes* ou democráticas têm as normas de actuação bem internalizadas, pois os pais impuseram a sua autoridade para evitar a repetição da desobediência e utilizaram o diálogo para lhes proporcionar explicações e justificações sobre comportamentos alternativos. O ajustamento psicológico destes adolescentes é geralmente bom, pois desenvolveram a auto-confiança e o auto-controlo como consequência de terem integrado as normas e valores socialmente aceites, o que lhes permitia maximizar a sua competência em culturas muito competitivas como a norte-americana. Já nos estudos de Baumrind (1967, 1971) se tinha verificado que os

adolescentes anglo-saxónicos com pais *firmes* demonstravam uma maior competência e desenvolvimento sociais, bem como níveis de auto-conceito académico e social e saúde mental mais elevados (Dornbusch et al., 1987; García & Gracia, 2009; Lamborn et al., 1991; Maccoby & Martin, 1983; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva et al., 2007; Steinberg et al., 1994). Outras investigações concluíram que os filhos dos pais democráticos (que combinam a comunicação e o afecto com o controlo não coercivo do comportamento e exigências de responsabilidade) eram os que demonstravam uma melhor adaptação e um desenvolvimento mais saudável, bem como um interesse e motivação escolares mais elevados e menos problemas comportamentais (Darling & Steinberg, 1993; Lamborn et al., 1991; Morgado et al., 2006; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2002; Oliva et al., 2007; Tristão, 2009).

Contudo, noutros estudos transculturais não se constatou que os pais *firmes* de famílias asiáticas e afro-americanas tivessem filhos academicamente mais competentes. Chao (1994) observou que embora os jovens chineses percepcionassem os seus pais como mais autoritários (reflectia a sua obediência inquestionável face aos seus pais) e menos *firmes* (reflectia as expectativas parentais do comportamento maduro e o encorajamento para a comunicação bidireccional entre ambos). Assim, nas culturas onde não se dá tanta importância ao individualismo e à competitividade, nas quais as normas são aparentemente mais estruturadas e complexas, a existência de uma elevada coerção/imposição parece não favorecer resultados tão bons como nas sociedades americana e anglo-saxónica.

Porém, na sociedade espanhola o uso do castigo físico está legalmente proibido no sistema educativo e é considerado como uma prática embaraçosa, pois pode gerar ressentimento e rejeição dos filhos face aos pais e influenciar negativamente o seu bem-estar ou ajustamento psicológicos (Darling & Steinberg, 1993; Lila et al., 2000; Llinares, 1998; Milevsky et al., 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2004).

Os filhos de pais indulgentes ou permissivos recebem um importante feedback positivo destes quando os seus comportamentos são adequados, mas quando se desviam das normas, não lhes são impostos castigos/sanções, apenas argumentam sobre qual/quais seriam as alternativas de comportamento e as suas razões. Por isso, estes

filhos são os que internalizam mais solidamente as normas do comportamento social (Llinares, 1998; Musitu & García, 2001, 2004a). O facto de não existirem coerções rígidas dos pais poderá justificar a sua orientação face aos pares e às actividades socialmente valorizadas pelos adolescentes, pois não confiam tanto nos valores de tradição e segurança como os *firmes*, tendo por isso um envolvimento mais igualitário na relação com os seus pais e um melhor auto-conceito familiar (Lamborn et al., 1991; Lewis, 1981; Milevsky et al., 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2004; Tristão, 2009).

No estilo indulgente, geralmente os adolescentes de famílias anglo-saxónicas apresentam uma implicação e resultados escolares mais baixos, tendo mais problemas relacionados não só com o consumo de álcool e drogas, mas também no comportamento escolar, comparativamente aos adolescentes de pais *firmes*, devido ao baixo nível de coerção/imposição. Poderão demonstrar ainda alguma falta de esforço e motivação modificarem o seu comportamento. Estes resultados não correspondem aos encontrados nas amostras espanhola, italiana e alemã, nas quais se constatou que o auto-conceito académico e social foi superior ao de adolescentes *firmes* (Ceballos & Rodrigo, 1998; García & Gracia, 2009; Llinares, 1998; Marchetti, 1997, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Milevsky et al., 2007; Oliva, 2003, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004).

Os filhos de pais autoritários recebem uma elevada coerção/imposição e baixa aceitação/implicação e apresentam uma atitude mais hostil, de rejeição e um maior ressentimento face aos pais, bem como um menor auto-conceito familiar e escolar. Nos estudos americanos, estes adolescentes mostraram um envolvimento e resultados escolares razoáveis, níveis médios ou baixos na auto-estima, mas têm níveis relativamente baixos na auto-relevância, pois mostram um maior *distress* internalizado. Estes adolescentes apresentavam um elevado grau de *distress* psicológico e somático (sintomas depressivos), relacionado com a exposição continuada a um ambiente familiar psicologicamente opressivo e inadequado para o seu desenvolvimento psicossocial, caracterizado pela aceitação externa das normas (estas são aceites pela força de uma autoridade (Ceballos & Rodrigo, 1998; Lewis, 1981; Lila et al., 2006; Lila et al., 2000; Llinares, 1998; Milevsky et al., 2007; Oliva, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Steinberg, 2000, 2005b). Dado que a obediência dos filhos está impregnada de medo e

não de razão e afecto, como nos outros estilos, a longo prazo pode não se verificar uma internalização das normas e comportamentos sociais, pela sua parte o que se pode expressar pela sua rebeldia e tendência para os amigos. Os filhos adolescentes procuram os reforços positivos imediatos, pois os valores são fundamentalmente hedonistas e aprenderam a obedecer às fontes de autoridade e poder mais que à razão. Os resultados encontrados em Espanha mostraram que estes adolescentes tendem a ser mais inseguros e receosos, ou mesmo mais depressivos (Stark, Humphrey, Cook & Lewis, 1990, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a).

Já os filhos educados num meio negligente ou indiferente são mais teimosos, envolvem-se frequentemente em discussões e agem impulsivamente, sendo por vezes ofensivos e cruéis, mentem e enganam as pessoas com mais facilidade que os educados com outros estilos parentais. Como não receberam coerções nem sanções, muitas vezes estes jovens não têm medo nem se inibem perante as figuras de autoridade sociais, pelo que poderão desenvolver quer problemas externalizados (agressividade, comportamentos anti-sociais, consumo de drogas, baixa competência social), tendo uma baixa orientação laboral e escolar, quer problemas internalizados (baixa auto-estima, problemas psicológicos) (Lorence, 2007; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005). Dado que estes jovens não tiveram nenhum tipo de guia/orientação para o seu comportamento, nem de normas e apoio/afecto parental, tendem a apresentar um conjunto consequências emocionais e psicológicas nas quais se incluem o medo do abandono, falta de confiança nos outros, pensamentos suicidas, baixa auto-estima, medos irracionais, ansiedade e capacidades sociais pouco desenvolvidas (Ceballos & Rodrigo, 1998; Huxley et al., 1999, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Llinares, 1998; Milevsky et al., 2007; Oliva, 2003, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2004; Oliva et al., 2002; Steinberg et al., 1994).

Comparativamente aos outros estilos, estes adolescentes geralmente têm os níveis mais baixos em termos de ajustamento e desenvolvimento psicossocial e rendimento escolar, sendo caracterizados por uma trajectória tendencialmente descendente e problemática, com um maior *distress* internalizado, bem como um baixo auto-conceito académico e problemas comportamentais (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Oliva, 2003, 2004, 2006; Milevsky et al., 2007; Oliva & Parra, 2004).

Na Tabela 1, apresentamos um breve resumo sobre o impacto que os diferentes estilos de socialização parentais podem exercer sobre a adaptação dos adolescentes nos âmbitos psicossocial, cognitivo/escolar, psicossomático e comportamental. Este resumo foi elaborado com base nos modelos de socialização parental que descrevemos anteriormente e nos estudos que os operacionalizaram.

Tabela 1. Relação entre os Estilos de Socialização Parentais e a adaptação psicossocial dos adolescentes.

Pais	Desenvolvimento Psicossocial	Desempenho Cognitivo/Escolar	Stresse psicológico (sintomas psicossomáticos)	Comportamento
Aceitação/ Implicação	<ul style="list-style-type: none"> . Melhor desenvolvimento psicossocial: . Elevada auto-confiança . Elevada auto-estima e bem-estar psicológico . Maior satisfação com a vida e estabilidade nas relações com os colegas . Ausência de espírito crítico 	<ul style="list-style-type: none"> . Menos problemas escolares e académicos 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhor bem-estar emocional . Menos tendência para a depressão . Menor mal-estar psicológico . Maior bem-estar psicológico 	<ul style="list-style-type: none"> . Menos problemas comportamentais
Coerção/ Imposição	<ul style="list-style-type: none"> . Em relações familiares <i>saudáveis</i>, pode facilitar o desenvolvimento da assertividade, as habilidades de resolução de conflitos e a empatia . Proporciona 1 estrutura de normas e regras gradualmente interiorizada (internalizada) pelo adolescente, para: <ul style="list-style-type: none"> - Mantê-lo afastado de amizades conflituosas, - Reduzir e prevenir problemas comportamentais 	<ul style="list-style-type: none"> . Melhor ajustamento escolar 	<ul style="list-style-type: none"> . Depressão, tentativas de suicídio . Controlo psicológico associado a problemas emocionais (a um menor ajustamento interno) 	<ul style="list-style-type: none"> . Problemas de ajustamento interno no adolescente . Menos actividades anti-sociais e delinquentes . Iniciação da vida sexual menos precoce . Controlo comportamental associado a um maior ajustamento externo . Quando excessiva ou com limites muito restritivos, pode gerar rebeldia e problemas comportamentais

Pais	Desenvolvimento Psicossocial	Desempenho Cognitivo/Escolar	Stresse psicológico (sintomas psicossomáticos)	Comportamento
Firmes	<ul style="list-style-type: none"> . Bom ajustamento psicológico . Integram e aceitam as normas sociais . Respeitam os valores humanos e da natureza . Elevada auto-confiança . Elevado Auto-controlo . Maior auto-conceito familiar. . Maior competência em culturas + competitivas (ex: EUA) . Maior competência e desenvolvimento sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Maior interesse e motivação escolares . Maior rendimento escolar . Maior auto-conceito escolar 	<ul style="list-style-type: none"> . Níveis de saúde mental mais elevados 	<ul style="list-style-type: none"> . Menos problemas comportamentais . Respeito pela autoridade . Maior obediência
Indulgentes/ Permissivos	<ul style="list-style-type: none"> . Internalização mais sólida das normas do comportamento social . Respeitam os valores humanos e da natureza . Envolvimento + igualitário na relação filho-pais . Elevado auto-conceito familiar . Orientação face aos pares e às actividades socialmente valorizadas pelos filhos . Maior competência e ajustamento sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . Níveis de implicação e resultados escolares mais baixos . Problemas de comportamento escolar . Maior auto-conceito escolar (Espanha, Itália, Alemanha) 	<ul style="list-style-type: none"> . Menos problemas psicológicos 	<ul style="list-style-type: none"> . Problemas de comportamento . Consumo de álcool e drogas . Atitude desmotivada e pouco orientada para a modificação do comportamento

Pais	Desenvolvimento Psicosocial	Desempenho Cognitivo/Escolar	Stresse psicológico (sintomas psicossomáticos)	Comportamento
Autoritários	<ul style="list-style-type: none"> . Menor auto-conceito familiar . Níveis médios ou baixos na auto-estima . Níveis relativamente baixos na auto-relevância . Aceitação externa das normas (aceites pela força de uma autoridade) 	<ul style="list-style-type: none"> . Menor auto-conceito escolar . Envolvimento e resultados escolares razoáveis 	<ul style="list-style-type: none"> . Maior distress internalizado . Elevado grau de distress psicológico e somático (problemas de ansiedade e depressão) . Mais insegurança e receio 	<ul style="list-style-type: none"> . Atitude + hostil e rebelde, de rejeição . Maior ressentimento face aos pais . Orientação para o trabalho . Procura de reforços positivos imediatos
Indiferentes/ Negligentes	<ul style="list-style-type: none"> . Maior tendência para a teimosia, discussão e impulsividade . Maior manipulação . Problemas internalizados - Baixa auto-estima . Medo de abandono . Falta de confiança nos outros . Baixa auto-estima . Níveis mais baixos de ajustamento e desenvolvimento psicosocial . Capacidades sociais menos desenvolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> . Baixa orientação laboral e escolar . Rendimento escolar . Baixo envolvimento académico 	<ul style="list-style-type: none"> . Problemas psicológicos . Pensamentos suicidas . Medos irracionais . Ansiedade . Maior distress internalizado . Problemas de ajustamento psicológico 	<ul style="list-style-type: none"> . Problemas de comportamento (mesmo face às figuras de autoridade sociais) . Menor inibição dos impulsos (perante as figuras de autoridade sociais) . Problemas externalizados - agressividade, comportamentos anti-sociais, consumo de drogas, baixa competência social . Problemas comportamentais

CAPÍTULO II – OBJECTIVOS

Objectivos

Dada a importância que a relação paterno-filial exerce no desenvolvimento dos adolescentes, quer ao nível psicossocial quer em outras áreas de funcionamento, pareceu-nos relevante estudar a percepção que os filhos têm acerca dos estilos de socialização parental.

Assim, de seguida apresentamos os objectivos gerais e específicos do presente estudo.

2.1. Objectivos gerais

A presente investigação tem como objectivos gerais:

- Validar a versão portuguesa da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a);
- Estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a);
- Descrever e caracterizar os estilos de socialização parental percebidos por uma amostra de adolescentes portugueses.

2.2. Objectivos específicos

- Estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a) numa amostra de adolescentes;
- Caracterizar e analisar a percepção dos estilos parentais dos adolescentes em função das características sócio-demográficas estudadas (sexo, idade, grupo etário);
- Analisar a existência de eventuais diferenças nas dimensões de socialização parental percebidas pelos adolescentes (aceitação/implicação e coerção/imposição), entre pais e mães;
- Estudar a existência de eventuais diferenças na tipologia de estilos parentais percebidos pelos adolescentes, entre pais e mães;
- Analisar a existência de eventuais diferenças nas dimensões de socialização parental percebidas pelos adolescentes da amostra portuguesa, comparativamente à espanhola;
- Verificar a existência de eventuais diferenças na tipologia dos estilos percebidos pelos adolescentes da amostra portuguesa, relativamente à espanhola.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Neste ponto do trabalho, realizamos uma descrição dos principais aspectos metodológicos da presente investigação.

3.1. Tipo de estudo

O nosso estudo é predominantemente exploratório e descritivo, de forma a elaborar a descrição de um fenómeno ou conceito mediante a sua quantificação (dimensões e estilos de socialização parental percebidos), e assim identificar as características de uma amostra (Almeida & Freire, 2003). Neste sentido, não formulámos hipóteses, pelo que a análise se guiou pelos objectivos da investigação, de modo a realizar a validação da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a) e a conhecer a percepção que uma amostra de adolescentes portugueses tem sobre os estilos parentais dos seus pais.

Como se trata de uma investigação para a validação de um instrumento, realizámos uma série de procedimentos específicos, como o pré-teste, o teste, e o seu reteste, e que abordaremos mais detalhadamente ao longo deste capítulo.

3.2. Amostra

Sendo o objectivo principal desta investigação validar a versão portuguesa da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a), a amostra seleccionada é constituída por adolescentes escolarizados, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

3.2.1. Técnica de Amostragem

Neste estudo, a amostra foi recolhida por conveniência (Almeida & Freire, 2003; Maroco, 2003), junto de adolescentes escolarizados, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, em escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário das regiões do Litoral Alentejano e Algarve. Portanto, os participantes foram seleccionados de acordo com a disponibilidade dos docentes nas escolas que foram objecto de estudo. Embora esta amostra não seja representativa da população de adolescentes que reside em Portugal, tentámos aplicar os instrumentos a jovens que frequentassem escolas localizadas em zonas geográficas urbanas e também rurais.

3.2.2. Caracterização Geral da Amostra

Neste ponto do trabalho, apresentamos a descrição das características sócio-demográficas das amostras estudadas, relativamente ao sexo, idade, grupo etário, ano de escolaridade e outras informações, recolhidas através de um *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (Anexo A).

Em primeiro lugar, realizámos um pré-teste com todos os instrumentos da presente investigação a uma amostra constituída por 4 alunos de escolas do Alentejo (Escola Secundária Padre António Macedo e Escola Tecnológica do Litoral Alentejano). Todos os alunos tinham idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos ($M= 17.00$, $DP= 1.41$), dos quais 3 são do sexo masculino (75%) e 1 do sexo feminino (25%). Todos os alunos se encontravam no grupo etário dos 16-18 anos de idade, dos quais 3 frequentavam o ensino secundário (75%) e 1 encontrava-se no 3º ciclo do ensino básico.

Inicialmente, definimos 4 grupos de idade como os autores (10-11 anos, 12-13 anos, 14-15 anos e 16-18 anos), mas devido ao tamanho da nossa amostra, só foi possível definir 2 grupos etários (10-14 anos e 15-18 anos) de modo a calcular correctamente os percentis.

A amostra do estudo 1 (Teste) passou por um processo de “depuração”. Inicialmente, participaram no estudo 902 adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos ($M= 15.56$, $DP= 2.47$), dos quais a maioria (57.4%) era do sexo feminino ($n=518$), sendo 42.6% do sexo masculino ($n=384$). Como podemos verificar na Tabela 2, grande parte dos participantes encontrava-se no Ensino Secundário ($n=367$, 40.9%) de diversas escolas do Algarve e Alentejo e na faixa etária que inclui as idades situadas entre os 15 e os 18 anos ($n=492$, 55.5%).

No grupo etário de 10-14 anos, a maioria dos adolescentes era do sexo feminino ($n=227$, 25.2%), e 183 do sexo masculino (20.3%). No grupo etário de 15-18 anos, havia 201 rapazes (22.3%) e 291 raparigas (32.2%).

Nesta amostra inicial, cerca de 30.4% dos participantes era do Alentejo ($n=274$), ao passo que a grande maioria era do Algarve ($n=628$, 69.6%). Os participantes frequentavam duas escolas do Alentejo e oito do Algarve.

No entanto, eliminámos 53 participantes pelos seguintes motivos: incorrecto preenchimento dos questionários, número elevado de itens não respondidos e por morarem em colégios ou com outros familiares que não os pais (tios ou avós). Além disso, como a versão original da ESPA29 foi validada com adolescentes até aos 18 anos, eliminámos também os questionários dos alunos com 19 ou mais anos (Musitu & García, 2001, 2004a).

Tabela 2. Distribuição da amostra inicial do Estudo 1 (Teste) por sexo, idade e ano de escolaridade que frequenta.

	Sexo					
	F (n=518)		M (n=384)		Total (n=902)	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Idade (M=14.56, DP= 2.47)						
10	26	5.0	15	3.9	41	4.5
11	44	8.5	31	8.1	75	8.3
12	58	11.2	58	15.1	116	12.9
13	46	8.9	40	10.4	86	9.5
14	53	10.2	39	10.2	92	10.2
15	75	14.5	54	14.1	129	14.3
16	60	11.6	46	12.0	106	11.8
17	84	16.2	55	14.3	139	15.4
18	72	13.9	46	12.0	118	13.1
Idade Agrupada						
10-14 Anos	227	25.2	183	20.3	410	45.5
15-18 Anos	291	32.2	201	22.3	492	55.5
Ano de Escolaridade						
5º	51	9.9	34	8.9	85	9.5
6º	59	11.4	55	14.5	114	12.7
7º	49	9.5	44	11.6	93	10.4
8º	49	9.5	46	12.1	95	10.6
9º	76	14.7	67	17.6	143	15.9
10º	82	15.9	51	13.4	133	14.8
11º	43	8.3	24	6.3	67	7.5
12º	108	20.9	59	15.5	167	18.6
Ano de Escolaridade Agrupado						
2º Ciclo	110	21.3	89	23.4	199	22.2
3º Ciclo	169	32.7	150	39.5	319	35.6
Secundário	233	45.1	134	35.3	367	40.9
C.E.F.	5	1.0	7	1.8	12	1.3

Total	517	380	897
--------------	-----	-----	-----

Deste modo, a amostra final deste estudo é composta por 849 adolescentes, dos quais 363 são do sexo masculino (42.8%) e mais de metade são do sexo feminino (n=486, 57.2%), com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos (M=14.57, DP=2.43). A Tabela 3 contém a distribuição dos participantes da amostra final por sexo, idade e ano de escolaridade. Como podemos verificar, a maioria dos participantes tem entre 15 e 18 anos de idade (n=464, 54.7%), e encontrava-se no ensino secundário (n=347, 41.1%), embora tenha havido 5 participantes (0.6%) que não responderam à questão relativa ao ano de escolaridade. O grupo etário de 10-14 anos é constituído por 385 participantes (45.3%), dos quais grande parte são raparigas (n=213, 25.1%) (n rapazes=172, 20.2%).

Na Tabela 3, podemos observar ainda que a maioria dos participantes do 3º ciclo de escolaridade (n=292, 34.6%) se encontrava no 9º ano (n=131, 15.5%) e que uma pequena minoria estudava nos Cursos de Educação e Formação (C.E.F.) (n=12, 1.4%). Constatamos também que uma pequena parte dos sujeitos desta amostra tinha 10 (n=39; 4.6%) ou 11 (n=73, 8.6%) anos de idade. Nesta amostra, 27.3% dos participantes era do Alentejo (n=232), ao passo que a grande maioria era do Algarve (n=617, 72.7%).

Tabela 3. Distribuição da amostra final do Estudo 1 (Teste) por sexo, idade e ano de escolaridade que frequenta.

	Sexo					
	F (n=486)		M (n=363)		Total n	(n=849) (%)
	n	(%)	n	(%)		
Idade (M=14.57, DP= 2.43)						
10	25	2.9	14	1.6	39	4.6
11	42	4.9	31	3.7	73	8.6
12	54	6.4	54	6.4	108	12.7
13	46	5.4	37	4.4	83	9.8
14	46	5.4	36	4.2	82	9.7
15	72	8.5	51	6.0	123	14.5
16	53	6.2	44	5.2	97	11.4
17	80	9.4	53	6.2	133	15.7
18	68	8.0	43	5.1	111	13.1
Idade Agrupada						
10-14 Anos	213	25.1	172	20.2	385	45.3
15-18 Anos	273	32.2	191	22.5	464	54.7
Ano de Escolaridade						
5°	48	5.7	33	3.9	81	9.6
6°	59	7.0	53	6.3	112	13.3
7°	44	5.2	41	4.9	85	10.1
8°	47	5.6	41	4.9	88	10.4
9°	67	7.9	64	7.6	131	15.5
10°	75	8.9	45	5.3	120	14.2
11°	40	4.7	24	2.8	64	7.6
12°	105	12.4	58	6.9	163	19.3
Ano de Escolaridade Agrupado						
2° Ciclo	107	12.7	86	10.2	193	22.9
3° Ciclo	153	18.1	139	16.5	292	34.6
Secundário	220	26.1	127	15.0	347	41.1

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

C.E.F.	5	0.6	7	0.8	12	1.4
Total	485		359		844	

Apesar de não ser uma amostra representativa da população total de adolescentes portugueses, respeita a “regra” de um mínimo de 6 participantes por cada um dos 106 itens (de cada pai, o que perfaria uma amostra de 636 sujeitos) da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29, Musitu & García, 2001, 2004a), considerado por Moreira (2004) como o mínimo aconselhável para se realizar a validação de um instrumento. Neste sentido, foi com base nesta amostra que realizámos o estudo das qualidades psicométricas da ESPA29, assim como os procedimentos estatísticos necessários para a sua validação.

Resta-nos ainda caracterizar a amostra relativa ao Estudo 2 (Reteste), necessária para cumprir com os procedimentos de validação da ESPA29, e no qual participaram 68 adolescentes de ambos os sexos (34 rapazes e 34 raparigas) com 17 e 18 anos de idade (n=30, 44.1% e n=38, 55.9%, respectivamente), e que se encontravam no 12º ano de escolaridade. No reteste, que ocorreu cerca de um mês depois da primeira aplicação dos instrumentos (estudo 1/teste), pedimos aos sujeitos para preencherem novamente a ESPA29 e apenas parte do QDSDF (“Dados Gerais”) (Anexo B), como forma de caracterizar esta amostra e de efectuar a análise psicométrica da escala de forma semelhante à original de Musitu e García (2001, 2004a). Todos os participantes desta amostra frequentavam uma escola secundária do Algarve.

De seguida, realizamos também uma breve caracterização sócio-demográfica dos pais dos adolescentes que participaram no estudo 1, que constituíam 838 mães e 803 pais. A idade das mães situava-se entre os 25 e os 80 anos (M=41.89, DP=6.05) e a dos pais entre os 29 e os 68 anos (M=45.08, DP=6.36). A maioria dos progenitores frequentou o ensino secundário (Mãe: n=289, 34.9%; Pai: n=254, 29.9%); a minoria das mães tem o 1º ciclo do ensino básico (n=122, 14.8%) e dos pais o ensino universitário (n=29, 15.2%) ou é analfabeto (Mãe: n=2, 0.2%; Pai: n=4, 0.5%) (Tabela 4).

Tabela 4. Caracterização de Mães e Pais do Estudo 1.

	Pais			
	Mãe (n=838)		Pai (n=803)	
Idade	(M=41.89, DP= 6.05)		(M=45.08, DP= 6.36)	
Habilitações Literárias	n	(%)	n	(%)
Sem Estudos	2	0.2	4	0.5
Ensino Básico (1º Ciclo)	122	14.8	202	23.8
Escolaridade Obrigatória (3º Ciclo)	229	27.7	204	24.0
Secundário ou Profissional	289	34.9	254	29.9
Ensino Universitário	185	22.4	129	15.2
Total	827	100	793	100

Nota: M= Média. DP= Desvio Padrão. Não obtivemos informação sobre a idade (n=11) e as habilitações literárias (n=22) das mães, num total de 849. Não obtivemos informação sobre a idade (n=46) e as habilitações literárias (n=56) dos pais, num total de 849.

3.3. Instrumentos

Para a recolha dos dados utilizámos dois instrumentos de auto-resposta, nomeadamente um *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (QDSDF) (Nunes, Lemos & Valadas, 2008) e a *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29) (Musitu & García, 2001, 2004a). Como referimos anteriormente, no reteste pedimos aos participantes para preencherem novamente a ESPA29 e o bloco referente aos “Dados Gerais” do QDSDF.

3.3.1. Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares (QDSDF)

No presente estudo, adaptámos o *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (Nunes, Lemos & Valadas, 2008) para recolhermos informações sociais e demográficas sobre os participantes, como a idade e sexo, o ano de escolaridade que frequenta (entre outras informações académicas), nacionalidade e naturalidade, localidade de residência e tipologia de habitação (colégio ou casa própria).

Recolhemos igualmente dados familiares, tais como a idade, nacionalidade, profissão, estado ocupacional actual e as habilitações literárias dos pais, bem como sobre a estrutura e o agregado familiar (ver Anexo B).

3.3.2. Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência (ESPA29)

A *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29) surgiu no contexto da investigação sobre estilos de socialização paterno-filiais e foi desenvolvida por Musitu e García, em 2001, que elaboraram posteriormente uma reformulação da mesma (2004) (Anexo C). Em termos gerais, este instrumento permite avaliar os estilos de socialização de ambos pais (*firme*, permissivo, autoritário e negligente), a partir de duas dimensões gerais que explicam os seus padrões de comportamento: a Aceitação/Implicação e a Coerção/Imposição, em diversos cenários representativos da vida quotidiana de famílias Ocidentais (Musitu & García, 2001, 2004a).

Esta escala pode ser administrada individual ou colectivamente, sendo dirigida para adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, escolarizados no momento da sua aplicação, que demora aproximadamente 20 minutos, incluindo a sua correcção. Contudo, embora seja possível administrá-la a alunos com 10 e 11 anos, a sua aplicação colectiva pode ser dificultada devido a problemas de compreensão.

O adolescente tem de avaliar separadamente o comportamento de pai e mãe em 29 situações significativas que constituem a ESPA29, das quais se obtém uma medida global para cada um nas principais dimensões de Aceitação/Implicação e

Coerção/Imposição. A partir das pontuações destas duas dimensões, pode-se obter estimativas mais detalhadas sobre as suas sub-escalas: na Aceitação/Implicação, o afecto, a indiferença, o diálogo e a displicência, e na de Coerção/Imposição, a coerção verbal, a coerção física e a privação e ainda tipificar o estilo de socialização de cada pai (Musitu & García, 2001, 2004a). Destas 29 situações, 16 são negativas (em desacordo com as normas da família) (ex: “se estrago ou parto alguma coisa da minha casa...”), e 13 positivas (ex: “se respeito e cumpro os horários estabelecidos na minha casa...”), as quais correspondem às situações que estão em conformidade com as regras familiares.

As situações positivas são simultaneamente analisadas quanto ao grau de Aceitação/Implicação, como ao de afecto (“*mostra-me carinho*”) e indiferença (“*mostra-se indiferente*”) (Musitu & García, 2001, 2004a). Mas nas situações negativas, consideram-se simultaneamente as duas dimensões de Aceitação/Implicação, mediante o diálogo (“*fala comigo*”) e a displicência (“*não liga*”), e Coerção/Imposição, mediante a coerção verbal (“*discute comigo*”), a coerção física (“*bate-me*”) e a privação (“*proíbe-me de...*”). Deste modo, a Aceitação/Implicação é constituída por 4 sub-escalas, nomeadamente o afecto, a indiferença, o diálogo e a displicência, enquanto a Coerção/Imposição reúne as sub-escalas privação, coerção verbal e coerção física (Musitu & García, 2001, 2004a). Podemos encontrar a descrição destas práticas no capítulo referente ao Modelo relacional, na página 17.

O filho tem de avaliar 106 possibilidades de resposta para cada pai numa escala de 4 pontos (em que 1 corresponde a *nunca*, 2 a *algumas vezes*, 3 a *muitas vezes* e 4 a *sempre*) que estima a frequência, em termos qualitativos, de cada comportamento parental (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005).

O cálculo de cada uma destas sub-escalas é realizado com a soma das respostas dos sujeitos em cada um dos itens que as compõem, e sua divisão pelo seu número de itens, o que resulta numa Pontuação Directa (e que a partir de agora denominaremos como PD). Esta será então uma média dos elementos que compõem cada sub-escala, pelo que deverá ter um valor situado entre 1 e 4. Deste modo, nas sub-escalas Afecto (mostra-me carinho) e Indiferença (mostra-se indiferente), a PD é obtida com a divisão do total das respostas por 13. Nas sub-escalas Diálogo, Displicência, Coerção Física, Coerção Verbal e Privação, divide-se por 16. A partir destes resultados, podemos obter a pontuação global média de cada dimensão: para a Coerção/Imposição, soma-se a PD

das sub-escalas coerção verbal, coerção física e privação e dividiu-se por 3 [(verbal + física + privação)/3]; mas para a Aceitação/Implicação, recorre-se a uma outra fórmula, na qual a 10 se adicionam as PD do afecto e diálogo e se subtraem as PD da indiferença e displicência, dividindo o conjunto por 4 [(10 + afecto + diálogo – indiferença – displicência) /4]⁵.

Para realizar a validação da ESPA29, Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005) recorreram a uma amostra de 3030 adolescentes de ambos os sexos (dos quais 1383 eram rapazes e 1647 eram raparigas), com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos e que se encontravam entre o 2º ciclo do ensino básico e o secundário.

De acordo com os autores, as 7 sub-escalas de socialização parental (consideradas separadamente) possuem níveis satisfatórios de consistência interna⁶, situados entre 0.943 na escala de afecto da mãe e 0.820 na de displicência do pai em situações problemáticas. Por outro lado, quando todas as sub-escalas foram consideradas em conjunto, através de uma análise factorial, com método de componentes principais, rotação varimax e normalização Kaiser, obtiveram 2 factores que explicaram cerca de 50.78% da variância total da escala, confirmando empiricamente de forma satisfatória a estrutura teórica do modelo bidimensional.

Como podemos verificar na Tabela 5, o **Factor 1** explicou cerca de 29.50% da variância total e corresponde à primeira dimensão (Aceitação/Implicação), que apresentou uma consistência interna muito alta ($\alpha=0.971$), uma saturação positiva entre o afecto dos pais nas situações adaptadas (0.772 na mãe e 0.746 no pai) e o diálogo nas problemáticas (Mãe: 0.681, Pai: 0.644). Esta dimensão saturou negativamente com a indiferença em situações não problemáticas (-0.783 na mãe, -0.703 no pai) e a displicência nas problemáticas (Mãe: -0.625, Pai: -0.559).

O **Factor 2** corresponde à segunda dimensão, Coerção/Imposição, explicou 21.28% da variância total da escala e apresentou uma consistência interna também elevada ($\alpha=0.960$), uma saturação positiva com as práticas parentais de coerção verbal

⁵ Todas as PD são uma média dos elementos que compõem as sub-escalas e têm um valor compreendido entre 1 e 4.

⁶ Para calcularem a consistência interna total da dimensão aceitação/implicação, os autores juntaram aos itens (não invertidos) de afecto e diálogo, os itens das sub-escalas *indiferença* e *displicência* invertidos, pois estes correlacionam-se negativamente com a própria dimensão. Contudo, não realizaram este procedimento para calcularem a consistência interna de cada sub-escala (*indiferença* e *displicência*), individualmente.

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

(Mãe: 0.740, Pai: 0.707), coerção física (0.624 na mãe, 0.611 no pai) e privação (Mãe: 0.795, Pai: 0.796).

Assim, estes resultados replicaram o modelo bidimensional conforme as previsões teóricas, pois ambas as dimensões mostraram uma consistência interna muito elevada, pelo que o instrumento foi considerado válido para as avaliar com um rigor aceitável (Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005).

Tabela 5. Saturações factoriais das sub-escalas dos dois pais e consistência interna na versão original da ESPA29 (n=3030).

	Sub-escala	F1	F2	Alfa de Cronbach
Mãe	Afecto	0.772	0.160	0.943
	Indiferença	-0.783	0.077	0.918
	Diálogo	0.681	0.100	0.930
	Displicência	-0.625	-0.021	0.840
	Coerção Verbal	0.137	0.740	0.897
	Coerção Física	-0.131	0.624	0.901
	Privação	0.131	0.795	0.913
Pai	Afecto	0.746	0.162	0.940
	Indiferença	-0.703	0.131	0.922
	Diálogo	0.644	0.074	0.931
	Displicência	-0.559	0.032	0.820
	Coerção Verbal	0.130	0.707	0.901
	Coerção Física	-0.135	0.611	0.907
	Privação	0.112	0.796	0.916
Valores Próprios		4.131	2.979	
Variância Explicada Total (%)		29.504	21.282	50.786
Alfa de Cronbach		0.971	0.960	0.968

Fonte: Manual da *Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia* (2ª Edição) (ESPA29, Musitu & García, 2004a, p.24).

Numa outra análise factorial, Musitu e García (2001, 2004a, 2004b, 2005) estudaram separadamente as sub-escalas do pai e da mãe (respostas que os filhos davam de cada um dos pais) e verificaram que as duas dimensões obtidas apresentaram níveis

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

de consistência interna elevados (Aceitação/Implicação: $\alpha=0.955$ na mãe, $\alpha=0.947$ no pai; Coerção/Imposição: $\alpha=0.929$ em ambos) (Tabela 6 e Figura 2).

Tabela 6. Saturações factoriais das escalas de socialização de cada pai na versão original da ESPA29 (n=3030).

Sub-escala	Mãe		Pai	
	F1	F2	F1	F2
Afecto	0.821	0.134	0.754	0.173
Indiferença	-0.817	0.092	-0.747	0.123
Diálogo	0.737	0.055	0.717	0.112
Displicência	-0.675	-0.060	-0.641	0.049
Coerção Verbal	0.138	0.774	0.186	0.735
Coerção Física	-0.128	0.683	-0.215	0.662
Privação	0.136	0.819	0.096	0.831
Valores Próprios	2.481	1.684	2.196	1.674
Variância Explicada Total (%)	35.438	24.061	31.369	23.918
Alfa de Cronbach	0.955	0.929	0.947	0.929

Fonte: Manual da *Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia* (2ª Edição) (ESPA29, Musitu & García, 2004a, p.25).

Como podemos observar na Tabela 6, a Aceitação/Implicação explicou cerca de 67% da variância total da escala (35.44% na mãe e 31.37% no pai), sendo a sub-escala afecto a que lhe é mais representativa (com saturações de 0.821 na mãe e 0.754 no pai) e a displicência a que menos a representou (mãe: -0.675, pai: -0.641).

A Coerção/Imposição apresentou uma consistência interna bastante elevada ($\alpha=0.929$ em ambos os pais), sendo a sub-escala que mais saturou a privação, tanto na mãe (0.819) como no pai (0.831) e a que menos saturou a coerção física (Mãe: 0.683, Pai: 0.662) (Musitu & García, 2001, 2004a).

Na Figura 2, ilustramos as saturações factoriais das sub-escalas de pai e de mãe nas duas dimensões, integrando o modelo teórico dos autores com os seus resultados.



Figura 2. Modelo Bidimensional de Socialização e saturações factoriais de Musitu e García (2001, 2004a).

Fonte: Manual da *Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia* (2ª Edição) (ESPA29, Musitu & García, 2004a, p.26).

Os autores utilizaram também a rotação oblíqua (*direct oblimin*), na análise factorial dos dois pais em conjunto e separadamente. Na análise conjunta, a correlação entre os dois componentes obtida foi de 0.035 e na separada era de 0.033 na mãe e 0.016 no pai.

A partir das pontuações médias globais destas duas dimensões, os autores

puderam classificar o estilo de socialização de cada pai nas quatro tipologias que apresentamos anteriormente: Negligente, Indulgente, Autoritário e *Firme*, as quais foram determinadas com base nos tercís daquelas (centis 33,33 e 66,66). Assim, comparando com os resultados normativos, se os dois pais pertenciam ao primeiro tercil nas duas dimensões, o seu estilo era definido como negligente, mas se ambos pertenciam terceiro tercil nas duas dimensões, como *firme*; mas quando os dois pais se situavam no primeiro tercil de Aceitação/Envolvimento e no terceiro de Coerção/Imposição, definiam-se como autoritários e caso se encontrassem no terceiro tercil de Aceitação/Envolvimento e no primeiro de Coerção/Imposição, seriam indulgentes.

Para a elaboração das tabelas com os dados normativos, os autores consideraram (apenas) as diferenças significativas entre os dois sexos. Quando numa sub-escala não existiam diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos, os autores elaboraram apenas uma tabela (ex: coerção verbal e total da coerção/imposição).

Para garantir que os centis da tabela têm alguma estabilidade, calcularam a banda centil de cada um, de forma a comprovar que um não se sobrepõe à banda centil de outro (Martínez, 1995, cit. in Musitu & García, 2001, 2004a). Para estabelecer a banda centil de uma pontuação directa (PD_k) associada a um centil k , consideraram o erro típico da medida da escala em pontuações directas, calculando a categoria centil do limite superior ($PD_k + Etm$) e do limite inferior ($PD_k - Etm$).

Seguiu-se um processo iterativo para assegurar que as bandas centis das tabelas não se sobrepujam. Em primeiro lugar, dividiram a distribuição em 10 pontuações decís (centis 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80 e 90). Para cada uma das 9 PD obtidas, calcularam as bandas centis e comprovaram que estas não se sobrepujam. O passo seguinte foi estimar os centis intermédios entre os 9 decís (centis 5, 15, 25, 35, 45, 65, 75, 85 e 95). Apenas se proporciona a PD dos centis intermédios quando a banda centil não se sobrepõe com o decil anterior nem posterior.

Finalmente, quando se pôde assegurar o centis 5 e 95, procederam ao estabelecimento dos centis inferiores da distribuição (7, 3 e 1) e dos superiores (93, 97 e 99). Apenas se proporcionam os centis 7 e 93 se as suas bandas não se sobrepujarem com as dos centis 5-10 e 90-95, respectivamente, para o 1 e o 3 - e os superiores 99 e 97 -, tentou-se determinar em primeiro lugar se a banda mais extrema (1 ou 99) não se

sobrepunha com a do centil intermédio (5 ou 95); caso isto se confirmasse, proporcionase a PD correspondente a este centil. Os centis 3 e 97 proporcionam-se se se estabeleceu o mais extremo (1 ou 99) e não se sobrepõe com a banda do intermédio (5 ou 95); ou sim em caso de que não se estabelecesse o mais extremo (1 ou 99), não se sobrepõe a sua banda do intermédio (5 ou 95).

Em suma, o procedimento que os autores seguiram constituiu em determinar 9 intervalos iniciais e posteriormente, acrescentar, quando possível, os pontos intermédios (centis 5, 15 e seguintes). Finalmente, quando os centis 5 e 95 estavam assegurados, estimaram os centis 1, 3 e 7, e 99, 97 e 93.

Segundo Musitu & García (2001, 2004a), este procedimento é habitualmente utilizado nos trabalhos de investigação para determinar o tipo de estilo de socialização dos pais (Lamborn et al., 1991; Steinberg et al., 1994), sendo os valores dos tercis variáveis com os grupos de idade.

3.4. Procedimentos

3.4.1. Procedimentos de Recolha de Dados

A recolha de dados decorreu em dois momentos. Num primeiro momento, procedemos à solicitação de autorização para a tradução e utilização da ESPA29 aos seus autores (Musitu & García, 2001, 2004a) (Anexo D), bem como ao contacto para pedido de autorização formal à Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) (Anexo E) e aos Conselhos Executivos das escolas seleccionadas onde os instrumentos foram administrados (Anexo F) (escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundárias do Alentejo e Algarve).

Nesta fase, realizámos também um pré-teste com todos os instrumentos a um grupo de 4 voluntários com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos e que constituiu uma primeira abordagem para verificar eventuais questões metodológicas e de aplicação. Este procedimento serviu também para analisar eventuais dificuldades de

compreensão das instruções ou do conteúdo dos itens, isto é, avaliar a compreensão dos participantes relativamente à tradução para a Língua Portuguesa da ESPA29 (Musitu & García, 2001, 2004a). O tempo médio de aplicação do protocolo rondou os 30 minutos.

A tradução e retroversão deste instrumento foi realizada por um tradutor bilingue segundo os procedimentos recomendados e posteriormente revista por um especialista em Psicologia. Como verificámos uma ligeira inconsistência com as instruções específicas da ESPA29, relativamente à versão de Musitu e García (2001, 2004a), realizámos a sua reformulação (Anexo C1).

Num segundo momento (fase denominada como “teste”), entregámos, através do director de turma, uma carta aos pais (Anexo G), para lhes solicitar o consentimento informado. Nesta carta eram explicados os objectivos, métodos e procedimentos do nosso estudo, pelo que após a sua obtenção, iniciámos a recolha de dados. Esta foi realizada em contexto de sala de aula com a presença da investigadora, em horário previamente combinado com os directores de cada turma e incluía a administração em simultâneo da ESPA29 (Musitu & García, 2001, 2004a) e do *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (QDSDF) (Nunes, Lemos & Valadas, 2008).

A participação dos adolescentes foi voluntária e solicitada depois de esclarecidos os objectivos e procedimentos do estudo mediante o Consentimento Informado (Anexo H). Da mesma forma, foi-lhes igualmente garantida a confidencialidade das informações prestadas, bem como a possibilidade de se recusarem ou desistirem de participar sem quaisquer consequências negativas para si. Foram excluídos os sujeitos com menos de 10 e mais de 19 anos de idade.

De uma forma geral, o preenchimento dos instrumentos decorreu sem dificuldades e demorava cerca de 20 a 30 minutos.

Para calcular a estabilidade temporal e validade de constructo da ESPA29, realizámos um reteste a 68 sujeitos de uma escola, cerca de um mês após a sua participação no estudo 1. Os procedimentos de recolha de dados funcionaram de forma semelhante ao momento anterior, tendo sido novamente entregue aos jovens o Consentimento Informado e explicados os objectivos e procedimentos da investigação. Contudo, optámos por anexar à ESPA29 apenas uma parte do QDSDF, que corresponde aos “Dados Gerais” dos alunos e que pode ser consultada no Anexo B.

3.4.2. Procedimentos de Análise e Tratamento de Dados

A análise e o tratamento estatístico dos dados recolhidos foram realizados com a versão 18 do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS 18) e com o Excel para Windows.

Recorremos à estatística descritiva (médias, desvios-padrão e percentagens) para a caracterização e descrição das amostras.

Como referimos anteriormente, a amostra sofreu um processo de “depuração” mediante a eliminação de casos nos quais existisse um elevado número de *missing values* na ESPA29, pelo que na nossa investigação adoptámos o critério de 10%, que corresponderia a cerca de 4 respostas por cada pai. Embora o critério-padrão seja de 20% das respostas (Pestana & Gageiro, 1998, 2003), neste estudo decidimos adoptar um valor menos elevado para diminuir a possibilidade de enviesamento dos resultados. Como os valores em falta não são considerados para os cálculos estatísticos (Pereira, 2006), recorremos ao sistema de substituição de *missing values* do SPSS para atenuar esta possibilidade.

Iniciámos o estudo das propriedades psicométricas da ESPA29 (estudos 1 e 2) com o cálculo das médias globais das suas 7 sub-escalas, seguindo os procedimentos de cotação adoptados por Musitu e García (2001, 2004a) e que apresentámos no Capítulo 3 (pp. 55-62), aquando da descrição deste instrumento.

De seguida, recorremos ao alfa de *Cronbach*, para a análise da consistência interna das 7 escalas de socialização de pai e de mãe, de forma independente, a partir dos itens individuais que compõem cada sub-escala. Para isso, invertemos os itens das sub-escalas “Indiferença” (“Mostra-se indiferente”) e “Displicência” (“Não liga”), de forma a obter a consistência interna da dimensão Aceitação/implicação. Em segundo lugar, recorremos à Análise Factorial Exploratória das 7 sub-escalas de cada pai, em conjunto, mediante o Método de Componentes Principais com Rotação Ortogonal (Varimax) e Normalização de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e com o teste de esfericidade de Bartlett, para realizar a validade factorial do modelo bidimensional de estilos de

socialização, limitando o número de dimensões às duas teoricamente definidas, por se suporem independentes. Procedemos ainda à análise das comunalidades, que são uma proporção da variância de cada variável explicada pelos factores comuns (Almeida & Freire, 2003; Maroco, 2003).

Numa outra análise factorial, estudámos separadamente as escalas do pai e da mãe, de forma a testar a bidimensionalidade do modelo teórico subjacente ao instrumento, aplicando novamente a Análise Factorial, mediante o Método de Componentes Principais com Rotação Ortogonal (Varimax) e Normalização de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e com o teste de esfericidade de Bartlett.

Para analisar a estabilidade temporal da adaptação da ESPA29, recorremos ao método de teste-reteste (estudo 2), de forma a verificar se o instrumento avalia o mesmo quando aplicado em momentos diferentes e à sua comparação com os resultados obtidos no estudo 1, mediante o coeficiente de correlação de Pearson e a comparação de médias para amostras emparelhadas (Almeida & Freire, 2003; Peers, 1996; Pereira, 2006).

Além disso, calculamos a estrutura factorial (dos pais em conjunto e em separado) mediante a análise com rotação *Oblimin Directa*, de forma a verificar a replicação da estrutura bidimensional da escala. Neste método de rotação oblíqua, supomos que não observaríamos o pressuposto da independência das componentes, pois pode permitir que os factores também estão correlacionados (Maroco, 2003; Pereira, 2006). Os resultados referentes a este procedimento podem ser consultados nos Anexos K1 (em conjunto) e K2 (separadamente).

Da mesma forma, recorremos ao cálculo dos *scores*, que nos dão o valor das componentes para cada indivíduo, mediante o método de Bartlett, pois não assumimos qualquer pressuposto sobre a forma da distribuição multivariada (Maroco, 2003; Pereira, 2006; Pestana & Gageiro, 1998, 2003).

Para analisar as diferenças das sub-escalas e dimensões entre pai e mãe, recorremos a testes paramétricos de comparação de médias de amostras emparelhadas e independentes (testes T e análise de variâncias simples). Para calcularmos as diferenças de cada pai nas sub-escalas, em função do sexo, idade e grupos de idade dos adolescentes, utilizámos a ANOVA Factorial, introduzindo como variáveis dependentes as duas dimensões principais e as sub-escalas (é um modelo aditivo, pois pressupõe que os efeitos individuais dos dois factores são somados para explicar um efeito conjunto, o

efeito de interação) (Dallal, 2001).

Para calcularmos o grau de associação entre as variáveis em estudo, utilizámos o coeficiente de correlação de *Pearson*, sendo o nível utilizado para avaliar a significância dos testes estatísticos efectuados de 0.01 e de 0.05.

Contudo, tem havido críticas crescentes à utilização “exclusiva” da estatística inferencial e da significância estatística nas investigações. Neste sentido, pareceu-nos importante saber a magnitude das diferenças entre as médias (sobretudo das não significativas), pelo que recorreremos ao cálculo do *d* de Cohen e do *Partial Eta Squared* (η^2_{partial}) (Conboy, 2003; Frías, Pascual & García, 2000, 2002; Muijs, 2004; Pascual, Frías & García, 2004; Pascual, García & Frías, 2000; Rosnow & Rosenthal, 1996).

O *d* de Cohen reflecte a diferença entre duas médias e é adequado para a comparação entre grupos, sendo geralmente inferior a 1. Para calcularmos a magnitude do efeito de 2 grupos com 2 desvios padrão, utilizamos a seguinte fórmula (Becker, 2000; Cohen, 1988)⁷:

$$d = \frac{M_1 - M_2}{\sqrt{\frac{\sigma_1^2 + \sigma_2^2}{2}}}$$

Segundo Cohen (1988), devemos considerar que uma magnitude de diferenças de 0.20 é reduzida, de 0.50 é mediana e de 0.80 é grande.

O *Partial Eta Squared* (η^2_{partial}) é uma medida que reflecte o efeito da variável independente na variável dependente, pelo que constitui uma proporção da variância total do efeito à qual se adiciona o erro da variável dependente que é atribuída ao efeito da variável independente (excluindo outros factores). Esta medida foi obtida na tabela da ANOVA, com a medição do Modelo Geral Linear (GLM), mediante a opção “*estimates of effect size*” (Becker, 2000; George & Mallery, 1999; Muijs, 2004; Rosnow & Rosenthal, 1996). Muijs (2004) refere que o *Partial Eta Squared* varia entre 0 e 1 e pode ser interpretado da seguinte forma:

⁷ Nesta fórmula, M_1 e M_2 são as médias dos grupos 1 e 2, respectivamente e σ_1 e σ_2 correspondem aos desvios padrão de cada grupo. Para facilitar o cálculo das medidas de tamanho do efeito, recorreremos ao cálculo on-line no site http://web.uccs.edu/lbecker/SPSS/glm_effectsize.htm (Becker, 2000).

- . Efeito fraco = 0 a 0.10;
- . Efeito modesto = 0.10 a 0.30;
- . Efeito grande = >0.50.

Salientamos que a interpretação desta medida foi realizada com base em valores percentuais, pois equivale ao coeficiente de determinação (R^2). A fórmula utilizada é a seguinte⁸:

$$\eta_{Partial}^2 = \frac{SS_{Effect}}{SS_{Effect} + SS_{Error\ for\ Effect}}$$

Por último, analisámos as diferenças e relações encontradas na percepção dos estilos parentais entre pai e mãe, em função do sexo e da idade dos adolescentes que participaram no estudo 1 (Teste), de acordo com os objectivos específicos propostos para esta investigação e com o modelo teórico adoptado.

Na nossa investigação, seguimos os procedimentos realizados por Musitu e García (2001, 2004a) para validar a ESPA29. Neste sentido, determinámos o estilo de socialização parental com base em procedimentos utilizados por outros autores em trabalhos de investigação anteriores, a partir de um sistema de percentis (Lamborn et al., 1991; Steinberg et al., 1994). Inicialmente, definimos 4 grupos de idade como os autores (10-11 anos, 12-13 anos, 14-15 anos e 16-18 anos), mas devido ao tamanho da nossa amostra, só foi possível definir 2 grupos etários (10-14 anos e 15-18 anos), de modo a calcular correctamente os percentis.

Em primeiro lugar, calculámos os percentis (1, 3, 5, 7, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 45, 50, 55, 60, 65, 70, 75, 80, 85, 90, 93, 95 e 99) para cada dimensão (aceitação/implicação e coerção/imposição) por sexo e grupo etário, para mãe e para pai. De seguida, categorizámos os pais em cada dimensão em função dos percentis ≤ 50 e > 50 . Um baixo nível de aceitação ou de coerção correspondia ao percentil ≤ 50 e o valor 1; e o valor 2 para um nível elevado de aceitação/implicação ou

⁸ SS_{Effect} = Soma dos Quadrados do efeito; $SS_{Error\ for\ Effect}$ = Soma dos Quadrados do Erro do Efeito

coerção/imposição caso se encontrasse acima do percentil 50. Realizámos este procedimento para todas as dimensões, em pais e mães, em função do sexo e do grupo de idade (rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 10-14 anos e entre os 15-8 anos). Finalmente, realizamos a classificação de pais e mães nos diferentes estilos parentais, quando tinham:

- 1) Autoritário - baixa aceitação/implicação e elevada coerção/imposição;
- 2) Negligente - baixa aceitação/implicação e baixa coerção/imposição;
- 3) *Firme* - elevada aceitação/implicação e elevada coerção/imposição;
- 4) Indulgente - elevada aceitação/implicação e baixa coerção/imposição.

Assim, se os pais pertencem ao primeiro percentil nas duas dimensões, o seu estilo era definido como negligente, mas se pertencessem ao segundo percentil nas duas dimensões, como *firme*. Quando os pais se situam no primeiro percentil de aceitação/implicação e no segundo de coerção/imposição, definem-se como autoritários e se se encontrarem no segundo centil de aceitação/implicação e no primeiro de coerção/imposição, seriam indulgentes.

A representação gráfica dos estilos parentais neste sistema de percentis encontra-se na Figura 3.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

Para facilitar a exposição dos resultados, seguiremos a ordem dos objectivos. O objectivo preliminar consistia em analisar as propriedades psicométricas da ESPA29. Iniciamos este capítulo com a descrição das características descritivas e da consistência interna das 7 sub-escalas de socialização de mãe e de pai de uma forma independente, seguidas da apresentação dos resultados referentes às Análises Factoriais Exploratórias realizadas (estudo 1).

De seguida, analisamos os resultados referentes ao estudo 2 (reteste), de forma a realizar a confirmação factorial da estrutura da ESPA29 e a analisar a sua estabilidade temporal e a validade de constructo, necessárias para a sua validação para a população portuguesa. Por último, analisamos as diferenças e relações encontradas na percepção dos estilos parentais entre pai e mãe, de acordo com os objectivos específicos propostos para esta investigação e com o modelo teórico adoptado.

4.1. Estudo das características psicométricas da ESPA29 no estudo 1 (Teste)

Tal como referimos aquando da descrição do instrumento, este tem 106 possibilidades de resposta, distribuídas por 29 itens para cada pai, que podem ser respondidas numa escala tipo likert de 4 pontos. No Anexo I, apresentamos a descrição das 106 possibilidades de resposta da ESPA29, com a correspondência das respectivas práticas (sub-escalas) e dimensões. Nos Anexos J1 e J2, podemos consultar a descrição das respostas dadas pelos adolescentes para mãe e para pai, respectivamente, assim como os resultados da estatística descritiva (mínimo, máximo média e desvio padrão) e os dados relativos à análise da consistência interna (correlação item-total e alfa de *Cronbach* da escala quando o item é eliminado), calculada de forma independente.

4.1.1. Análise da consistência interna do estudo 1 (Teste)

Segundo Almeida e Freire (2003), a consistência interna refere-se ao grau em que os itens se apresentam como um todo homogêneo. Estes autores citam Devellis (1991, cit. in Almeida & Freire, 2003), o qual refere que a consistência interna é:

- Inaceitável: alfa <0.60
- Indesejável se se situa entre 0.60 e 0.65
- Minimamente Aceitável entre 0.65 e 0.70
- Razoável entre 0.70 e 0.80
- Muito Boa se varia entre 0.80 e 0.90.

Este autor também refere que quando o alfa de *Cronbach* for maior que 0.90, se deveria ponderar uma redução do número de itens do instrumento, ou questionar se não são demasiado homogêneos na sua formulação (Devellis, 1991, cit. in Almeida & Freire, 2003).

Como podemos observar na Tabela 7, as sub-escalas que apresentam uma média mais elevada no estudo 1 foram o afecto da mãe (M=2.96, DP=0.74) e do pai (M=2.70, DP=0.83), nas situações consideradas como ajustadas. Podemos verificar ainda que a sub-escala diálogo apresenta uma média relativamente elevada em ambos os pais, sendo 2.75 na mãe (DP=0.69) e de 2.50 no pai (DP=0.73) nas situações consideradas como “desajustadas”, nas quais poderemos observar uma menor privação no pai (M=1.55, DP= 0.55) e displicência na mãe (M= 1.48, DP=0.53). As sub-escalas com média mais baixa foram a coerção física de ambos os pais (Mãe: M=1.16, DP= 0.38; Pai: M=1.17, DP=0.39).

De uma forma geral, todas as sub-escalas possuem níveis elevados de consistência interna, situados entre 0.933 na escala de coerção física de ambos os pais e 0.875 na displicência da mãe, e de 0.881 na displicência do pai em situações problemáticas. Destacamos ainda a elevada consistência interna presente na sub-escala de afecto do pai, com um alfa de 0.929, assim como a homogeneidade nas sub-escalas de afecto e coerção verbal da mãe ($\alpha=0.914$), aspecto que também observamos entre o diálogo e a coerção verbal do pai ($\alpha=0.908$).

Na Tabela 7, apresentamos a descrição das sub-escalas dos pais e mães (média e

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

desvio padrão) (consideradas em conjunto, para efeitos da análise factorial inicial), bem como os resultados obtidos com a análise da consistência interna (calculadas mediante o alfa de *Cronbach*) dos itens que compõem cada uma das 7 sub-escalas de cada pai (consideradas separadamente).

Tabela 7. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão) dos dois pais e consistência interna (alfa de *Cronbach*) das sub-escalas dos dois pais no estudo 1.

	Sub-escala	M	DP	Alfa de <i>Cronbach</i>	Mdn r_{it}
Mãe (n=752/824) ($\alpha=0.912$)	Afecto	2.96	0.74	0.914	-0.079
	Indiferença	1.65	0.63	0.887	0.020
	Diálogo	2.75	0.69	0.898	0.098
	Displícência	1.48	0.53	0.875	0.174
	Coerção Verbal	1.86	0.67	0.914	0.390
	Coerção Física	1.16	0.38	0.933	0.456
	Privação	1.59	0.56	0.904	0.514
Pai (n=752/777) ($\alpha=0.915$)	Afecto	2.70	0.83	0.929	-0.034
	Indiferença	1.79	0.72	0.901	0.119
	Diálogo	2.50	0.73	0.908	-0.051
	Displícência	1.57	0.57	0.881	0.118
	Coerção Verbal	1.79	0.64	0.908	0.431
	Coerção Física	1.17	0.39	0.933	0.493
	Privação	1.55	0.55	0.902	0.542
Alfa de <i>Cronbach</i>				0.950	

Nota: M=Média. DP=Desvio Padrão. α = Alfa de *Cronbach*. Mdn r_{it} = Mediana das correlações entre os itens e a respectiva sub-escala.

A análise de todos os itens do instrumento resultou numa consistência interna muito boa, com um alfa de *Cronbach* de 0.950, o que se poderá dever à elevada homogeneidade dos itens aquando a formulação da escala ou até ao elevado número de itens que a constituem (Devellis, 1991, cit. in Almeida & Freire, 2003). Além disso, calculámos a mediana das correlações entre os itens e o total de cada sub-escala (Moreira, 2004), para observarmos se a homogeneidade entre os itens e a representatividade de cada sub-escala com o total da mesma. Portanto, como podemos

verificar na Tabela 7, as sub-escalas manifestam correlações medianas de magnitude baixa ou moderada, sendo as mais baixas as da indiferença da mãe (0.020) e o afecto do pai (0.034). As correlações item-total mais elevadas situam-se na privação, tanto do pai (0.542), como da mãe (0.514).

4.1.2. Análise Factorial da ESPA29 no estudo 1 (Teste)

Com base no resultado obtido no teste de esfericidade de Bartlett ($X^2=7326.428$, $p<0.050$, gl.=91), consideramos pertinente proceder à análise da estrutura factorial da escala final, onde após a rotação varimax, obtivemos dois factores que explicam cerca de 54.84% da sua variância total (Tabela 8). Salientamos também que a medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) obteve o valor de 0.607, o que indica uma razoável adequação à amostra (Pereira, 2006).

Segundo Pereira (2006), os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de esfericidade de Bartlett permitem-nos saber se a aplicação da análise factorial tem validade para as variáveis escolhidas. Neste sentido, o autor refere que a análise de componentes principais é:

- Inaceitável: KMO <0.50
- Má se situa entre 0.50 e 0.60
- Razoável entre 0.60 e 0.70
- Média entre 0.70 e 0.80
- Boa se varia entre 0.80 e 0.90.
- Muito Boa ou Excelente quando varia entre 0.90 e 1.

O teste de esfericidade de Bartlett representa-se pela distribuição assintótica de Qui-Quadrado (X^2), a qual se pode coadjuvar com a análise do nível de significância (Sig.), que sendo menor que 0.050, nos indica que as variáveis são correlacionáveis.

Assim, confirmámos empiricamente de forma satisfatória a estrutura teórica do modelo bidimensional no instrumento. Estes dois factores apresentaram-se bem definidos, pois como ilustramos na Tabela 8, todas as sub-escalas possuíam saturações superiores a 0.50.

Como podemos verificar na Tabela 8, o **Factor 1**, que corresponde à dimensão

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

Coerção/Imposição, explicou cerca de 31% da variância total da escala e agrupou as sub-escalas referentes à coerção verbal e física e à privação. Este factor apresentou uma consistência interna elevada ($\alpha=0.969$), bem como uma saturação positiva com as sub-escalas de coerção verbal (Mãe: 0.704, Pai: 0.726), coerção física (0.767 na mãe, 0.773 no pai) e privação (Mãe: 0.810, Pai: 0.813). A sub-escala que melhor representa este factor é a privação, pois apresentou uma saturação positiva mais alta em ambos os pais, sendo a coerção verbal a que obteve índices de saturação menores.

Tabela 8. Saturações factoriais, comunalidades e consistência interna das sub-escalas dos dois pais e consistência interna no estudo 1.

	Sub-escala	F1	F2	h^2
Mãe (n=752/824) ($\alpha=0.912$)	Afecto	0.042	0.773	0.600
	Indiferença	0.337	-0.678	0.573
	Diálogo	0.120	0.634	0.416
	Displicência	0.361	-0.404	0.294
	Coerção Verbal	0.704	-0.104	0.506
	Coerção Física	0.767	-0.127	0.605
	Privação	0.810	0.096	0.666
Pai (n=752/777) ($\alpha=0.915$)	Afecto	0.098	0.826	0.692
	Indiferença	0.258	-0.725	0.592
	Diálogo	0.165	0.732	0.563
	Displicência	0.253	-0.530	0.345
	Coerção Verbal	0.726	-0.058	0.530
	Coerção Física	0.773	-0.127	0.614
	Privação	0.813	0.152	0.684
Valores Próprios		4.347	3.331	
Variância Explicada Total (%)		31.053	23.790	54.843
Alfa de Cronbach		0.969	0.964	0.950

Nota: Saturação factorial da ESPA29 (Método: Análise de Componentes Principais, com Rotação Varimax, limitada a 2 dimensões). h^2 = Comunalidades – Estimativa da variância comum a cada item.

O **Factor 2** é constituído pelas sub-escalas afecto, indiferença, diálogo e displicência, pelo que equivale à primeira dimensão (Aceitação/Implicação) do modelo

bidimensional proposto por Musitu e García (2001, 2004a). Este factor explicou 23.79% da variância total do instrumento e apresentou uma consistência interna muito alta ($\alpha=0.964$). A sub-escala que melhor representa este factor é o afecto, pois manifestou, em ambos os pais, uma saturação positiva mais elevada nas situações adaptadas (0.773 na mãe e 0.826 no pai) e o diálogo nas problemáticas (Mãe: 0.634, Pai: 0.732). Esta dimensão saturou negativamente com a indiferença em situações não problemáticas (-0.678 na mãe, -0.725 no pai) e a displicência nas problemáticas (Mãe: -0.404, Pai: -0.530) (Tabela 8 e Figura 4).

A análise das comunalidades revela-nos que esta estrutura de dois factores explica uma parte significativa das sub-escalas da ESPA29 (mais que $0.400 = 40\%$), excepto na prática da displicência, tanto da mãe ($h^2=0.294$) como do pai ($h^2=0.345$).

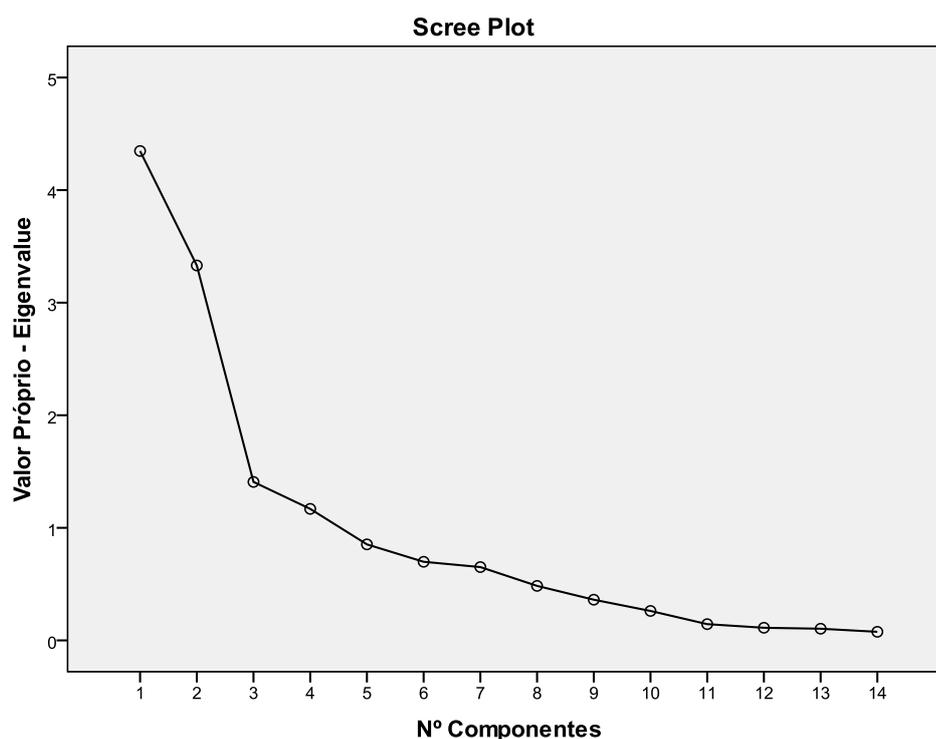


Figura 4. Scree Plot com os factores da ESPA29.

Na Figura 4, o *Scree Plot* mostra-nos um ponto de inflexão no valor próprio que corresponde a uma terceira componente e que questiona a semelhança da nossa estrutura à do modelo bifactorial proposto por Musitu e García (2001, 2004a).

Como podemos verificar, a análise factorial conjunta das sub-escalas da ESPA29 resultou numa estrutura bidimensional semelhante à obtida por Musitu e García (2001, 2004a). Contudo, realizámos também uma análise factorial de componentes principais, com rotação *Oblimin Directa*, cujos resultados apresentamos no Anexo K1. Nesta análise, obtivemos também uma correlação factorial relativamente elevada entre as duas componentes ou dimensões dos pais em conjunto (-0.127).

Numa outra análise factorial, também realizada com o Método de Componentes Principais com Rotação Ortogonal (Varimax) e Normalização de Kaiser, estudámos separadamente as escalas do pai e da mãe e obtivemos os resultados apresentados nas Tabelas 9 e 10.

Além disso, como referimos anteriormente e como podemos observar na Tabela 9, geralmente o comportamento de pai e mãe coincidia, pois os índices de consistência interna eram elevados e semelhantes nas várias sub-escalas.

Tabela 9. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão) e consistência interna (alfa de *Cronbach*) das sub-escalas de socialização de cada pai no estudo 1.

Sub-escala	Mãe (n=824)				Pai (n=777)			
	M	DP	Alfa de <i>Cronbach</i>	Mdn r_{it}	M	DP	Alfa de <i>Cronbach</i>	Mdn r_{it}
Afecto	2.95	0.75	0.914	-0.079	2.71	0.83	0.929	-0.034
Indiferença	1.66	0.64	0.887	0.020	1.79	0.72	0.901	0.119
Diálogo	2.74	0.69	0.898	0.098	2.51	0.73	0.908	-0.051
Displicência	1.50	0.54	0.875	0.174	1.57	0.58	0.881	0.118
Coerção Verbal	1.86	0.66	0.914	0.390	1.80	0.64	0.908	0.431
Coerção Física	1.16	0.38	0.933	0.456	1.18	0.40	0.933	0.493
Privação	1.58	0.56	0.904	0.514	1.56	0.56	0.902	0.542
Alfa de <i>Cronbach</i>	0.912				0.915			

Nota: M= Média. DP=Desvio Padrão. Mdn r_{it} = Mediana das correlações entre os itens e a respectiva sub-escala.

Quando realizámos o teste de esfericidade de Bartlett para as sub-escalas da mãe ($X^2=1534.44$, $p<0.05$, $gl.=21$), consideramos importante analisar a estrutura factorial das mesmas, onde após a rotação varimax, obtivemos dois factores que explicam 60.76% da

sua variância total (Tabela 10). Na medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) obtivemos o valor de 0.645, o que aponta para uma adequação à amostra moderada (Pereira, 2006). Da mesma forma, calculámos a validade da estrutura factorial das sub-escalas do pai, pelo que o teste de esfericidade de Bartlett ($X^2=1770.79$, $p<0.05$, $gl.=21$) resultou num valor que nos permitia continuar a análise factorial do instrumento. Após a rotação varimax, encontramos dois factores que esclarecem cerca de 65.06% da sua variância total (Tabela 10). Na medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), obtivemos o valor de 0.665, que é indicador de uma razoável adequação à amostra (Pereira, 2006).

Tabela 10. Saturações factoriais, comunalidades e consistência interna das sub-escalas de socialização de cada pai no estudo 1.

Sub-escala	Mãe (n=824)			Pai (n=777)		
	F1	F2	h^2	F1	F2	h^2
Afecto	0.042	0.856	0.734	0.849	0.115	0.734
Indiferença	0.361	-0.734	0.669	-0.788	0.291	0.706
Diálogo	0.157	0.739	0.571	0.773	0.197	0.636
Displicência	0.366	-0.477	0.361	-0.603	0.309	0.459
Coerção Verbal	0.755	-0.059	0.574	-0.091	0.788	0.629
Coerção Física	0.774	-0.156	0.624	-0.143	0.791	0.646
Privação	0.843	0.097	0.720	0.141	0.851	0.743
Valores Próprios	2.500	1.753		2.518	2.036	
Variância Explicada Total (%)	35.717	25.043	60.760	35.977	29.079	65.056
Alfa de Cronbach	0.945	0.935		0.949	0.946	

Nota: Saturação factorial da ESPA29 (Método: Análise de Componentes Principais, com Rotação Varimax, limitada a 2 dimensões). h^2 = Comunalidades – Estimativa da variância comum a cada item.

Como podemos verificar na Tabela 10, da análise factorial resultaram dois factores para cada pai. A dimensão Coerção/Imposição está representada pelo **Factor 1 na mãe** e pelo **Factor 2 no pai**, tendo explicado cerca de 65% da variação total da escala (35.72% na mãe, 29.08% no pai). O item que mais saturou esta dimensão foi a privação (Mãe: 0.843, Pai: 0.851) e o que menos saturou foi a coerção verbal (Mãe: 0.755, Pai: 0.788).

No entanto, a dimensão Aceitação/Implicação corresponde ao **Factor 2 na mãe** e

ao **Factor 1 no pai**. Esta dimensão esclareceu cerca de 61.02% da variância total da escala (25.04% na mãe, 35.98% no pai), sendo a sub-escala afecto a que lhe é mais representativa (com saturações de 0.856 na mãe e 0.849 no pai) e a displicência a que a representa menos (Mãe: -0.477, Pai: -0.603). Destacamos a saturação negativa desta sub-escala com a própria dimensão, a par com a indiferença, que apresenta um nível de saturação de -0.734 na mãe e de -0.788 no pai.

No que respeita à sua homogeneidade, verificamos que as duas dimensões obtidas em cada pai apresentaram níveis de consistência interna elevados e semelhantes, com um alfa de *Cronbach* na dimensão Coerção/Imposição da mãe de 0.945 e de 0.946 no pai; e de 0.949 na Aceitação/Implicação da mãe e de 0.935 do pai.

A análise dos valores das comunalidades mostra-nos que esta estrutura bifactorial explica uma porção significativa das sub-escalas da ESPA29 nos dois pais (mais que 0.500 = 50%), à excepção da prática da displicência, quer na mãe ($h^2=0.361$) quer no pai ($h^2=0.459$).

Na Figura 5, encontramos a representação das saturações das sub-escalas de pai e mãe nas duas dimensões, integrando no modelo teórico os resultados desta análise factorial. Neste sentido, podemos afirmar que o modelo bidimensional teoricamente proposto por Musitu e García (2001, 2004) era válido tanto para explicar tanto o comportamento do pai como da mãe na nossa investigação.



Figura 5. Modelo Bidimensional de Socialização e Saturações Factoriais.

Além disso, calculámos ainda a análise factorial de componentes principais, com rotação *Oblimin Directa*, separadamente, para pais e mães, na qual encontrámos correlações factoriais elevadas entre as duas componentes da escala (Mãe: -0.152; Pai: 0.096). Os resultados obtidos com esta análise encontram-se no Anexo K2.

Numa fase posterior, procedemos ao estudo da estabilidade temporal da ESPA29, que como referimos anteriormente, nos permite verificar se o instrumento avalia o mesmo quando aplicado em momentos diferentes.

4.2. Estudo das características psicométricas da ESPA29 no estudo 2 (Reteste)

Como referimos anteriormente no tópico dos procedimentos (pp. 64-69), realizámos um teste-reteste da ESPA29 para verificar a sua estabilidade temporal, numa amostra de 68 sujeitos de ambos os sexos (34 raparigas e 34 rapazes). A caracterização da amostra deste estudo encontra-se no capítulo anterior (p. 48). As duas passagens do instrumento foram executadas com um intervalo de tempo de 4 semanas.

De seguida, apresentamos os resultados obtidos nas estatísticas descritivas (Média e Desvio Padrão) e da consistência interna, das sub-escalas dos dois pais do estudo 2. Neste ponto do trabalho, exploramos igualmente os resultados referentes à análise da estabilidade temporal da ESPA29, obtida mediante o coeficiente de correlação de Pearson e a comparação de médias entre os dois momentos a partir das pontuações directas totais das sub-escalas (Tabelas 11 e 12).

4.2.1. Análise da consistência interna e estabilidade temporal do estudo 2 (Reteste)

De uma forma geral, verificamos que a ESPA29 apresentou índices de consistência interna bastante satisfatórios. No estudo 1 (teste), a sub-escala que apresentou um alfa de *Cronbach* mais elevado foi o afecto, tanto na mãe ($\alpha=0.913$) como no pai ($\alpha=0.942$), mas a sub-escala que demonstrou uma menor homogeneidade foi a coerção física, também em ambos os pais (Mãe: $\alpha=0.814$, Pai: $\alpha=0.698$).

No entanto, no reteste (estudo 2), a sub-escala que obteve um menor alfa de *Cronbach* foi a displicência, quer na mãe ($\alpha=0.781$), quer no pai ($\alpha=0.798$), sendo as sub-escalas mais homogéneas a sub-escala coerção física da mãe ($\alpha=0.955$) nas situações problemáticas e o afecto do pai ($\alpha=0.957$) nas situações consideradas como “ajustadas” (Tabela 11).

Tabela 11. Consistência interna da ESPA29 (n=68) no teste-reteste.

	Sub-escala	Teste		Reteste	
		Alfa de Cronbach	Mdn r_{it}	Alfa de Cronbach	Mdn r_{it}
Mãe (n=68) (1 α =0.860) (2 α =0.870)	Aceitação/Implicação	0.926	0.379	0.940	0.293
	Afecto	0.913	0.320	0.924	0.188
	Diálogo	0.903	0.466	0.936	0.235
	Indiferença	0.840	-0.293	0.881	-0.333
	Displicência	0.823	-0.222	0.781	-0.360
	Coerção/Imposição	0.891	0.517	0.947	0.610
	Privação	0.877	0.336	0.896	0.485
	Coerção Verbal	0.900	0.301	0.908	0.442
	Coerção Física	0.814	0.112	0.955	0.293
Pai (n=61) (1 α =0.876) (2 α =0.863)	Aceitação/Implicação	0.953	0.319	0.956	0.243
	Afecto	0.942	0.300	0.957	0.201
	Diálogo	0.913	0.479	0.932	0.303
	Indiferença	0.889	-0.373	0.916	-0.388
	Displicência	0.756	-0.308	0.798	-0.340
	Coerção/Imposição	0.922	0.628	0.935	0.518
	Privação	0.911	0.421	0.886	0.347
	Coerção Verbal	0.909	0.443	0.917	0.375
	Coerção Física	0.698	0.179	0.921	0.176
	Alfa de Cronbach	0.929		0.924	

Nota: Mdn r_{it} = Mediana das correlações entre os itens e a respectiva sub-escala.

Na Tabela 11, apresentamos também a mediana das correlações entre os itens e o total de cada sub-escala (Moreira, 2004). Portanto, como podemos verificar na Tabela 7, as sub-escalas manifestam correlações medianas de magnitude baixa a elevada moderada, sendo as mais baixas as da coerção física de ambos os pais, no teste (Mãe: 0.112; Pai: 0.179), e de igual forma, na coerção física (0.176) e no afecto do pai no reteste (0.201). As correlações item-total mais elevadas situam-se no momento de teste, no diálogo de ambos os pais (Mãe: 0.466; Pai: 0.479), e no reteste, na privação da mãe (0.485) e indiferença do pai (-0.388).

Como podemos verificar na Tabela 12, a coerção física continua a possuir a média mais baixa no reteste, em ambos os pais [(teste Mãe: $M=1.03$, $DP=0.09$; teste Pai: $M=1.04$, $DP=0.09$) (reteste Mãe: $M=1.10$, $DP=0.36$; reteste Pai: $M=1.07$, $DP=0.25$)], mas a sub-escala que apresentou uma média de respostas mais elevada foi o afecto da mãe no estudo 1 ($M=2.84$, $DP=0.74$) e o seu diálogo no estudo 2 ($M=2.83$, $DP=0.75$). Também o diálogo do pai nas situações problemáticas apresentou uma média mais elevada, tanto no estudo 1 ($M=2.52$, $DP=0.67$) como no estudo 2 ($M=2.65$, $DP=0.75$).

Na Tabela 12, constatamos ainda que as correlações de Pearson entre os dois momentos de estudo são indicativas de uma boa estabilidade temporal do instrumento num intervalo de tempo de 1 mês. Os resultados obtidos nas sub-escalas oscilaram entre 0.469 na displicência ($p=0.000$) e 0.789 no afecto ($p=0.000$) da mãe, e entre 0.497 ($p=0.000$) na displicência 0.858 ($p=0.000$) no afecto do pai. Assim, a sub-escala que menos se correlacionou entre os dois momentos de teste foi a displicência e a que mais se relacionou foi o afecto, em ambos os pais. Em geral, os adolescentes do nosso estudo manifestavam coincidência nas práticas educativas dos pais entre os dois momentos de estudo, pois em quase todas as sub-escalas obtivemos correlações de Pearson estatisticamente significativas. Destacamos ainda a existência de uma correlação estatisticamente significativa ao nível de $p \leq 0.050$ na Coerção/Imposição da mãe ($r=0.307$, $p=0.011$). Contudo, realçamos a ausência de uma correlação estatisticamente significativa na coerção física da mãe, que tende a aumentar entre os dois momentos de teste ($r=-0.060$, $p=0.629$) (estes resultados também podem ser consultados no Anexo L).

Nos Anexos M1 e M2, expomos as estatísticas descritivas (mínimo, máximo, média e desvio padrão) e os dados relacionados com a análise da consistência interna separada de mães e de pais no teste, respectivamente, e nos Anexos N1 (mãe) e N2 (pai), do reteste (e onde constam ainda a correlação item-total e o alfa de *Cronbach* da escala quando o item é eliminado).

Quando confrontamos as médias obtidas nos dois momentos de aplicação dos instrumentos, mediante o teste-t para amostras emparelhadas, os resultados demonstraram não existirem diferenças estatisticamente significativas entre as médias

para a maioria das sub-escalas. Contudo, observámos diferenças estatisticamente significativas no diálogo do pai, entre os dois momentos de estudo ($t=-2.045$, $gl.=60$, $p=0.045$) (Tabela 12). Apesar da magnitude da diferença ser reduzida ($d=-0.18$), a média desta sub-escala aumentou do primeiro ($M=2.52$, $DP=0.67$) para o segundo momento de teste ($M=2.65$, $DP=0.75$), o que se pode dever à familiaridade com instrumento, à desejabilidade social ou até à presença da investigadora.

De um modo geral, podemos afirmar que a ESPA29 apresenta boas características psicométricas para a sua validação, com níveis de consistência interna e estabilidade temporal bastante satisfatórias em todas as sub-escalas e nos dois momentos de aplicação.

Tabela 12. Estatísticas descritivas (média e desvio padrão), correlação de Pearson e estabilidade temporal da ESPA29 (n=68).

	Sub-escala	Teste		Reteste		<i>d</i> de Cohen	<i>r</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
		M	DP	M	DP				
Mãe (n=68) ($\alpha_1=0.860$) ($\alpha_2=0.870$)	Aceitação/Implicação	3.13	0.42	3.08	0.48	0.11	0.738***	1.143	0.257
	Afecto	2.84	0.74	2.73	0.79	0.14	0.789***	1.754	0.084
	Diálogo	2.83	0.64	2.83	0.75	0.00	0.722***	-0.014	0.989
	Indiferença	1.70	0.54	1.78	0.64	-0.14	0.543***	-1.160	0.250
	Displicência	1.46	0.43	1.46	0.40	0.00	0.469***	0.035	0.972
	Coerção/Imposição	1.36	0.25	1.37	0.37	-0.03	0.307*	-0.222	0.825
	Privação	1.28	0.34	1.31	0.40	-0.08	0.496***	-0.573	0.569
	Coerção Verbal	1.78	0.56	1.72	0.58	0.11	0.507***	0.891	0.376
	Coerção Física	1.03	0.09	1.10	0.36	-0.27	-0.060	-1.461	0.149
Pai (n=61) ($\alpha_1=0.876$) ($\alpha_2=0.863$)	Aceitação/Implicação	2.92	0.53	2.92	0.57	0.00	0.831***	0.091	0.928
	Afecto	2.49	0.86	2.47	0.93	0.02	0.858***	0.388	0.699
	Diálogo	2.52	0.67	2.65	0.75	-0.18	0.751***	-2.045	0.045
	Indiferença	1.85	0.67	1.92	0.76	-0.10	0.692***	-0.852	0.398
	Displicência	1.47	0.37	1.53	0.44	-0.15	0.497***	-1.167	0.248
	Coerção/Imposição	1.34	0.29	1.34	0.32	0.00	0.596***	-0.029	0.977
	Privação	1.26	0.37	1.27	0.35	-0.03	0.517***	-0.159	0.875
	Coerção Verbal	1.72	0.58	1.69	0.59	0.05	0.714***	0.598	0.552
	Coerção Física	1.04	0.09	1.07	0.25	-0.16	0.518***	-1.067	0.290
Alfa de Cronbach		0.929		0.924					

Nota: M=Média. DP=Desvio Padrão. *d*= Magnitude da diferença (*d* de Cohen). *r*=Correlação de Pearson entre os dois momentos de teste. gl.=Graus de liberdade entre os dois grupos. gl.Mãe= 67; gl.Pai=60. *t* =Teste t de Student para amostras emparelhadas. *p*= Nível de significância estatística entre as variáveis. *** $p \leq 0.001$ ** $p \leq 0.010$ * $p \leq 0.050$.

Portanto, também os resultados das análises estatísticas que realizámos foram na generalidade consistentes com os obtidos na versão original do instrumento, de Musitu e García (2001, 2004a).

4.3. Estudo das diferenças entre a mãe e o pai

Como os comportamentos de pai e mãe não são percebidos por todos os adolescentes da mesma forma, considerámos importante analisar as diferenças entre pai e mãe nas sub-escalas e dimensões percebidas pelos adolescentes, como podemos verificar na Tabela 13 e nas Figuras 6 e 7.

Na amostra utilizada para o nosso estudo, os adolescentes percebiam o comportamento da mãe como mais “envolvente”. Quando os jovens se comportavam de acordo com os padrões familiares, esta expressava uma maior aceitação/implicação ($M=3.14$, $DP=0.46$) face ao pai ($M=2.96$, $DP=0.55$; $d=0.36$, $t=12.255$, $p=0.000$). Nestas situações, a mãe demonstrava um maior grau de afecto ($M=2.96$, $DP=0.74$) que o pai ($M=2.70$, $DP=0.83$; $d=0.33$, $t=12.356$, $p=0.000$), o qual geralmente se mostrava mais indiferente ($M=1.79$, $DP=0.72$) que a mãe ($M=1.65$, $DP=0.63$; $d=-0.21$, $t=-7.147$, $p=0.000$) ou até mais displicente (Pai: $M=1.57$, $DP=0.57$; Mãe: $M=1.48$, $DP=0.53$; $d=-0.16$, $t=-4.984$, $p=0.000$).

Os participantes do nosso estudo consideraram que quando agem incorrectamente, existe uma diferença estatística estatisticamente significativa para a mãe ser mais coerciva que o pai (Mãe: $M=1.54$, $DP=0.44$; Pai: $M=1.50$, $DP=0.43$; $d=0.09$, $t=3.407$, $p=0.001$), mais especificamente na privação (Mãe: $M=1.59$, $DP=0.56$; Pai: $M=1.55$, $DP=0.55$; $d=0.07$, $t=2.803$, $p=0.005$) e na coerção verbal (Mãe: $M=1.86$, $DP=0.67$; Pai: $M=1.79$, $DP=0.64$; $d=0.11$, $t=4.125$, $p=0.000$). Verificamos também que a mãe tem uma maior tendência para o diálogo ($M=2.75$, $DP=0.69$) que o pai ($M=2.50$, $DP=0.73$), sendo esta diferença estatisticamente significativa de magnitude reduzida ($d=0.35$, $t=12.369$, $p=0.000$). Contudo, verificamos também que não existem diferenças estatisticamente significativas na coerção física ($d=-0.03$, $t=-0.866$, $p=0.387$) utilizada pelos pais ($M=1.17$, $DP=0.39$) e pelas mães ($M=1.16$, $DP=0.38$).

Tabela 13. Diferenças entre a mãe e o pai na aceitação/implicação e coerção/imposição (Média e Desvio Padrão) da versão portuguesa da ESPA29 (n=752).

	Mãe (n=752/824)		Pai (n=752/777)		<i>d</i> de Cohen	<i>r</i>	<i>t</i> (gl.=751)	<i>p</i>
	M	DP	M	DP				
Aceitação/Implicação	3.14	0.46	2.96	0.55	0.36	0.688***	12.255	0.000
Afecto	2.96	0.74	2.70	0.83	0.33	0.743***	12.356	0.000
Diálogo	2.75	0.69	2.50	0.73	0.35	0.695***	12.369	0.000
Indiferença	1.65	0.63	1.79	0.72	-0.21	0.700***	-7.147	0.000
Displicência	1.48	0.53	1.57	0.57	-0.16	0.651***	-4.984	0.000
Coerção/Imposição	1.54	0.44	1.50	0.43	0.09	0.818***	3.407	0.001
Privação	1.59	0.56	1.55	0.55	0.07	0.814***	2.803	0.005
Coerção Verbal	1.86	0.67	1.79	0.64	0.11	0.747***	4.125	0.000
Coerção Física	1.16	0.38	1.17	0.39	-0.03	0.857***	-0.866	0.387

Nota: M= Média. DP=Desvio Padrão. *d*= Magnitude da diferença (*d* de Cohen). *r*=Correlação de Pearson entre os dois momentos de teste. gl.=Graus de liberdade entre os dois grupos. gl.=751. *t*=Teste t de Student para amostras emparelhadas. *p*= Nível de significância estatística entre as variáveis. *** $p \leq 0.001$ ** $p \leq 0.010$ * $p \leq 0.050$.

Além disso, como referimos anteriormente e como podemos observar na Tabela 13, geralmente o comportamento de pai e mãe coincidia, pois verificámos a existência de correlações de Pearson positivas estatisticamente significativas entre as médias das dimensões de ambos os pais, tanto de aceitação/implicação ($r=0.688$, $p=0.000$), como de coerção/imposição ($r=0.818$, $p=0.000$) e nas práticas que as constituem. As sub-escalas que menos se correlacionavam entre os pais eram as de displicência ($r=0.651$, $p=0.000$) e de diálogo ($r=0.695$, $p=0.000$) e as que mais se correlacionavam eram as de coerção física ($r=0.857$, $p=0.000$) e de privação ($r=0.814$, $p=0.000$). Os resultados referentes a estes cálculos encontram-se no Anexo O.

As Figuras 6 e 7 ilustram bem a tendência para os comportamentos de pai e de mãe coincidirem em ambas as dimensões e nas práticas (sub-escalas) que as caracterizam.

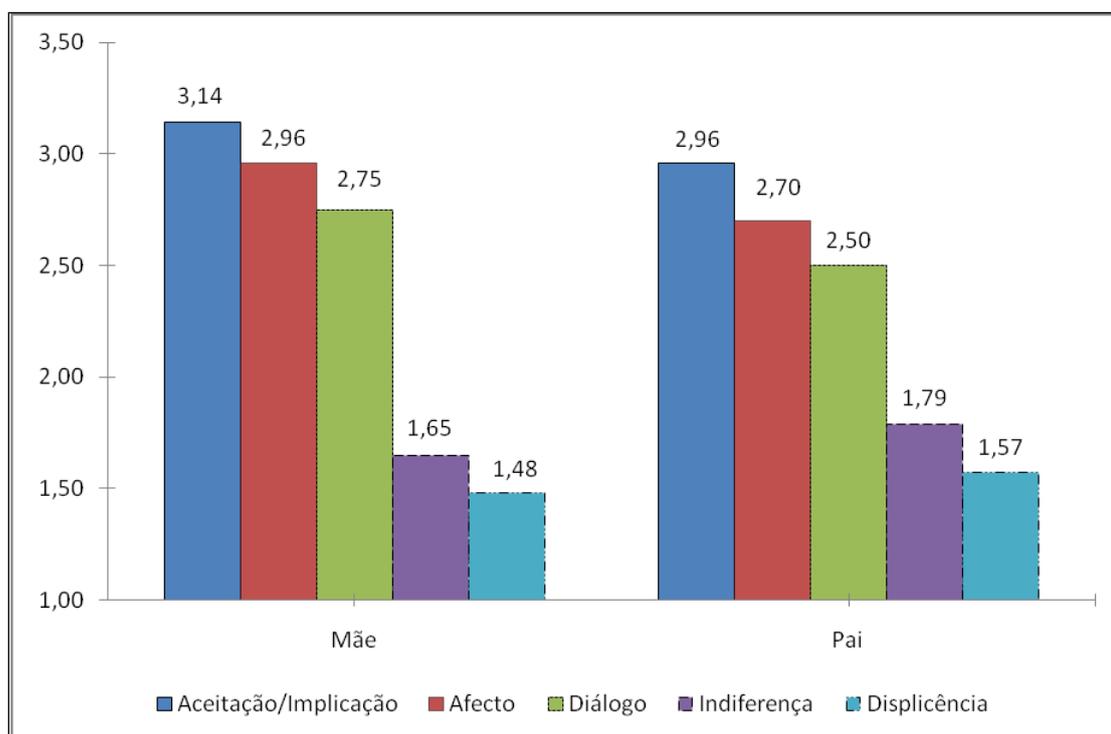


Figura 6. Médias na Aceitação/Implicação percebida na Mãe e no Pai.

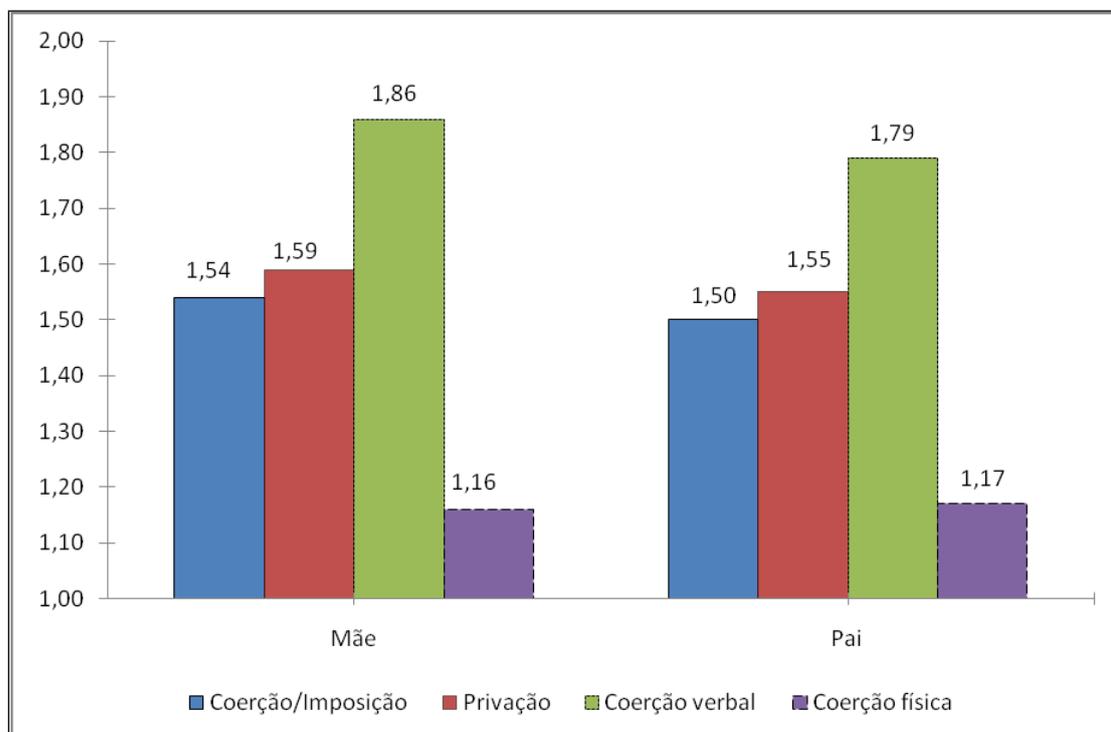


Figura 7. Médias na Coerção/Imposição percebida na Mãe e no Pai.

Na Tabela 14, apresentamos os resultados obtidos na análise separada das respostas de filhas e filhos nas sub-escalas, na Aceitação/Implicação e na Coerção Imposição. Quando analisámos separadamente as respostas de filhas e de filhos (mediante a comparação de médias para amostras emparelhadas para cada pai), observámos resultados semelhantes aos obtidos na análise conjunta. De uma maneira geral, tanto as filhas como os filhos percebiam que o estilo da mãe se caracterizava por um maior grau de aceitação/implicação (Filha: $M=3.18$, $DP=0.48$; Filho: $M=3.09$, $DP=0.44$) do que o pai (Filha: $M=2.98$, $DP=0.57$; $d=0.38$, $t=9.725$, $p=0.000$; Filho: $M=2.94$, $DP=0.52$; $d=0.38$, $t=7.505$, $p=0.000$). Este padrão de comportamento permanecia constante também nas sub-escalas de afecto e diálogo. Assim, para os adolescentes da nossa amostra, em situações “desajustadas”, as mães dialogam mais (Filha: $M=2.80$, $DP=0.70$; Filho: $M=2.69$, $DP=0.67$) que os pais (Filha: $M=2.51$, $DP=0.73$; Filho: $M=2.48$, $DP=0.72$), sendo estas diferenças de magnitude reduzida (Filha: $d=0.41$, $t=10.425$, $p=0.000$; Filho: $d=0.30$, $t=6.865$, $p=0.000$). Da mesma forma, verificamos ainda que geralmente as mães eram consideradas como mais afectivas que os pais, tanto pelas filhas (Mãe: $M=3.02$, $DP=0.75$; Pai: $M=2.75$, $DP=0.85$), como pelos filhos (Mãe: $M=2.87$, $DP=0.72$; Pai: $M=2.48$, $DP=0.72$), nas situações onde agiam conforme as normas familiares (Filha: $d=0.34$, $t=9.244$, $p=0.000$; Filho: $d=0.32$, $t=8.249$, $p=0.000$).

No entanto, constatámos também que o comportamento do pai era percebido como mais indiferente, tanto nas filhas (Pai: $M=1.77$, $DP=0.71$; Mãe: $M=1.63$, $DP=0.62$; $d=-0.21$, $t=-5.545$, $p=0.000$), como nos filhos (Pai: $M=1.81$, $DP=0.72$; Mãe: $M=1.68$, $DP=0.64$; $d=-0.19$, $t=-4.504$, $p=0.000$). No nosso estudo, encontramos também diferenças estatisticamente significativas na displicência percebida pelos adolescentes, pois o comportamento do pai era percebido como mais displicente, quer pelas filhas (Pai: $M=1.58$, $DP=0.59$; Mãe: $M=1.46$, $DP=0.52$; $d=-0.22$, $t=-5.693$, $p=0.000$), quer pelos filhos (Pai: $M=1.55$, $DP=0.54$; Mãe: $M=1.52$, $DP=0.54$; $d=-0.06$, $t=-1.184$, $p=0.000$).

Tabela 14. Estatísticas descritivas (Média e Desvio Padrão) e diferenças entre a mãe e o pai nas sub-escalas e na aceitação/implicação e na coerção/imposição percebidas pela filha (n=434) e o filho (n=318) (n=752).

Dimensão/Sub-escala	Filha								Filho							
	Mãe		Pai		<i>d</i> de Cohen	<i>r</i>	<i>t</i> (gl.=433)	<i>p</i>	Mãe		Pai		<i>d</i> de Cohen	<i>r</i>	<i>t</i> (gl.=317)	<i>p</i>
	M	DP	M	DP					M	DP	M	DP				
Aceitação/Implicação	3.18	0.48	2.98	0.57	0.38	0.664^{***}	9.725	0.000	3.09	0.44	2.94	0.52	0.31	0.728 ^{***}	7.505	0.000
Afecto	3.02	0.75	2.75	0.85	0.34	0.728 ^{***}	9.244	0.000	2.87	0.72	2.63	0.80	0.32	0.763 ^{***}	8.249	0.000
Diálogo	2.80	0.70	2.51	0.73	0.41	0.683 ^{***}	10.425	0.000	2.69	0.67	2.48	0.72	0.30	0.713 ^{***}	6.806	0.000
Indiferença	1.63	0.62	1.77	0.71	-0.21	0.675 ^{***}	-5.545	0.000	1.68	0.64	1.81	0.72	-0.19	0.734 ^{***}	-4.504	0.000
Displícência	1.46	0.52	1.58	0.59	-0.22	0.684 ^{***}	-5.693	0.000	1.52	0.54	1.55	0.54	-0.06	0.614^{***}	-1.184	0.000
Coerção/Imposição	1.47	0.40	1.45	0.40	0.05	0.808 ^{***}	2.042	0.042	1.62	0.47	1.58	0.46	0.09	0.818 ^{***}	2.792	0.006
Privação	1.53	0.52	1.50	0.51	0.06	0.819^{***}	1.686	0.093	1.66	0.60	1.62	0.59	0.07	0.803 ^{***}	2.270	0.024
Coerção Verbal	1.78	0.64	1.72	0.62	0.10	0.735 ^{***}	2.525	0.012	1.98	0.68	1.89	0.64	0.14	0.753 ^{***}	3.382	0.000
Coerção Física	1.11	0.31	1.12	0.31	-0.03	0.808 ^{***}	-0.827	0.409	1.23	0.46	1.24	0.46	-0.02	0.882^{***}	-0.395	0.693

Nota: M= Média. DP= Desvio Padrão. *d*= Magnitude da diferença (*d* de Cohen). *r*=Correlação de Pearson entre os dois momentos de teste. gl.=Graus de liberdade entre os dois grupos. gl. Filha=433; gl. Filho=317. *t*=Teste t de Student para amostras emparelhadas. *p*= Nível de significância estatística entre as variáveis. ****p*≤0.001 ***p*≤0.010 **p*≤0.050

Além disso, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre a coerção/imposição dos pais percebida pelos adolescentes. A mãe era percebida pelas filhas (Mãe: $M=1.47$, $DP=0.40$) como mais coerciva que o pai ($M=1.45$, $DP=0.40$), ($d=0.05$, $t=2.042$, $p=0.042$), principalmente na coerção verbal (Mãe: $M=1.78$, $DP=0.64$; Pai: $M=1.72$, $DP=0.62$; $d=0.10$, $t=2.525$, $p=0.012$). Aliás, verificamos que os filhos consideraram o comportamento da mãe como mais coercivo que o do pai (Mãe: $M=1.62$, $DP=0.47$; Pai: $M=1.58$, $DP=0.46$; $d=0.09$, $t=2.792$, $p=0.06$) e que recorriam sobretudo à coerção verbal (Mãe: $M=1.98$, $DP=0.68$; Pai: $M=1.89$, $DP=0.64$; $d=0.14$, $t=3.382$, $p=0.001$) e ao castigo ou privação (Mãe: $M=1.66$, $DP=0.60$; Pai: $M=1.62$, $DP=0.59$; $d=0.07$, $t=2.270$, $p=0.024$) que os pais.

Embora os padrões dos dois pais se diferenciasssem no seu comportamento percebido, geralmente os dois reagiam no mesmo sentido nas duas dimensões. A existência de diferenças estatisticamente significativas na dimensão aceitação/implicação e nas suas práticas, e a sua ausência na coerção física, ajudam-nos a compreender a coerência dos comportamentos entre ambos.

Portanto, como podemos observar na Tabela 14, as sub-escalas de ambos os pais correlacionavam-se mutuamente de uma forma estatisticamente significativa. Nos filhos, a sub-escala que menos se correlacionou em ambos os pais foi a displicência ($r=0.614$, $p=0.000$) e a sub-escala que mais se correlacionou foi a coerção física ($r=0.882$, $p=0.000$). Mães e pais eram considerados pelas filhas como menos coerentes na dimensão Aceitação/Implicação ($r=0.664$, $p=0.000$), nomeadamente no uso da indiferença ($r=0.675$, $p=0.000$), e como mais coincidentes no recurso à privação ($r=0.819$, $p=0.093$).

Os resultados dos coeficientes de correlação de Pearson entre os estilos de mães e pais percebidos pelas filhas e pelos filhos podem ser consultados nos Anexos P1 e P2, respectivamente.

4.4. Estudo das diferenças em função da Idade e do Sexo

Como referimos anteriormente, é previsível que a socialização parental varie à medida que o filho adquire maior autonomia e maturidade e que os protótipos sociais e culturais coloquem dificuldades aos pais para lidar da mesma forma com os filhos e as filhas. Portanto, considerar as diferenças por sexo e idade é um aspecto essencial para calcularmos os percentis.

Para isso, realizámos previamente dois procedimentos: 1) constatámos que não existiam diferenças entre as crianças de 10 a 14 anos e de 15 a 18 anos, pelo que definimos 2 grupos de idade para o estudo evolutivo; 2) comprovámos a aditividade dos factores sexo e idade com uma MANOVA factorial 2x2, introduzindo como variáveis dependentes as duas dimensões principais e as sub-escalas (Tabela 15).

Tabela 15. MANOVA Factorial 2x2 entre grupos de idade e sexo com as duas dimensões e todas as sub-escalas.

Fonte de Variação	<i>A</i>	<i>F</i>	gl. Entre	gl. Erro	<i>p</i>	<i>Partial Eta Squared</i> (η^2_{partial})
Intercepção	0.002	28403.005	14	735	0.000	0.998
Idade	0.837	10.191	14	735	0.000	0.063
Sexo	0.937	3.537	14	735	0.000	0.163
Idade x Sexo	0.984	0.828	14	735	0.639	0.016

Nota: *A*= Proporção de variabilidade não explicada. *F*= Variância entre as médias dos grupos. gl.=Graus de liberdade entre os dois grupos ($\alpha=0.05$). *p*= Nível de significância estatística entre as variáveis. η^2_{partial} = *Partial Eta Squared*.

Como podemos verificar na Tabela 15, os resultados desta análise não mostraram efeitos de interacção significativos ($A=0.984$, $F_{14, 735}=0.828$, $p=0.639$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.0163$), pelo que as variações entre idade e sexo permaneciam constantes dentro dos grupos e podíamos analisá-las separadamente sem que isto influenciasse a interpretação dos resultados ($\alpha=0.05$).

Assim, como não foi necessário procedermos à análise das médias das combinações entre grupos de idade e sexo, a fonte de variação desta intersecção introduziu-se no erro. Portanto, calculámos então uma MANOVA factorial que assumia

o modelo aditivo entre os dois grupos de idade e os dois de sexo, na qual constatamos novamente que os efeitos principais eram significativos (Tabela 15). Como podemos observar, a interação entre a idade agrupada e o sexo não era significativa nas variáveis dependentes das dimensões e sub-escalas ($p=0.639$), não se rejeitou a hipótese nula (Pereira, 2006). Esta ausência de interação significativa entre as variáveis independentes (idade agrupada e sexo) não exige que as diferenças nas dimensões e sub-escalas percebidas entre rapazes e raparigas seja a mesma do que para todos os grupos de idade. Podemos assumir que independentemente do grupo de idade dos adolescentes, a diferença entre rapazes e raparigas nas dimensões e práticas educativas não será a mesma do que para todos os grupos de idade.

Neste sentido, na Tabela 16 e nas Figuras 8 a 11 apresentamos a distribuição da média e desvio padrão por grupos de idade e de sexo.

Tabela 16. Distribuição da média e desvio padrão por grupos de idade e sexo (n=752).

		10-14 Anos (n=347)		15-18 Anos (n=405)		Rapariga (n=434)		Rapaz (n=318)	
Dimensão/Sub-escala		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Mãe	Aceitação/Implicação	3.21	0.47	3.09	0.46	3.18	0.48	3.09	0.44
	Afecto	3.11	0.74	2.83	0.72	3.02	0.75	2.87	0.72
	Diálogo	2.79	0.71	2.72	0.67	2.80	0.70	2.69	0.67
	Indiferença	1.60	0.65	1.69	0.61	1.63	0.62	1.68	0.64
	Displícência	1.47	0.56	1.50	0.50	1.46	0.52	1.52	0.54
Pai	Aceitação/Implicação	3.09	0.50	2.85	0.56	2.98	0.57	2.94	0.52
	Afecto	2.95	0.77	2.49	0.82	2.75	0.85	2.63	0.80
	Diálogo	2.63	0.72	2.39	0.72	2.51	0.73	2.48	0.72
	Indiferença	1.70	0.68	1.87	0.74	1.77	0.71	1.81	0.72
	Displícência	1.52	0.56	1.60	0.57	1.58	0.59	1.55	0.54
Mãe	Coerção/Imposição	1.62	0.50	1.47	0.36	1.47	0.40	1.62	0.47
	Privação	1.73	0.61	1.46	0.48	1.53	0.52	1.66	0.60
	Coerção Verbal	1.88	0.72	1.85	0.62	1.78	0.64	1.98	0.68
	Coerção Física	1.25	0.48	1.09	0.25	1.11	0.31	1.23	0.46
Pai	Coerção/Imposição	1.58	0.48	1.44	0.38	1.45	0.40	1.58	0.46
	Privação	1.68	0.59	1.44	0.48	1.50	0.51	1.62	0.59
	Coerção Verbal	1.80	0.65	1.79	0.63	1.72	0.62	1.89	0.64
	Coerção Física	1.25	0.47	1.10	0.28	1.12	0.31	1.24	0.46

Nota: M= Média. DP= Desvio Padrão.

Em segundo lugar, para conhecermos as dimensões e sub-escalas que contribuíam para as diferenças gerais detectadas no teste de análise multivariada, utilizámos o mesmo desenho factorial com cada variável dependente isolada, em relação aos dois grupos independentes de idade e sexo. Para isso, recorremos à ANOVA Factorial 2x2 entre a idade agrupada e o sexo, num conjunto de resultados que apresentamos na Tabela 17.

Tabela 17. ANOVAs Factoriais 2x2 (modelo aditivo) entre grupos de idade e sexo com as 2 dimensões principais e todas as sub-escalas (n=777/824).

Sub-escala	Idade						Sexo					
	Mãe (n=824)			Pai (n=777)			Mãe (n=820)			Pai (n=773)		
	F	η^2_{partial}	p	F	η^2_{partial}	p	F	η^2_{partial}	p	F	η^2_{partial}	p
Aceitação/ Implicação	11.555 (3, 820)	0.014	0.001	33.026 (3, 773)	0.041	0.000	14.231 (3, 820)	0.017	0.000	2.458 (3, 773)	0.003	0.117
Afecto	29.307	0.035	0.000	60.611	0.073	0.000	12.283	0.015	0.000	5.809	0.007	0.016
Diálogo	2.330	0.003	0.127	18.410	0.023	0.000	9.552	0.012	0.002	0.605	0.001	0.437
Indiferença	3.618	0.004	0.058	9.563	0.012	0.002	3.886	0.005	0.049	1.462	0.002	0.227
Displícência	0.100	0.000	0.751	1.953	0.003	0.163	4.508	0.005	0.034	0.001	0.000	0.979
Coerção/ Imposição	25.916	0.031	0.000	21.264	0.027	0.000	25.632	0.030	0.000	22.047	0.028	0.000
Privação	47.530	0.055	0.000	44.704	0.055	0.000	11.811	0.014	0.001	9.440	0.012	0.002
Coerção Verbal	0.412	0.000	0.521	0.199	0.000	0.656	18.904	0.023	0.000	16.983	0.021	0.000
Coerção Física	39.928	0.046	0.000	28.413	0.035	0.000	22.325	0.027	0.000	21.429	0.027	0.000

Nota: F = Variância entre as médias dos grupos. gl .=Graus de liberdade entre os dois grupos. gl .Mãe=820; gl .Pai=773. p = Nível de significância estatística na ANOVA Factorial. η^2_{partial} = *Partial Eta Squared*. (Calculado com um Intervalo de Confiança de $\alpha=0.05$).

4.4.1. Diferenças em função dos Grupos de Idade

Na Tabela 17, podemos verificar que existiam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de idade, no grau de Aceitação/Implicação percebido pelos adolescentes, tanto da mãe ($F_{3, 820}=11.555$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.014$, $p=0.001$), como do pai ($F_{3, 773}=33.026$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.041$, $p=0.000$). Assim, à medida que os adolescentes crescem, percebem que os pais se tornam menos envolvidos, o que acontece em ambos os pais, em quase todas as sub-escalas da dimensão, excepto na indiferença e na displícência. Nesta prática, não observámos diferenças estatisticamente significativas, quer na mãe ($F_{3, 820}=0.100$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.000$, $p=0.751$), quer no pai ($F_{3, 773}=1.953$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.003$, $p=0.163$) entre os adolescentes com 15-18 anos (Mãe: $M=1.50$, $DP=0.50$; Pai: $M=1.60$, $DP=0.57$) e os mais novos, com 10 a 14 anos (Mãe: $M=1.47$, $DP=0.56$; Pai: $M=1.52$,

DP=0.56). Apesar disso, encontramos alguma tendência para a displicência aumentar com a idade. Os nossos resultados apontam também para a tendência dos adolescentes considerarem que o grau de indiferença do pai aumenta significativamente ($F_{3, 773}=9.563$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.012$, $p=0.002$) à medida que a idade deles aumenta (10-14anos: $M=1.70$, $DP=0.68$; 15-18anos: $M=1.87$, $DP=0.74$). Do mesmo modo, verificámos ainda que os adolescentes mais velhos percebem que os pais dialogam significativamente menos ($M=2.39$, $DP=0.72$) que os mais novos ($M=2.63$, $DP=0.72$) quando contrariam as normas familiares ($F_{3, 773}=18.410$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.023$, $p=0.000$). Mas o uso do diálogo pelas mães não era considerado como significativamente diferente ($F_{3, 820}=2.330$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.003$, $p=0.127$) pelos adolescentes dos grupos com 10 a 14 anos ($M=2.79$, $DP=0.71$) e com 15-18 anos $M=2.72$, $DP=0.67$).

Na Figura 8, apresentamos as médias na aceitação/implicação e nas suas práticas por grupos de idade. Como podemos verificar, embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas, existe uma ligeira tendência para o grau de indiferença da mãe e de displicência de ambos os pais aumentar com a idade dos adolescentes. Contudo, verificamos que os adolescentes consideram à medida que crescem, o pai diminui significativamente o diálogo e que ambos diminuem sobretudo o afecto e o envolvimento em geral.

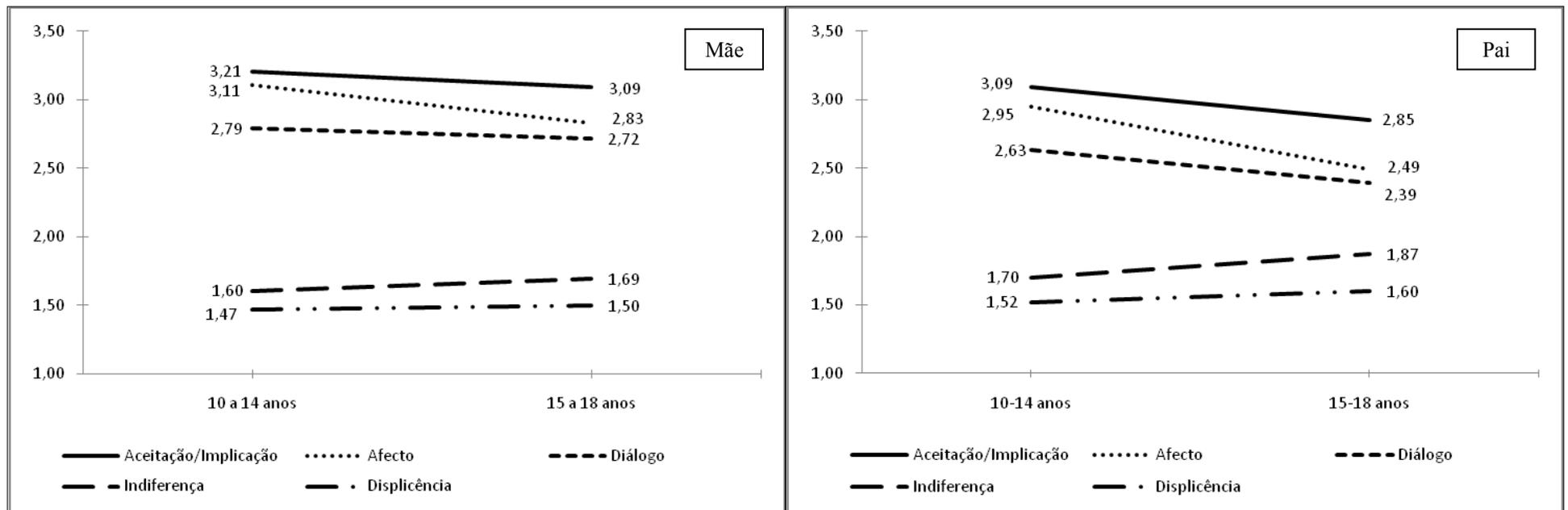


Figura 8. Médias na Aceitação/Implicação por Grupos de Idade.

No caso da dimensão Coerção/Imposição, o grau em que a mãe ($F_{3, 820}=25.916$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.031$, $p=0.000$) e o pai ($F_{3, 773}=21.264$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.027$, $p=0.000$) agiam também apresentava diferenças estatisticamente significativas com a idade dos adolescentes e que se notaram sobretudo nas práticas da privação (Mãe: $F_{3, 820}=47.530$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.055$, $p=0.000$; Pai: $F_{3, 773}=44.704$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.055$, $p=0.000$) e da coerção física (Mãe: $F_{3, 820}=39.928$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.046$, $p=0.000$; Pai: $F_{3, 773}=28.413$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.035$, $p=0.000$). Deste modo, os adolescentes mais novos consideravam que as mães reagiam com uma maior coerção/imposição (M=1.62, DP=0.50) que os mais velhos (M=1.47, DP=0.36), tendência esta que também encontramos na percepção do comportamento do pai (10-14anos: M=1.58, DP=0.48; 15-18anos: M=1.44, DP=0.38). Além disso, nas situações onde se comportam desajustadamente, os adolescentes com idades compreendidas entre 15-18 anos atribuíram ainda uma menor privação a ambos os pais (Mãe: M=1.46, DP=0.48; Pai: M=1.44, DP=0.48) que os mais novos (Mãe: M=1.73, DP=0.61; Pai: M=1.68, DP=0.59). Aliás, constatamos que na generalidade estes consideravam que tanto os pais (M=1.25, DP=0.47) como as mães (M=1.25, DP=0.48) recorriam mais à coerção física, relativamente aos mais velhos (Mãe: M=1.09, DP=0.25; Pai: M=1.10, DP=0.28). Contudo, não encontramos diferenças estatisticamente significativas na coerção verbal, tanto na mãe ($F_{3, 820}=0.412$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.001$, $p=0.521$) como no pai ($F_{3, 773}=0.199$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.000$, $p=0.656$). Apesar das ténues variações nas médias desta prática, os adolescentes não diferenciaram o comportamento dos pais, pelo que os mais velhos (Mãe: M=1.85, DP=0.62; Pai: M=1.79, DP=0.63) consideravam que os pais utilizavam um nível de coerção semelhante aos mais novos (Mãe: M=1.88, DP=0.72; Pai: M=1.80, DP=0.65) (Tabelas 16 e 17).

As médias na Coerção/Imposição e nas sub-escalas por grupos de idade encontram-se ilustradas na Figura 9. Como constatamos, as diferenças são estatisticamente significativas, pelo que existe uma ligeira tendência para diminuir o grau de coerção/imposição à medida que os adolescentes crescem, mas esta tendência é mais acentuada nas práticas de privação e coerção física, em ambos os pais. Também apurámos que os adolescentes percebem sempre um maior nível de coerção/imposição nas mães que nos pais.

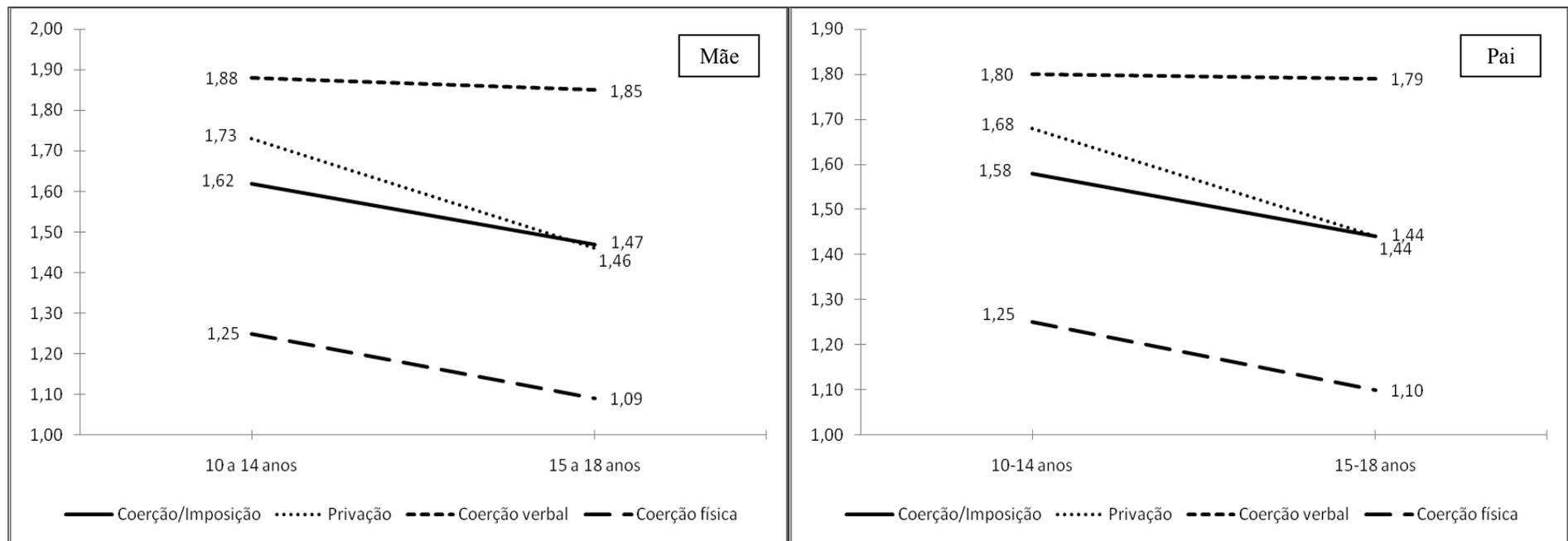


Figura 9. Médias na Coerção/Imposição por Grupos de Idade.

Os nossos resultados apontam para a diminuição quer da dimensão aceitação/implicação, quer da coerção/imposição com o aumento da idade. Além disso, à medida que os adolescentes crescem, consideram que tanto as mães como os pais diminuem o nível de afecto e aumentam o de indiferença e de displicência face às situações quotidianas. Contudo, este aumento é mais marcado na indiferença da figura paterna, na qual salientamos também o decréscimo do diálogo percebido pelos adolescentes mais velhos.

Ao longo da adolescência, observámos ainda uma diminuição significativa do nível de diálogo, bem como da coerção física, da privação e da coerção verbal dos pais, embora esta não seja percebida de uma forma significativa pelos adolescentes da nossa amostra.

4.4.2. Diferenças entre raparigas e rapazes

Neste ponto do trabalho, apresentamos os resultados referentes às diferenças entre rapazes e raparigas obtidas nas dimensões e nas diversas sub-escalas da ESPA29.

Na Tabela 17, observámos que existem diferenças estatisticamente significativas no grau de Aceitação/Implicação da mãe ($F_{3, 820}=14.231$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.117$, $p=0.000$) percebido pelas raparigas ($M=3.18$, $DP=0.48$) e pelos rapazes ($M=3.09$, $DP=0.44$) e que ocorriam em quase todas as suas sub-escalas. As raparigas percebiam em geral um maior grau de aceitação/implicação que os rapazes, embora no caso do pai as diferenças não fossem significativas ($F_{3, 773}=2.458$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.003$, $p=0.117$). Apesar disso, as adolescentes consideram que o comportamento do pai ($M=3.18$, $DP=0.48$) é mais envolvente que os rapazes ($M=3.09$, $DP=0.44$) (Figura 10).

De facto, encontrámos também diferenças estatisticamente significativas no afecto percebido por raparigas e rapazes em ambos os pais (Mãe: $F_{3, 820}=12.283$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.015$, $p=0.000$; Pai: $F_{3, 773}=5.809$, $\eta^2_{\text{partial}}=0.007$, $p=0.016$). Portanto, as raparigas percebiam sempre um maior nível de afecto, tanto na mãe ($M=3.02$, $DP=0.75$), como no pai ($M=2.76$, $DP=0.85$). O mesmo ocorreu nos rapazes, que consideravam a figura materna ($M=3.06$, $DP=0.46$) como mais afectiva que a paterna ($M=2.63$, $DP=0.80$). Além disso, verificamos que as práticas de diálogo ($F_{3, 820}=9.552$,

$\eta^2_{\text{parcial}}=0.012$, $p=0.002$), indiferença ($F_{3, 820}=3.886$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.005$, $p=0.049$) e displicência ($F_{3, 820}=4.508$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.005$, $p=0.034$) da mãe eram percebidas de forma diferenciada por rapazes e raparigas. Estas consideravam que as mães dialogavam mais com elas em situações de ruptura das normas familiares ($M=2.80$, $DP=0.70$), mas os rapazes consideravam-nas mais indiferentes ($M=1.68$, $DP=0.64$) e displicentes ($M=1.52$, $DP=0.54$), nas mesmas situações.

Contudo, observámos ainda que os adolescentes percebiam de não diferenciada o nível de diálogo ($F_{3, 773}=0.605$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.001$, $p=0.437$), indiferença ($F_{3, 773}=1.462$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.002$, $p=0.227$) e displicência ($F_{3, 773}=0.001$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.000$, $p=0.979$) do pai, em função de serem rapazes ou raparigas. Nestas práticas, as diferenças não foram estatisticamente significativas, apesar de existirem variações muito ténues das médias no nível de diálogo, indiferença e displicência do pai percebidos pelos adolescentes.

Assim, como podemos verificar na Figura 9, no nosso estudo, os participantes do sexo feminino consideravam que o pai lhes era mais displicente ($M=1.58$, $DP=0.59$) e que dialogava mais ($M=2.51$, $DP=0.73$) que os do sexo masculino (displicência: $M=1.55$, $DP=0.54$; diálogo: $M=2.48$, $DP=0.72$), que o percebiam o pai como mais indiferente ($M=1.81$, $DP=0.72$) em situações de comportamento congruente com as normas familiares.

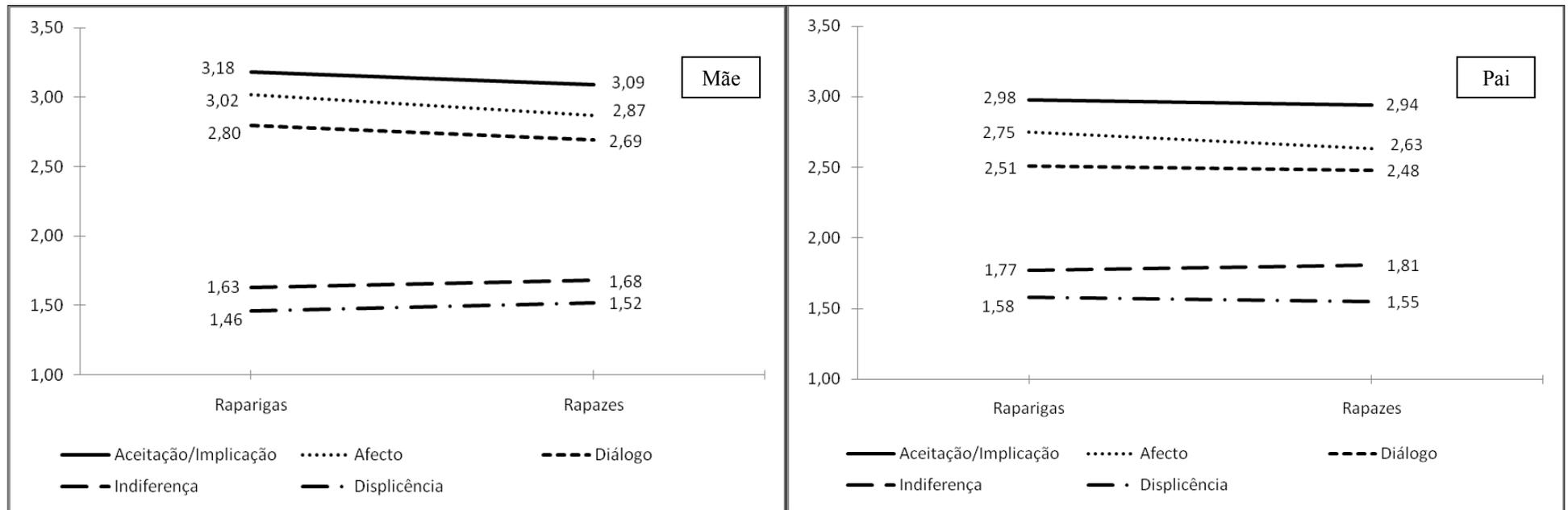


Figura 10. Médias na Aceitação/Implicação por Sexo.

Por outro lado, no comportamento dos pais com os adolescentes de ambos os sexos obtivemos também diferenças dimensão Coerção/Imposição (Tabelas 16 e 17 e Figura 10). Assim, constatamos que rapazes e raparigas consideravam que tanto a mãe ($F_{3, 820}=25.632$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.030$, $p=0.000$) como o pai ($F_{3, 773}=22.047$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.028$, $p=0.000$) se comportavam de uma forma diferenciada nesta dimensão. No entanto, na análise das práticas, verificamos que o comportamento do pai e da mãe também diferia significativamente, quer no recurso da coerção física (Mãe: $F_{3, 820}=22.325$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.027$, $p=0.000$; Pai: $F_{3, 773}=21.429$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.027$, $p=0.000$), da privação (Mãe: $F_{3, 820}=11.811$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.014$, $p=0.001$; Pai: $F_{3, 773}=9.440$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.012$, $p=0.002$) e da coerção verbal (Mãe: $F_{3, 820}=18.904$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.023$, $p=0.000$; Pai: $F_{3, 773}=16.983$, $\eta^2_{\text{parcial}}=0.021$, $p=0.000$).

De facto, a coerção física e a privação eram mais usadas nos rapazes que nas raparigas, tanto pela mãe como pelo pai. Os rapazes consideravam que o pai era mais coercivo fisicamente ($M=1.24$, $DP=0.46$) que a mãe ($M=1.23$, $DP=0.46$), sendo este padrão de comportamento semelhante nas raparigas (Mãe: $M=1.11$, $DP=0.31$; Pai: $M=1.12$, $DP=0.31$). Como verificamos nas Tabelas 16 e 17, as raparigas viam a mãe como a figura que mais as castigava (Mãe: $M=1.53$, $DP=0.52$; Pai: $M=1.50$, $DP=0.51$), e embora a privação fosse mais utilizada nos rapazes, estes percebiam também que era a figura paterna quem menos recorria a esta prática (Pai: $M=1.62$, $DP=0.59$; Mãe: $M=1.66$, $DP=0.60$). Da mesma forma, a coerção verbal de ambos os pais era percebida como mais elevada pelos rapazes (Mãe: $M=1.98$, $DP=0.68$; Pai: $M=1.89$, $DP=0.64$) que pelas raparigas (Mãe: $M=1.78$, $DP=0.64$; Pai: $M=1.72$, $DP=0.62$).

Portanto, como podemos observar na Figura 11, nas situações em que os adolescentes desobedecem às normas familiares, as práticas coercitivas, de coerção verbal, privação e coerção física são mais utilizadas nos rapazes que nas raparigas.

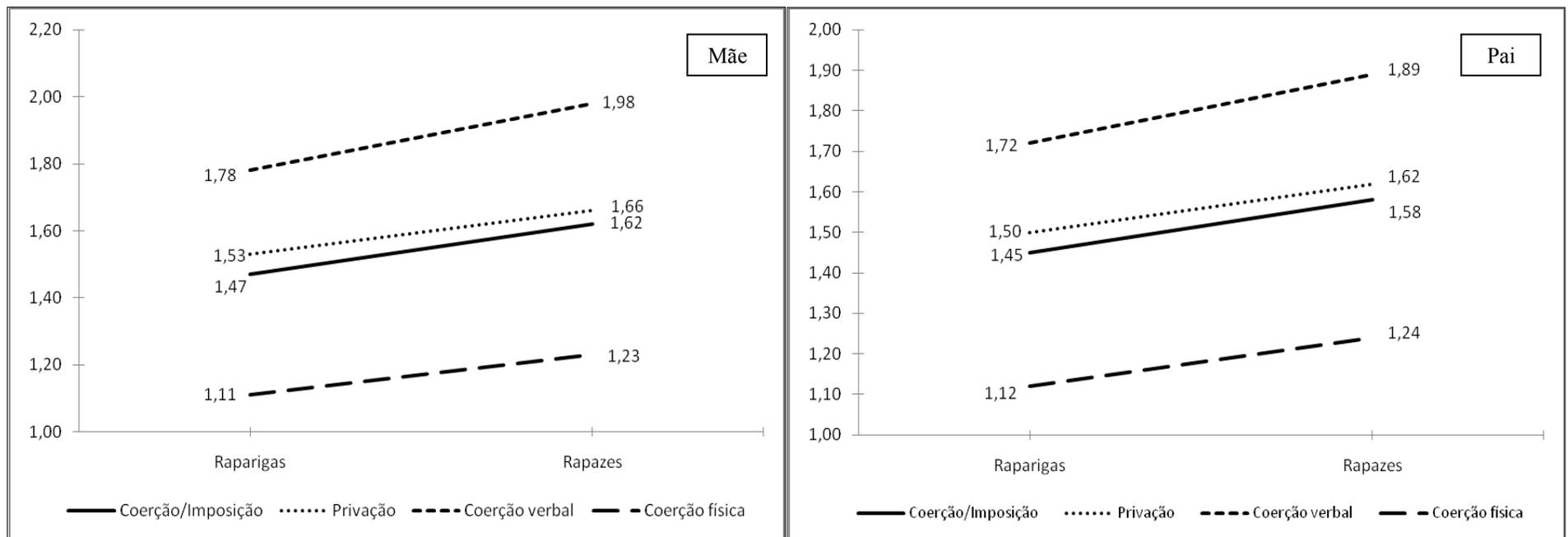


Figura 11. Médias na Coerção/Imposição por Sexo.

Como verificámos, na nossa investigação, os dois pais utilizavam mais frequentemente a Aceitação/Implicação com as raparigas que com os rapazes, mas o grau de Coerção/Imposição foi semelhante para os filhos e as filhas. Contudo, quando recorriam às práticas de coerção/imposição, utilizavam mais a coerção verbal, a coerção física e a privação nos rapazes.

4.5. Estudo das Tipologias de Socialização Parental

Como referimos anteriormente, no nosso estudo seguimos os procedimentos utilizados por Musitu e García (2001, 2004a) para validar a ESPA29. Neste sentido, determinámos o estilo de socialização parental com base num sistema de percentis. Inicialmente, definimos 4 grupos de idade como os autores (10-11 anos, 12-13 anos, 14-15 anos e 16-18 anos), mas devido ao tamanho da nossa amostra, só nos foi possível definir 2 grupos etários (10-14 anos e 15-18 anos) de modo a calcularmos correctamente os percentis das dimensões e das respectivas sub-escalas ou práticas. Podemos encontrar a descrição (mais detalhada) dos procedimentos utilizados para estes cálculos no capítulo referente à análise e tratamento dos dados (pp. 64-69).

Em primeiro lugar, calculámos os percentis para cada dimensão (aceitação/implicação e coerção/imposição) por sexo e grupo etário, para mãe e para pai. De seguida, categorizámos os pais em cada dimensão em função dos percentis ≤ 50 e > 50 . Um baixo nível de aceitação ou de coerção correspondia ao percentil ≤ 50 e o valor 1; e o valor 2 para um nível elevado de aceitação ou coerção caso se encontrasse acima do percentil 50. Realizámos este procedimento para todas as dimensões, em pais e mães, em função do sexo e do grupo de idade (rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 10-14 anos e entre os 15-8 anos).

Finalmente, classificámos os pais e mães nos diferentes estilos parentais: Autoritário (baixa aceitação/implicação e elevada coerção/imposição); Negligente (baixa aceitação/implicação e baixa coerção/imposição); *Firme* (elevada aceitação/implicação e elevada coerção/imposição) e Indulgente (elevada aceitação/implicação e baixa coerção/imposição).

Neste sentido, se os pais pertencem ao primeiro percentil nas duas dimensões, o

seu estilo era definido como negligente, mas se pertencessem ao segundo percentil nas duas dimensões, como *firme*. Quando os pais se encontram no primeiro percentil de aceitação/implicação e no segundo de coerção/imposição, definem-se como autoritários e quando se encontram no segundo centil de aceitação/implicação e no primeiro de coerção/imposição, seriam indulgentes.

Apresentamos a representação gráfica dos estilos parentais neste sistema de percentis na Figura 3 (página 69).

Do mesmo modo, calculámos os percentis para as práticas educativas que constituem cada dimensão: afecto, diálogo, indiferença e displicência na aceitação/implicação; privação, coerção verbal e coerção física na coerção/imposição. Os resultados que obtivemos com o cálculo dos percentis, em função dos grupos de idade e de sexo, podem ser consultados nos Anexos Q1 a Q8.

Além disso, comparámos ainda as tipologias que obtivemos, para mãe e para pai, e em função dos grupos de idade e do sexo, pelo que recorremos às estatísticas descritivas simples (percentagens e percentis).

4.5.1. Caracterização da Mãe e do Pai

Neste ponto do trabalho, procedemos à caracterização dos estilos parentais (nas tipologias que referimos anteriormente: autoritário, negligente, *firme* e indulgente) pelos adolescentes, para mãe e para pai, encontram-se na Tabela 18.

A maioria dos adolescentes da nossa amostra considera que geralmente as mães se incluem num tipo de educação mais indulgente (n=227, 27.5%) ou até autoritário (n=223, 27.1%), e menos *firme* (n=183, 22.2%). Da mesma forma, os pais são percebidos maioritariamente como indulgentes (n=202, 26%) e como autoritários (n=197, 25.4%), e em menor frequência como *firmes* (n=185, 23.8%).

Tabela 18. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, para mães e pais.

	Mãe		Total*	Pai		Total*
	n	%	%	n	%	%
Autoritário	223	26.3	27.1	197	23.2	25.4
Negligente	191	22.5	23.2	193	22.7	24.8
Firme	183	21.6	22.2	185	21.8	23.8
Indulgente	227	26.7	27.5	202	23.8	26.0
Total	824	97.1	100	777	91.5	100
<i>Missing values</i>	25	2.9		72	8.5	
Total	849	100		849	100	

Nota: *Missing values* = casos em falta, não assumidos para os cálculos efectuados em relação à amostra total. Total* = Percentagem obtida em relação ao total da amostra.

Estes resultados são consistentes com os obtidos no estudo das diferenças nas dimensões parentais para mãe e para pai (pp. 85- 90). As mães eram percebidas pelos adolescentes como mais “envolvidas” na sua educação, mas também como mais coercivas em situações de ruptura das normas familiares. Assim, a maior parte dos adolescentes consideram que tanto as mães como os pais manifestam elevados níveis de aceitação/implicação e baixos de coerção/imposição. Por outro lado, os adolescentes classificavam ambos os pais também como autoritários, isto é, que manifestavam uma elevada coerção/imposição perante comportamentos “desajustados” e uma aceitação/implicação mais baixa face ao cumprimento das normas.

4.5.2. Caracterização em função da Idade

Na Tabela 19, expomos os resultados da distribuição dos estilos educativos em função dos grupos de idade dos adolescentes.

Como podemos observar, a maioria dos adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos consideram que a mãe tem um estilo predominantemente autoritário, (n=110, 29.3%), baseado numa baixa aceitação/implicação e numa elevada coerção/imposição, ou indulgente (n=110, 29.3%), caracterizado por ser o extremo

Estilos Parentais Percebidos Pelos Adolescentes

daquele, com uma alta aceitação/implicação e baixa coerção/imposição. Aliás, os pais são percebidos como mais indulgentes pelos adolescentes com 10-14 anos (n=98, 11.5%), assim como pelos adolescentes mais velhos (n=66, 7.8%), que consideram também que as mães recorrem mais ao estilo indulgente (n=117, 13.8%).

Tabela 19. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função dos grupos de idade.

	10-14 Anos						15 – 18 Anos					
	Mãe		Total*	Pai		Total*	Mãe		Total*	Pai		Total*
	n	%	%	n	%	%	n	%	%	n	%	%
Autoritário	110	13.0	29.3	95	11.2	26.7	113	13.3	25.2	62	7.3	25.2
Negligente	79	9.3	21.0	84	9.9	23.6	112	13.2	25.0	62	7.3	25.2
Firme	77	9.1	20.5	79	9.3	22.2	106	12.5	23.7	56	6.6	22.8
Indulgente	110	13.0	29.3	98	11.5	27.5	117	13.8	26.1	66	7.8	26.8
Total	376	44.3	100	356	41.9	100	448	52.8	100	246	29.0	100
Missing values	473	55.7		493	58.1		401	47.2		603	71.0	
Total	849	100		849	100		849	100		849	100	

Nota: *Missing values* = casos em falta, não assumidos para os cálculos efectuados em relação à amostra total. Total* = Percentagem obtida em relação ao total da amostra.

Contudo, verificamos também que tanto os adolescentes mais velhos como os mais novos consideram que pais e mães se incluem menos num estilo firme, caracterizado pelo elevado grau de aceitação/implicação e de coerção/imposição (Tabela 19).

Estes resultados parecem ser consistentes com os que encontramos nas dimensões parentais ao longo da adolescência (pp. 91- 99). Os adolescentes mais novos percebiam um nível de aceitação/implicação e coerção/imposição mais elevado, que poderão explicar a frequência atribuída aos estilos autoritário e indulgente, em ambos os pais. Além disso, os adolescentes mais velhos consideravam que mães e pais tinham recorriam a menores níveis de aceitação/implicação que os mais novos, apesar de continuarem elevados, verificando-se ainda o decréscimo das técnicas coercitivas em geral, consistentes com o estilo indulgente.

De seguida, apresentamos os resultados obtidos na análise dos estilos em função do sexo dos participantes do nosso estudo.

4.5.3. Caracterização em função do Sexo

Na Tabela 20, expomos a distribuição dos estilos parentais de pais e mães por raparigas e rapazes. Podemos observar que a maior parte das raparigas e dos rapazes considerava as mães como indulgentes (15.8% e 11%, respectivamente). Estes percebiam que o comportamento do pai se “enquadrava” mais no tipo firme (n=86, 10.1%), mas as raparigas consideravam-nos como mais indulgentes (n=120, 14.1%).

As adolescentes percebiam, em menor frequência, que tanto as mães como os pais se inseriam menos no grupo dos pais ditos *firmes* (Mãe: n=104, 12.2%; Pai: n=99, 11.7%), ou negligentes (Pai: n=109, 12.8%; Mãe: n=107, 12.6%).

Tabela 20. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função do sexo.

	Raparigas						Rapazes					
	Mãe		Total*	Pai		Total*	Mãe		Total*	Pai		Total*
	n	%	%	n	%	%	n	%	%	n	%	%
Autoritário	133	15.7	27.8	114	13.4	25.8	90	10.6	26.0	83	9.8	24.8
Negligente	107	12.6	22.4	109	12.8	24.7	84	9.9	24.3	84	9.9	25.1
Firme	104	12.2	21.8	99	11.7	22.4	79	9.3	22.8	86	10.1	25.7
Indulgente	134	15.8	28.0	120	14.1	27.1	93	11.0	26.9	82	9.7	24.5
Total	478	56.3	100	442	52.1	100	346	40.8	100	335	39.5	100
Missing values	371	43.7		407	47.9		503	59.2		514	60.5	
Total	849	100		849	100		849	100		849	100	

Nota: *Missing values* = casos em falta, não assumidos para os cálculos efectuados em relação à amostra total. Total* = Percentagem obtida em relação ao total da amostra.

Mais uma vez, os nossos resultados estão em conformidade com os encontrados nas diferenças em função do sexo: as raparigas percebem um elevado grau de aceitação/implicação e mais baixo de coerção/imposição em ambos os pais, e os rapazes consideravam que os pais recorriam a níveis elevados, mas “mais equilibrados” de envolvimento e de coercibilidade.

4.5.4. Caracterização em função da Idade e do Sexo

Como referimos previamente, realizamos ainda a caracterização dos estilos parentais em função dos grupos de idade e do sexo, que se encontram na Tabela 21.

Tabela 21. Distribuição das frequências dos estilos de socialização parental por tipologias, em função dos grupos de idade e de sexo.

	Raparigas 10 a 14 anos				Raparigas 15 a 18 anos				Rapazes 10 a 14 anos				Rapazes 15 a 18 anos			
	Mãe		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Autoritário	61	28.9	52	26.5	72	27.0	62	25.2	49	29.7	43	26.9	41	22.7	40	22.9
Negligente	45	21.3	47	24.0	62	23.2	62	25.2	34	20.6	37	23.1	50	27.6	47	26.9
Firme	43	20.4	43	21.9	61	22.8	56	22.8	34	20.6	36	22.5	45	24.9	50	28.6
Indulgente	62	29.4	54	27.6	72	27.0	66	26.8	48	29.1	44	27.5	45	24.9	38	21.7
Total	211	100	196	100	267	100	246	100	165	100	160	100	181	100	175	100
Missing values	638	75.1	653	76.9	582	68.6	603	71.0	684	80.6	689	81.2	668	78.7	674	79.4
Total	849	100	849	100	849	100	849	100	849	100	849	100	849	100	849	100

Nota: *Missing values* = casos em falta, não assumidos para os cálculos efectuados em relação à amostra total.

Como podemos averiguar na Tabela 21, grande parte das raparigas mais novas descreve os seus pais como indulgentes (Mãe: n=62, 29.4%; Pai: n=54, 27.6%), o que ocorre também na percepção do pai pelos rapazes do mesmo grupo etário (n=44, 27.5%). Contudo, as mães são percebidas como mais autoritárias pelos rapazes

mais novos (n=49, 29.7%), mas também pelas adolescentes mais velhas (n=72, 27%), que as consideram também como indulgentes (n=72, 27%), bem como aos pais (n=66, 26.8%). Os rapazes mais velhos consideraram que as mães são um pouco mais negligentes (n=50, 27.6%) e os pais tendem a ser mais *firmes* (n=50, 28.6%).

Neste sentido, podemos constatar que tanto as mais novas consideram que mães e pais recorrem mais às práticas da aceitação/implicação (afecto, indiferença, diálogo, displicência), e em menor grau às de coerção/imposição. Da mesma forma, os rapazes mais novos consideram que o pai “se enquadra” neste padrão de comportamento. Mas as mães são vistas como autoritárias tanto pelas raparigas mais velhas como pelos rapazes mais novos, ou seja, para estes grupos a figura materna recorre em maior grau a formas que demonstram coercibilidade do que às de aceitação e condescendência. Contudo, os rapazes mais velhos consideram que as mães manifestam um baixo grau de aceitação/implicação e também de coerção/imposição, num estilo caracterizado pela falta de implicação emocional e de supervisão dos mesmos. Os pais seriam incluídos num padrão de comportamento oposto ao da mãe no qual existiria o recurso, num elevado nível de coerção/imposição e de aceitação/implicação.

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO

Neste capítulo, discutimos os principais resultados obtidos nesta investigação. Em primeiro lugar, os resultados relacionados com a validação e estudo psicométrico da ESPA29 e de seguida, os resultados encontrados na análise das diferenças e relações encontradas na percepção dos estilos parentais entre pai e mãe pela amostra estudada, em função da idade e do sexo dos adolescentes.

Em relação às características psicométricas e estudos de validação da ESPA29 realizados nesta investigação, verificámos que os nossos resultados se assemelham em alguns aspectos aos encontrados por Musitu e García (2001, 2004a), pois apontaram para a existência de uma estrutura bidimensional na escala, similar à do modelo proposto pelos autores.

Assim, como podemos observar na Tabela 22, a análise factorial de componentes principais com rotação varimax que realizámos inicialmente, com as sub-escalas dos pais em conjunto, demonstrou a existência de dois factores bem definidos. Estes referiam-se às dimensões propostas no modelo teórico de Musitu e García (2001, 2004a) – a Aceitação/Implicação e a Coerção/Imposição – e confirmaram empiricamente e de forma satisfatória a estrutura teórica do modelo bidimensional no instrumento. Tal como Musitu e García (2001, 2004a), no nosso estudo, as sub-escalas indiferença e displicência encontram-se no pólo negativo da dimensão Aceitação/Implicação e as práticas de afecto e diálogo no extremo positivo da mesma. Além disso, a Coerção/Imposição é constituída pelas práticas de privação, coerção verbal e coerção física. Apesar de no estudo de validação original da ESPA29 as componentes 1 e 2 corresponderem, respectivamente, à aceitação/implicação e à coerção/imposição, estrutura que confirmámos na análise do pai, nos nossos resultados, as saturações obtidas da mãe apresentavam-se, no caso da aceitação/implicação, no factor 2 e a coerção/imposição no factor 1.

Tabela 22. Saturações factoriais das sub-escalas dos dois pais e consistência interna no presente estudo (n=752) e na versão original da ESPA29 (n=3030).

	Sub-escala	Portugal			Espanha		
		F1	F2	α	F1	F2	α
Mãe	Afecto	0.042	0.773	0.914	0.772	0.160	0.943
	Indiferença	0.337	-0.678	0.887	-0.783	0.077	0.918
	Diálogo	0.120	0.634	0.898	0.681	0.100	0.930
	Displícência	0.361	-0.404	0.875	-0.625	-0.021	0.840
	Coerção Verbal	0.704	-0.104	0.914	0.137	0.740	0.897
	Coerção Física	0.767	-0.127	0.933	-0.131	0.624	0.901
	Privação	0.810	0.096	0.904	0.131	0.795	0.913
Pai	Afecto	0.098	0.826	0.929	0.746	0.162	0.940
	Indiferença	0.258	-0.725	0.901	-0.703	0.131	0.922
	Diálogo	0.165	0.732	0.908	0.644	0.074	0.931
	Displícência	0.253	-0.530	0.881	-0.559	0.032	0.820
	Coerção Verbal	0.726	-0.058	0.908	0.130	0.707	0.901
	Coerção Física	0.773	-0.127	0.933	-0.135	0.611	0.907
	Privação	0.813	0.152	0.902	0.112	0.796	0.916
Valores Próprios	4.347	3.331		4.131	2.979		
Variância Explicada Total (%)	31.053	23.790	54.843	29.504	21.282	50.786	
Alfa de Cronbach	0.969	0.964	0.950	0.971	0.960	0.968	

Nota: Saturação factorial da ESPA29 (Método: Análise de Componentes Principais, com Rotação Varimax, limitada a 2 dimensões). α = Alfa de Cronbach.

De uma forma geral, na nossa investigação, todas as sub-escalas possuem níveis elevados de consistência interna. Os índices mais elevados encontram-se na coerção física de ambos os pais ($\alpha=0.933$) e os mais baixos na displícência, quer da mãe ($\alpha=0.875$), quer do pai ($\alpha=0.881$) em situações problemáticas. Destacamos ainda a elevada consistência interna presente na sub-escala de afecto do pai ($\alpha=0.929$), bem como a homogeneidade nas sub-escalas de afecto e coerção verbal da mãe ($\alpha=0.914$), aspecto que também observamos entre o diálogo e a coerção verbal do pai ($\alpha=0.908$). Contudo, na investigação de Musitu e García (2001, 2004a), as sub-escalas que apresentavam uma consistência interna mais elevada eram o afecto de ambos os pais

(Mãe: $\alpha=0.943$, Pai: $\alpha=0.940$). A par dos resultados obtidos pelos autores (Mãe: $\alpha=0.840$, Pai: $\alpha=0.820$), no nosso estudo a displicência tem um menor índice de consistência interna (Tabela 22).

No entanto, encontramos um ponto de inflexão no valor próprio que corresponde a uma terceira componente e que questiona a semelhança da nossa estrutura à do modelo bifactorial proposto por Musitu e García (2001, 2004a) (Figura 4, p. 75).

Quando realizámos a análise factorial de forma independente, obtivemos uma estrutura bidimensional para cada pai, na qual a Coerção/Implicação era mais representada pela privação (Mãe: 0.843, Pai: 0.851) e em menor grau, pela coerção verbal em ambos os pais (0.755 na mãe, 0.788 no pai) (Tabela 23). No caso da Aceitação/Implicação, a sub-escala afecto é a mais representativa (Mãe: 0.856, Pai: 0.849) e a displicência a que menos saturou (Mãe: -0.477, Pai: -0.603). Aliás, encontramos também uma saturação negativa desta sub-escala com a própria dimensão, em conjunto com a indiferença.

Como podemos verificar na Tabela 23, os nossos resultados são um pouco diferentes dos obtidos por Musitu e García (2001, 2004a). Estes verificaram que a coerção física era a sub-escala que menos representa a dimensão Coerção/Imposição, embora também a privação fosse a que melhor a representa. Na dimensão Aceitação/Imposição, os nossos resultados estão em conformidade com os dos estudos originais de validação do questionário, que verificaram ser o afecto que melhor representa esta dimensão (0.821 na mãe, 0.754 no pai) e em menor intensidade, a displicência (Mãe: -0.675, Pai: -0.641).

De facto, como no estudo espanhol, os níveis de homogeneidade (consistência interna) encontrados entre as duas dimensões para cada pai são elevados e semelhantes, bem como nas diversas sub-escalas que as constituem, pelo que podemos afirmar que o modelo bidimensional teoricamente proposto é válido para explicar o comportamento do pai como o da mãe (Tabela 23).

Tabela 23. Saturações factoriais das sub-escalas de cada pai e consistência interna no presente estudo (n=777/824) e na versão original da ESPA29 (n=3030).

Sub-escala	Portugal				Espanha			
	Mãe (n=824)		Pai (n=777)		Mãe		Pai	
	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2
Afecto	0.042	0.856	0.849	0.115	0.821	0.134	0.754	0.173
Indiferença	0.361	-0.734	-0.788	0.291	-0.817	0.092	-0.747	0.123
Diálogo	0.157	0.739	0.773	0.197	0.737	0.055	0.717	0.112
Displicência	0.366	-0.477	-0.603	0.309	-0.675	-0.060	-0.641	0.049
Coerção Verbal	0.755	-0.059	-0.091	0.788	0.138	0.774	0.186	0.735
Coerção Física	0.774	-0.156	-0.143	0.791	-0.128	0.683	-0.215	0.662
Privação	0.843	0.097	0.141	0.851	0.136	0.819	0.096	0.831
Valores Próprios	2.500	1.753	2.518	2.036	2.481	1.684	2.196	1.674
Variância Explicada Total (%)	35.717	25.043	35.977	29.079	35.438	24.061	31.369	23.918
Alfa de Cronbach	0.945	0.935	0.949	0.946	0.955	0.929	0.947	0.929

Nota: Saturação factorial da ESPA29 (Método: Análise de Componentes Principais, com Rotação Varimax, limitada a 2 dimensões).

Estes dados são também corroborados pelo facto da versão portuguesa da ESPA29 ter apontado elevados índices de consistência interna e de estabilidade temporal, que revelam alguma fidelidade nas medidas fornecidas por este instrumento, e sugerem-nos que é relativamente fiável para aplicar em adolescentes portugueses (Tabela 12, p. 84). Assim, nos resultados obtidos no teste-reteste, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre as médias para a maioria das sub-escalas, à excepção da prática do diálogo no pai ($t=-2.045$, $gl.=60$, $p=0.045$). Apesar da magnitude desta diferença ser reduzida ($d=-0.18$), os adolescentes do nosso estudo consideraram que o pai aumentou o diálogo do primeiro para o segundo momento de teste, o que se pode dever à familiaridade com instrumento, à desejabilidade social ou até à presença da investigadora. Outro factor que poderá explicar a baixa estabilidade no diálogo é o da existência de problemas metodológicos, nomeadamente na construção dos itens desta sub-escala, que suscitou algumas dúvidas nos adolescentes durante a (re)aplicação do próprio instrumento (Canavarro & Pereira, 2007; Oliveira, 1994; Steinberg & Morris, 2001).

Portanto, podemos afirmar que a ESPA29 apresenta boas características psicométricas para a sua validação, com níveis de consistência interna e estabilidade temporal bastante satisfatórias em (quase) todas as sub-escalas e nos dois momentos de aplicação. Os resultados das análises factoriais que realizámos foram na generalidade consistentes com os obtidos na versão original do instrumento, de Musitu e García (2001, 2004a) e confirmaram a existência de duas dimensões universais e independentes na socialização familiar. Como vimos, estas duas dimensões representam dois modelos-padrão do comportamento parental, e como são ortogonais, torna-se importante estudá-las em conjunto, para determinarmos os diferentes estilos parentais (autoritário, *firme*, indulgente e negligente) e as implicações que cada um pode exercer na relação paterno-filial (Darling & Steinberg, 1993; Martínez, 2005; Martínez et al., *in press*; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Smetana, 1995; Steinberg, 2005b).

Como os comportamentos de pai e mãe não são percebidos por todos os adolescentes da mesma maneira, considerámos importante analisar as diferenças entre pai e mãe nas dimensões e práticas percebidas pelos adolescentes. No Anexo R, apresentamos os resultados que encontramos no cálculo das diferenças na aceitação/implicação e na coerção/imposição, em comparação com os obtidos na versão original da ESPA29.

No nosso estudo, os resultados sobre a percepção que os adolescentes têm do comportamento individual dos pais apontam para a tendência de considerarem a mãe como mais “envolvente”. Quando os jovens reagem às situações conforme as regras familiares, a mãe expressava uma maior aceitação/implicação ($M=3.14$, $DP=0.46$) que o pai ($M=2.96$, $DP=0.55$; $d=0.36$, $t=12.255$, $p<0.001$). Estes resultados são opostos aos obtidos por Musitu e García (2001, 2004a), nos quais o pai ($M=3.13$, $DP=0.47$) tinha uma actuação mais extrema que a mãe nesta dimensão ($M=3.06$, $DP=0.51$; $d=-0.07$, $t=-10.345$, $p<0.001$).

Os adolescentes da nossa amostra consideravam que a mãe demonstrava também um maior grau de afecto ($M=2.96$, $DP=0.74$) que o pai ($M=2.70$, $DP=0.83$; $d=0.33$, $t=12.356$, $p<0.001$), o qual geralmente se mostrava mais indiferente ($M=1.79$, $DP=0.72$) que a figura maternal ($M=1.65$, $DP=0.63$; $d=-0.21$, $t=-7.147$, $p<0.001$), ou até mais displicente (Pai: $M=1.57$, $DP=0.57$; Mãe: $M=1.48$, $DP=0.53$; $d=-0.16$, $t=-4.984$,

$p < 0.001$) que esta. Verificamos ainda que a mãe tem uma maior tendência para o diálogo ($M=2.75$, $DP=0.69$) que o pai ($M=2.50$, $DP=0.73$), sendo esta diferença estatisticamente significativa de magnitude reduzida ($d=0.35$, $t=12.369$, $p < 0.001$). Neste sentido, os nossos resultados são contraditórios aos da amostra espanhola, pois nesta o pai demonstrava um maior grau de afecto ($d=-0.06$, $t=-6.130$, $p < 0.001$) e diálogo ($d=-0.07$, $t=-6.644$, $p < 0.001$), e menor de indiferença ($d=0.10$, $t=11.241$, $p < 0.001$) e de displicência ($d=0.04$, $t=7.234$, $p < 0.001$) que a mãe. Segundo os autores, quando os adolescentes se comportavam de forma adequada às normas familiares, o pai demonstrava um maior nível de afecto (Pai: $M=2.67$, $DP=0.80$; Mãe: $M=2.61$, $DP=0.82$; $d=-0.06$, $t=-6.130$, $p < 0.001$) e menor de indiferença (Pai: $M=1.69$, $DP=0.69$; Mãe: $M=1.79$, $DP=0.72$; $d=0.10$, $t=11.241$, $p < 0.001$), e quando as transgrediam, o pai expressava maior diálogo (Pai: $M=2.80$, $DP=0.71$; Mãe: $M=2.73$, $DP=0.72$; $d=-0.07$, $t=-6.644$, $p < 0.001$) e menor displicência (Mãe: $M=1.32$, $DP=0.37$; Pai: $M=1.28$, $DP=0.33$; $d=0.04$, $t=7.234$, $p < 0.001$) que a mãe (Musitu & García, 2001, 2004a).

Por outro lado, os participantes do nosso estudo consideram que quando agem incorrectamente, existe uma diferença estatística estatisticamente significativa para a mãe ser mais coerciva que o pai (Mãe: $M=1.54$, $DP=0.44$; Pai: $M=1.50$, $DP=0.43$; $d=0.09$, $t=3.407$, $p=0.001$). Estas diferenças foram visíveis sobretudo na privação (Mãe: $M=1.59$, $DP=0.56$; Pai: $M=1.55$, $DP=0.55$; $d=0.07$, $t=2.803$, $p=0.005$) e na coerção verbal (Mãe: $M=1.86$, $DP=0.67$; Pai: $M=1.79$, $DP=0.64$; $d=0.11$, $t=4.125$, $p=0.000$). Contudo, verificamos também que não existiam diferenças estatisticamente significativas na coerção física ($d=-0.03$, $t=-0.866$, $p=0.387$) utilizada pelos pais ($M=1.17$, $DP=0.39$) e pelas mães ($M=1.16$, $DP=0.38$) (Anexo R). Mais uma vez, os nossos resultados são distintos dos obtidos na amostra espanhola, na qual o comportamento do pai era significativamente mais extremo na coerção verbal (Pai: $M=2.42$, $DP=0.64$; Mãe: $M=2.40$, $DP=0.64$; $d=-0.02$, $t=-2.051$, $p=0.040$). Como podemos constatar no Anexo R, os autores não encontraram diferenças estatisticamente significativas na prática da coerção física ($d=-0.01$, $t=-1.753$, $p=0.080$), tanto da mãe ($M=1.11$, $DP=0.26$) como do pai ($M=1.12$, $DP=0.28$), o que ocorreu também no uso da privação ($d=0.01$, $t=1.759$, $p=0.079$) por ambos os progenitores (Mãe: $M=1.65$, $DP=0.56$; Pai: $M=1.64$, $DP=0.57$) (Musitu & García, 2001, 2004a).

Geralmente o comportamento de pais e mães da nossa amostra coincidia, pois os

seus índices de consistência interna eram semelhantes nas várias sub-escalas. Assim, destacamos a existência de relações positivas estatisticamente significativas entre as médias de quase todas as dimensões e sub-escalas de ambos os pais, com correlações de Pearson que iam desde 0.651 ($p < 0.001$) na utilização da displicência até 0.857 ($p < 0.001$) na coerção física. Estes resultados são semelhantes aos da amostra original, na qual o comportamento dos pais também era bastante coerente, dado que os autores encontraram correlações positivas entre as médias de todas as dimensões e práticas de ambos os pais, que se situavam entre 0.675 ($p < 0.001$) na displicência e 0.813 ($p < 0.001$) na coerção/imposição (Musitu & García, 2001, 2004a).

Assim, como podemos verificar, os participantes do nosso estudo consideravam que quando se comportam incorrectamente, existia uma diferença tendencialmente significativa para a mãe ser mais coerciva relativamente ao pai, sobretudo na coerção verbal. A mãe seria mais afectiva nas situações não problemáticas, mas também manifesta uma maior coerção verbal nas situações ditas problemáticas e nas quais os adolescentes reagissem de forma “desajustada”. Estes resultados são diferentes dos obtidos por Musitu e García (2001, 2004a), pois os adolescentes espanhóis descreviam o pai como mais afectivo e também mais coercivo verbalmente.

Talvez estas diferenças nos resultados dos dois países se possam dever ao facto de no nosso estudo existir um menor número de participantes que considerassem o pai como “figura presente” na sua vida (ex: situações de viuvez, separação /divórcio, ou até por ausência de laço afectivo com este) (Fleming, 1997), ou mesmo ao facto da amostra portuguesa ser mais limitada que a espanhola. Também poderíamos explicar os nossos resultados com diferenças culturais em relação às famílias espanholas (Molpeceres et al., 2001, cit. in Lorence, 2007; Moraes et al., 2007), nas quais poderia existir uma estrutura dita “tradicional” onde a figura paterna poderia exercer um maior nível de envolvimento e coercibilidade parental, quer se trate de comportamentos adequados, ou não, às normas familiares,

Na nossa investigação, estudámos também as diferenças nos estilos de pais e de mães em função dos comportamentos de filhos e filhas, num conjunto de resultados que apresentamos no Anexo S, em comparação com os obtidos por Musitu e García (2001, 2004a).

Na amostra portuguesa, tanto as filhas como os filhos entendiam que a mãe

recorria mais à aceitação/implicação (Filha: $M=3.18$, $DP=0.48$; Filho: $M=3.09$, $DP=0.44$) do que o pai (Filha: $M=2.98$, $DP=0.57$; $d=0.38$, $t=9.725$, $p<0.001$; Filho: $M=2.94$, $DP=0.52$; $d=0.38$, $t=7.505$, $p<0.001$), comportamento que observamos ainda nas práticas de afecto e diálogo. Assim, em situações “desajustadas”, as mães dialogam mais (Filha: $M=2.80$, $DP=0.70$; Filho: $M=2.69$, $DP=0.67$) que os pais (Filha: $M=2.51$, $DP=0.73$; Filho: $M=2.48$, $DP=0.72$), sendo estas diferenças de magnitude reduzida (Filha: $d=0.41$, $t=10.425$, $p<0.001$; Filho: $d=0.30$, $t=6.865$, $p<0.001$). Da mesma forma, constatamos ainda que geralmente as mães eram consideradas como mais afectivas que os pais, tanto pelas filhas (Mãe: $M=3.02$, $DP=0.75$; Pai: $M=2.75$, $DP=0.85$), como pelos filhos (Mãe: $M=2.87$, $DP=0.72$; Pai: $M=2.48$, $DP=0.72$), nas situações onde os adolescentes agiam conforme as normas familiares (Filha: $d=0.34$, $t=9.244$, $p<0.001$; Filho: $d=0.32$, $t=8.249$, $p<0.001$). No entanto, constatamos também que o comportamento do pai era percebido como mais indiferente, tanto nas filhas (Pai: $M=1.77$, $DP=0.71$; Mãe: $M=1.63$, $DP=0.62$; $d=-0.21$, $t=-5.545$, $p<0.001$), como nos filhos (Pai: $M=1.81$, $DP=0.72$; Mãe: $M=1.68$, $DP=0.64$; $d=-0.19$, $t=-4.504$, $p<0.001$). Mas os adolescentes entendiam ainda que os pais eram mais displicentes que as mães, independentemente de se tratar da percepção dos filhos (Pai: $M=1.55$, $DP=0.54$; Mãe: $M=1.52$, $DP=0.54$; $d=-0.06$, $t=-1.184$, $p<0.001$) ou das filhas (Pai: $M=1.58$, $DP=0.59$; Mãe: $M=1.46$, $DP=0.52$; $d=-0.22$, $t=-5.693$, $p<0.001$).

Estes resultados são distintos dos obtidos com os adolescentes espanhóis, que consideravam o comportamento do pai na aceitação/implicação como mais extremo que o da mãe, tanto pelos filhos (Pai: $M=3.06$, $DP=0.45$; Mãe: $M=3.02$, $DP=0.50$; $d=-0.04$, $t=-4.728$, $p<0.001$) como pelas filhas (Pai: $M=3.18$, $DP=0.48$; Mãe: $M=3.09$, $DP=0.52$; $d=-0.09$, $t=-9.430$, $p<0.001$). Para além disso, nas situações em que os jovens se comportavam de forma adequada, o pai era tido como mais afectivo (Filho: Pai: $M=2.60$, $DP=0.79$; Mãe: $M=2.57$, $DP=0.81$; $d=-0.08$, $t=-1.944$, $p=0.046$; Filha: Pai: $M=2.73$, $DP=0.80$; Mãe: $M=2.65$, $DP=0.73$; $d=-0.03$, $t=-0.630$, $p<0.001$) e menos indiferente (Filha: Pai: $M=1.64$, $DP=0.68$; Mãe: $M=1.65$, $DP=0.71$; $d=0.11$, $t=9.049$, $p<0.001$; Filho: Pai: $M=1.65$, $DP=0.70$; Mãe: $M=1.83$, $DP=0.72$; $d=0.09$, $t=6.720$, $p<0.001$) que a mãe. Contudo, era também o pai quem dialogava mais com os adolescentes (Filha: Pai: $M=2.80$, $DP=0.73$; Mãe: $M=2.77$, $DP=0.73$; $d=-0.11$, $t=-7.402$, $p<0.001$) e quem lhes mostrava uma menor displicência (Filha: Pai: $M=1.26$, $DP=0.32$;

Mãe: $M=1.30$, $DP=0.36$; $d=0.04$, $t=5.994$, $p<0.001$; Filho: Pai: $M=1.31$, $DP=0.34$; Mãe: $M=1.34$, $DP=0.38$; $d=0.03$, $t=4.138$, $p<0.001$), relativamente à a mãe. Mas como podemos verificar na no Anexo S, as diferenças não foram significativas no diálogo percebido pelos filhos (Pai: $M=2.71$, $DP=0.68$; Mãe: $M=2.69$, $DP=0.70$; $d=-0.02$, $t=-1.201$, $p=0.230$) (Musitu & García, 2001, 2004a).

Em Portugal, encontramos diferenças estatisticamente significativas na coerção/imposição dos pais percebida pelos adolescentes. A mãe era percebida pelas filhas (Mãe: $M=1.47$, $DP=0.40$) como mais coerciva que o pai ($M=1.45$, $DP=0.40$), ($d=0.05$, $t=2.042$, $p=0.042$), sobretudo na coerção verbal (Mãe: $M=1.78$, $DP=0.64$; Pai: $M=1.72$, $DP=0.62$; $d=0.10$, $t=2.525$, $p=0.012$). De facto, verificámos que os filhos também consideraram o comportamento da mãe como mais coercivo que o do pai (Mãe: $M=1.62$, $DP=0.47$; Pai: $M=1.58$, $DP=0.46$; $d=0.09$, $t=2.792$, $p=0.006$) e que utilizavam principalmente a coerção verbal (Mãe: $M=1.98$, $DP=0.68$; Pai: $M=1.89$, $DP=0.64$; $d=0.14$, $t=3.382$, $p=0.001$) e a privação (Mãe: $M=1.66$, $DP=0.60$; Pai: $M=1.62$, $DP=0.59$; $d=0.07$, $t=2.270$, $p=0.024$) mais frequentemente que os pais. Contudo, nesta prática, o padrão de comportamento de pais ($M=1.50$, $DP=0.51$) e de mães ($M=1.53$, $DP=0.52$) não era diferenciado ($d=0.06$, $t=1.686$, $p=0.093$) pelas filhas. Do mesmo modo, não encontramos diferenças estatisticamente significativas no comportamento de pais e mães na utilização da coerção física, quer se tratasse da percepção dos filhos (Mãe: $M=1.23$, $DP=0.46$; Pai: $M=1.24$, $DP=0.46$; $d=-0.02$, $t=-0.395$, $p=0.693$) ou das filhas (Mãe: $M=1.11$, $DP=0.31$; Pai: $M=1.12$, $DP=0.31$; $d=-0.03$, $t=-0.827$, $p=0.409$).

Os nossos resultados são diferentes dos obtidos em Espanha, onde os autores não obtiveram diferenças estatisticamente significativas na coerção/imposição percebida pelas filhas (Pai: $M=1.71$, $DP=0.38$; Mãe: $M=1.71$, $DP=0.38$; $d=0.00$, $t=-0.037$, $p=0.759$) e pelos filhos (Pai: $M=1.75$, $DP=0.39$; Mãe: $M=1.74$, $DP=0.40$; $d=-0.01$, $t=-1.201$, $p=0.307$), em ambos os pais e que alargou às três práticas que constituem esta dimensão. De facto, os autores verificaram uma ausência de diferenças estatisticamente significativas quer na coerção física (Filha: $d=-0.01$, $t=-1.199$, $p=0.231$; Filho: $d=-0.01$, $t=-1.282$, $p=0.200$), quer na coerção verbal (Filha: Mãe: $M=2.42$, $DP=0.64$; Pai: $M=2.43$, $DP=0.65$; $d=-0.02$, $t=-1.166$, $p=0.244$; Filho: Pai: $M=2.41$, $DP=0.64$; Mãe: $M=2.39$, $DP=0.64$; $d=-0.01$, $t=-1.784$, $p=0.075$) ou na privação (Filha: $d=-0.01$, $t=-1.199$, $p=0.231$; Filho: $d=-0.01$, $t=-1.282$, $p=0.200$) (Musitu & García, 2001, 2004a).

De facto, se embora os padrões dos dois pais não se diferenciavam no seu comportamento percebido, geralmente os dois reagiam no mesmo sentido nas duas dimensões. Na nossa investigação, a existência de diferenças estatisticamente significativas na dimensão aceitação/implicação e nas suas práticas, e a sua ausência na coerção física, ajudaram-nos a compreender a coerência dos comportamentos entre ambos. Podemos assumir que os pais das amostras portuguesa e espanhola tinham um comportamento coerente, e independentemente de se tratar de corrigir filhas ou filhos, pois ambas agiam no mesmo sentido, sendo estas diferenças associadas aos papéis culturais esperados pelos pais em função do sexo (Musitu & García, 2001, 2004a)

Como referimos anteriormente, é previsível que a socialização parental varie à medida que o filho adquire maior independência e maturidade e que os protótipos sociais e culturais coloquem dificuldades aos pais para lidar da mesma forma com os filhos e as filhas. Portanto, comparámos os nossos resultados na estatística multivariada (MANOVA entre grupos de idade e sexo) com os obtidos na amostra espanhola (Tabela 24).

Tabela 24. MANOVA Factorial 2x2 entre sexo e grupos de idade com as 2 dimensões e todas as sub-escalas da versão portuguesa, em comparação com a MANOVA factorial 2x4 da versão original da ESPA29.

País	Portugal					Espanha				
	<i>A</i>	<i>F</i>	gl. entre	gl. error	<i>p</i>	<i>A</i>	<i>F</i>	gl. entre	gl. error	<i>p</i>
Idade	0.837	10.191	14	735	<0.001	0.741	22.642	42	8926.902	<0.001
Sexo	0.937	3.537	14	735	<0.001	0.977	5.099	14	3009.000	<0.001
Idade x Sexo	0.984	0.828	14	735	0.639	0.982	1.341	42	8926.902	0.069

Nota: *A*= Proporção de variabilidade não explicada. *F*= Variância entre as médias dos grupos. gl.= Graus de liberdade entre os dois grupos. *p*= Nível de significância estatística entre as variáveis. (Calculado com um Intervalo de Confiança de $\alpha=0.05$).

Como verificámos, os nossos resultados não mostraram efeitos de interação significativos ($A=0.984$, $F_{14, 735}=0.828$, $p=0.639$), pelo que as variações entre idade e sexo permaneciam constantes dentro dos grupos e podíamos analisá-las separadamente sem que isto influenciasse a interpretação dos resultados. Estes resultados estão em conformidade com os obtidos por Musitu e García (2001, 2004a), pois também não

encontraram efeitos de interação significativos entre os seus grupos de idade e os 2 de sexo ($F=0.982$, $F_{42, 8926, 902}=1.341$, $p=0.069$) (Tabela 24).

Na Tabela 16 (p. 93) e no Anexo T, apresentamos a distribuição das médias e desvio padrão por grupos de idade e sexo, das amostras portuguesa e espanhola, respectivamente, obtida mediante o cálculo da análise multivariada.

No que diz respeito às diferenças entre em função da idade, como referimos anteriormente, no nosso estudo agrupámos os participantes em 2 grupos etários: entre os 10-14 anos e entre os 15-18 anos.

Na Tabela 25, podemos verificar que existiam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de idade, no grau de Aceitação/Implicação percebido pelos adolescentes, tanto da mãe ($F_{3, 820}=11.555$, $p=0.001$), como do pai ($F_{3, 773}=33.026$, $p<0.001$). Assim, à medida que os adolescentes crescem, percebem que ambos os pais se tornam menos envolvidos (10-14 anos: Mãe: $M=3.21$, $DP=0.47$; Pai: $M=3.09$, $DP=0.50$; 15-18 anos: Mãe: $M=3.09$, $DP=0.46$; Pai: $M=2.85$, $DP=0.56$) e menos afectivos (10-14 anos: Mãe: $M=3.11$, $DP=0.74$; Pai: $M=2.95$, $DP=0.77$; 15-18 anos: Mãe: $M=2.83$, $DP=0.72$; Pai: $M=2.49$, $DP=0.82$). Contudo, não observámos diferenças estatisticamente significativas na displicência da mãe ($F_{3, 820}=0.100$, $p=0.751$), ou do pai ($F_{3, 773}=1.953$, $p=0.163$) entre os adolescentes com 15-18 anos (Mãe: $M=1.50$, $DP=0.50$; Pai: $M=1.60$, $DP=0.57$) e os mais novos, com 10 a 14 anos (Mãe: $M=1.47$, $DP=0.56$; Pai: $M=1.52$, $DP=0.56$). Apesar disso, encontramos alguma tendência para a displicência aumentar com a idade. Os nossos resultados apontam também para a tendência dos adolescentes considerarem que o grau de indiferença do pai aumenta significativamente ($F_{3, 773}=9.563$, $p=0.002$) à medida que a idade deles aumenta (10-14anos: $M=1.70$, $DP=1.68$; 15-18anos: $M=1.87$, $DP=0.74$). Do mesmo modo, verificámos ainda que os adolescentes mais velhos percebem que os pais dialogam significativamente menos ($M=2.39$, $DP=0.72$) que os mais novos ($M=2.63$, $DP=0.72$) quando contrariam as normas familiares ($F_{3, 773}=18.410$, $p=0.000$). Mas o uso do diálogo pelas mães não era considerado como significativamente diferente ($F_{3, 820}=2.330$, $p=0.127$) pelos adolescentes dos grupos com 10 a 14 anos ($M=2.79$, $DP=0.71$) e com 15-18 anos ($M=2.72$, $DP=0.67$).

Os resultados do nosso estudo são de alguma forma, semelhantes aos obtidos na amostra espanhola, na qual os autores encontraram também diferenças estatisticamente

significativas entre os quatro grupos de idade nesta dimensão. Para os adolescentes espanhóis, tanto a mãe ($F_{3, 3025}=113.520, p<0.001$) como o pai ($F_{3, 3025}=57.768, p<0.001$) utilizavam de forma diferenciada a Aceitação/Implicação. Ao longo da adolescência, os adolescentes espanhóis consideram que pais e mães se tornam menos envolvidos (10-11 anos: Mãe: $M=3.48, DP=0.40$; Pai: $M=3.43, DP=0.41$), o que acontece em todas as sub-escalas da dimensão. Contudo, ao contrário do que ocorreu no nosso estudo, os autores obtiveram também diferenças na indiferença (Mãe: $F_{3, 3025}=72.401, p<0.001$; Pai: $F_{3, 3025}=30.250, p<0.001$) e na displicência de ambos os pais. De facto, os adolescentes percebiam que a tanto a mãe ($F_{3, 3025}=35.740, p<0.751$), como o pai ($F_{3, 3025}=13.946, p<0.001$) recorriam a diferentes níveis de displicência nas situações em que se comportavam de forma desadequada. Neste sentido, os adolescentes mais novos (10-11 anos) consideravam que ambos os pais eram menos indiferentes (Mãe: $M=1.37, DP=0.51$; Pai: $M=1.38, DP=0.50$) e displicentes (Mãe: $M=1.21, DP=0.34$; Pai: $M=1.26, DP=0.34$) que os mais velhos (16-18 anos) (Indiferença: Mãe: $M=1.99, DP=0.78$; Pai: $M=1.80, DP=0.74$; Displicência: Mãe: $M=1.39, DP=0.40$; Pai: $M=1.33, DP=0.35$). Mas na generalidade, existia alguma tendência para a indiferença e a displicência aumentarem com a idade. Contrariamente ao que ocorreu no nosso estudo, nesta amostra, os adolescentes mais velhos (16-18 anos) percebiam significativamente um menor diálogo nos pais, não só na figura paterna ($M=2.77, DP=0.71$) que os mais novos (10-11 anos) ($M=2.99, DP=0.76; F_{3, 3025}=6.537, p<0.001$), mas também na materna (16-18 anos: $M=2.64, DP=0.69$; 10-11 anos: $M=3.01, DP=0.76$) quando contrariavam as normas familiares ($F_{3, 3025}=6.537, p<0.001$) (Tabela 25).

Tabela 25. ANOVAs Factoriais 2x2 (modelo aditivo) entre grupos de idade e sexo com as 2 dimensões principais e todas as sub-escalas (n=777/824). Comparação com os resultados obtidos na amostra espanhola (n=3030).

Dimensão/ Sub-escala	Portugal				Espanha				Portugal				Espanha			
	Idade		Idade		Sexo		Sexo		Idade		Idade		Sexo		Sexo	
	Mãe (n=824)	Pai (n=777)	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai
	F _(3, 820)	p	F _(3, 773)	p	F _(3, 3025)	p	F _(3, 3025)	p	F _(3, 820)	p	F _(3, 773)	p	F _(3, 3025)	p	F _(3, 3025)	p
Aceitação/ Implicação	11.555	0.001	33.026	<0.001	113.520	<0.001	57.768	<0.001	14.231	<0.001	2.458	0.117	28.042	<0.001	63.989	<0.001
Afecto	29.307	<0.001	60.611	<0.001	162.568	<0.001	99.297	<0.001	12.283	<0.001	5.809	0.016	20.153	<0.001	37.971	<0.001
Diálogo	2.330	0.127	18.410	<0.001	22.400	<0.001	6.537	<0.001	9.552	0.002	0.605	0.437	13.054	<0.001	48.354	<0.001
Indiferença	3.618	0.058	9.563	0.002	72.401	<0.001	30.250	<0.001	3.886	0.049	1.462	0.227	18.989	<0.001	25.559	<0.001
Displicência	0.100	0.751	1.953	0.163	35.740	<0.001	13.946	<0.001	4.508	0.034	0.001	0.979	13.443	<0.001	20.830	<0.001
Coerção/ Imposição	25.916	<0.001	21.264	<0.001	79.827	<0.001	57.869	<0.001	25.632	<0.001	22.047	<0.001	1.139	0.286	2.584	0.108
Privação	47.530	<0.001	44.704	<0.001	90.659	<0.001	69.467	<0.001	11.811	<0.001	9.440	0.002	4.709	0.030	6.087	0.014
Coerção Verbal	0.412	0.521	0.199	0.656	25.837	<0.001	15.054	<0.001	18.904	<0.001	16.983	<0.001	2.954	0.086	1.280	0.258
Coerção Física	39.928	<0.001	28.413	<0.001	60.696	<0.001	54.140	<0.001	22.325	<0.001	21.429	<0.001	18.919	<0.001	19.146	<0.001

Nota: F = Variância entre as médias dos grupos. gl.= Graus de liberdade entre os dois grupos. gl.Mãe=820; gl.Pai=773. gl. Espanha=3029. p = Nível de significância estatística na ANOVA Factorial. (Calculado com um Intervalo de Confiança de $\alpha=0.05$). Como referimos anteriormente, no nosso estudo, a amostra distribuição dos grupos de idade era diferente da realizada por Musitu e García (2001, 2004a) com os adolescentes espanhóis, os quais eram agrupados em 4 faixas etárias.

No caso da dimensão Coerção/Imposição, o grau em que a mãe ($F_{3, 820}=25.916$, $p<0.001$) e o pai ($F_{3, 773}=21.264$, $p<0.001$) agiam também mostrava diferenças estatisticamente significativas com a idade dos adolescentes e que ocorriam ainda na prática da privação (Mãe: $F_{3, 820}=47.530$, $p<0.001$; Pai: $F_{3, 773}=44.704$, $p<0.001$) e da coerção física (Mãe: $F_{3, 820}=39.928$, $p<0.001$; Pai: $F_{3, 773}=28.413$, $p<0.001$). Contudo, não encontramos diferenças estatisticamente significativas na coerção verbal, tanto na mãe ($F_{3, 820}=0.412$, $p=0.521$) como no pai ($F_{3, 773}=0.199$, $p=0.656$) (Tabelas XXXXX e XXXXX). Apesar das ténues variações nas médias desta prática, os adolescentes não diferenciaram o comportamento dos pais, pelo que os mais velhos (Mãe: $M=1.85$, $DP=0.62$; Pai: $M=1.79$, $DP=0.63$) consideravam que os pais utilizavam um nível de coerção semelhante aos mais novos (Mãe: $M=1.88$, $DP=0.72$; Pai: $M=1.80$, $DP=0.65$).

Portanto, os adolescentes mais novos percebiam um maior nível de coerção/imposição, em ambos os pais (10-14 anos: Mãe: $M=1.62$, $DP=0.50$; Pai: $M=1.58$, $DP=0.48$), relativamente aos mais velhos (15-18 anos: Mãe: $M=1.47$, $DP=0.36$; Pai: $M=1.44$, $DP=0.38$). Como vimos, a diminuição da coercibilidade percebida pelos adolescentes mais velhos (15-18 anos) foi mais notória nas práticas da coerção física (Mãe: $M=1.09$, $DP=0.25$; Pai: $M=1.10$, $DP=0.28$) e da privação (Mãe: $M=1.46$, $DP=0.48$; Pai: $M=1.44$, $DP=0.48$). Assim, nas situações onde se comportam desajustadamente, os adolescentes mais novos (10-14 anos) consideravam que tanto os pais como as mães recorriam mais ao castigo (Mãe: $M=1.73$, $DP=0.61$; Pai: $M=1.68$, $DP=0.59$) e à coerção física (Mãe: $M=1.25$, $DP=0.48$; Pai: $M=1.25$, $DP=0.47$).

Os nossos resultados são semelhantes aos da amostra espanhola, excepto na prática da coerção verbal, na qual os autores encontraram diferenças estatisticamente significativas, em função da idade, quer na mãe ($F_{3, 3025}=25.837$, $p<0.001$), quer no pai ($F_{3, 3025}=15.054$, $p<0.001$). Os seus resultados mostravam que a coerção verbal percebida pelos sujeitos tendia a diminuir, desde o início (10-11 anos: Mãe: $M=2.44$, $DP=0.66$; Pai: $M=2.37$, $DP=0.64$) até ao final da adolescência (16-18 anos: Mãe: $M=2.29$, $DP=0.62$; Pai: $M=2.33$, $DP=0.62$), passando por um ligeiro aumento numa fase intermédia da mesma (12-13 anos: Mãe: $M=2.56$, $DP=0.64$; Pai: $M=2.53$, $DP=0.66$) (Tabela 25). O nível global de coerção/imposição que a mãe (10-11 anos: $M=1.90$, $DP=0.48$; 16-18 anos: $M=1.60$, $DP=0.32$; $F_{3, 3025}=79.827$, $p<0.001$) e o pai (10-11 anos: $M=1.83$, $DP=0.45$; 16-18 anos: $M=1.62$, $DP=0.32$; $F_{3, 3025}=57.869$, $p<0.001$) utilizavam

também apresentava diferenças estatisticamente significativas com a idade dos adolescentes, que ocorriam – e aqui os nossos resultados são semelhantes – nas práticas da privação (Mãe: $F_{3, 3025}=90.659$, $p<0.001$; Pai: $F_{3, 3025}=69.467$, $p<0.001$) e da coerção física de ambos (Mãe: $F_{3, 3025}=60.696$, $p<0.001$; Pai: $F_{3, 3025}=54.140$, $p<0.001$). Neste sentido, os autores verificaram ainda que o uso de coerção/imposição percebida pelos adolescentes e da prática da privação diminuíram dos mais novos (Mãe: $M=1.98$, $DP=0.69$; Pai: $M=1.86$, $DP=0.63$) para os mais velhos (Mãe: $M=1.47$, $DP=0.43$; Pai: $M=1.47$, $DP=0.46$). Além disso, concluíram que os adolescentes mais velhos (Mãe: $M=1.04$, $DP=0.14$; Pai: $M=1.05$, $DP=0.15$) percebiam um menor grau de coerção física que os mais novos (Mãe: $M=1.28$, $DP=0.46$; Pai: $M=1.26$, $DP=0.44$) (Musitu & García, 2001, 2004a).

Como podemos observar na Tabela 25, na nossa amostra existem diferenças estatisticamente significativas no nível de Aceitação/Implicação da mãe ($F_{3, 820}=14.231$, $p <0.001$) percebidos pelas raparigas ($M=3.18$, $DP=0.48$) e pelos rapazes ($M=3.09$, $DP=0.44$), e que surgiam em quase todas as suas sub-escalas. As adolescentes geralmente atribuíam um maior grau de aceitação/implicação que os rapazes, embora no caso do pai as diferenças não fossem significativas ($F_{3, 773}=2.458$, $p=0.117$). Apesar disso, as raparigas consideram que o comportamento do pai é mais envolvente que os rapazes (raparigas: $M=3.18$, $DP=0.48$; rapazes: $M=3.09$, $DP=0.44$).

Além disso, comprovamos que as raparigas percebiam sempre um maior nível de afecto, tanto na mãe ($M=3.02$, $DP=0.75$; $F_{3, 820}=12.283$, $p<0.001$), como no pai ($M=2.76$, $DP=0.85$; $F_{3, 773}=5.809$, $p=0.016$). O mesmo ocorreu nos rapazes, que consideravam a figura materna ($M=3.06$, $DP=0.46$) como mais afectiva que a paterna ($M=2.63$, $DP=0.80$). Mas verificamos que as práticas de diálogo ($F_{3, 820}=9.552$, $p=0.002$), indiferença ($F_{3, 820}=3.886$, $p=0.049$) e displicência ($F_{3, 820}=4.508$, $p=0.034$) da mãe eram percebidas de forma diferenciada por rapazes e raparigas. Em situações de desobediência das regras familiares, estas consideravam que as mães dialogavam mais ($M=2.80$, $DP=0.70$), mas os rapazes encaravam-nas como mais indiferentes ($M=1.68$, $DP=0.64$) e displicentes ($M=1.52$, $DP=0.54$) nas mesmas situações. Aliás, no nosso estudo, tanto rapazes como raparigas percebiam de não diferenciada o nível de diálogo ($F_{3, 773}=0.605$, $p=0.437$), indiferença ($F_{3, 773}=1.462$, $p=0.227$) e displicência ($F_{3,$

$_{773}=0.001, p=0.979$) do pai. Assim, os participantes do sexo feminino consideravam que o pai lhes era mais displicente ($M=1.58, DP=0.59$) e que dialogava mais ($M=2.51, DP=0.73$) que os do sexo masculino (displicência: $M=1.55, DP=0.54$; diálogo: $M=2.48, DP=0.72$), que consideravam o pai como mais indiferente ($M=1.81, DP=0.72$) em situações de comportamento congruente com as normas familiares (Tabela 25).

Os nossos resultados têm algumas semelhanças e algumas discrepâncias em relação aos obtidos por Musitu e García (2001, 2004a).

Em primeiro lugar, os autores encontraram diferenças estatisticamente significativas na Aceitação/Implicação que rapazes e raparigas percebem na mãe ($F_{3, 3025}=28.042, p<0.001$) e no pai ($F_{3, 3025}=63.989, p<0.001$), e que existiam nas sub-escalas que constituem esta dimensão. Na amostra espanhola, as raparigas consideravam tanto as mães ($M=3.09, DP=0.52$) como os pais ($M=3.18, DP=0.48$) são mais “envolvidos”, relativamente aos rapazes (Mãe: $M=3.02, DP=0.50$; Pai: $M=3.06, DP=0.45$). Nas diferenças que encontraram, incluíam-se todas as práticas desta dimensão: no afecto e no diálogo, na indiferença e na displicência nos dois pais (Musitu & García, 2001, 2004a). Mas no nosso estudo apenas a percepção dos adolescentes sobre a mãe seguia esta tendência, e no pai somente o afecto. Os adolescentes espanhóis, nomeadamente as raparigas, conferiam uma maior afectividade, no pai ($M=2.73, DP=0.80$; $F_{3, 3025}=37.971, p<0.001$) e na mãe ($M=2.65, DP=0.83$; $F_{3, 3025}=20.153, p<0.001$), que os rapazes (Mãe: $M=2.57, DP=0.81$; Pai: $M=2.60, DP=0.79$), os quais percebiam ainda uma maior displicência (Mãe: $M=1.34, DP=0.38$; $F_{3, 3025}=13.443, p<0.001$; Pai: $M=1.04, DP=0.34$; $F_{3, 3025}=20.830, p<0.001$) e indiferença (Mãe: $M=1.83, DP=0.72$; Pai: $M=1.75, DP=0.70$; $F_{3, 3025}=25.599, p<0.001$) em ambos.

Por outro lado, no nosso estudo, obtivemos também diferenças na Coerção/Imposição dos pais com os filhos de ambos os sexos (Tabela 25). Assim, constatamos que rapazes e raparigas consideravam a mãe ($F_{3, 820}=25.632, p<0.001$) e pai ($F_{3, 773}=22.047, p<0.001$) se comportavam de forma diferenciada nesta dimensão. No entanto, verificamos que o comportamento do pai e da mãe também diferia significativamente nas práticas da coerção física (Mãe: $F_{3, 820}=22.325, p<0.001$; Pai: $F_{3, 773}=21.429, p<0.001$), da privação (Mãe: $F_{3, 820}=11.811, p=0.001$; Pai: $F_{3, 773}=9.440, p=0.002$) e na coerção verbal (Mãe: $F_{3, 820}=18.904, p<0.001$; Pai: $F_{3, 773}=16.983, p<0.001$). Portanto, a coerção física e a privação eram mais utilizadas nos rapazes que

nas raparigas, tanto pela mãe como pelo pai. Como vimos, os rapazes entendiam que o pai era mais coercivo fisicamente ($M=1.24$, $DP=0.46$) do que a mãe ($M=1.23$, $DP=0.46$), num padrão de comportamento que se repetia nas raparigas (Mãe: $M=1.11$, $DP=0.31$; Pai: $M=1.12$, $DP=0.31$). Estas viam a mãe como a figura que mais as castigava (Mãe: $M=1.53$, $DP=0.52$; Pai: $M=1.50$, $DP=0.51$), e embora a privação fosse mais utilizada nos rapazes, estes percebiam também que era a figura paterna quem menos recorria a esta prática (Pai: $M=1.62$, $DP=0.59$; Mãe: $M=1.66$, $DP=0.60$). Da mesma forma, a coerção verbal de ambos os pais era percebida como mais elevada pelos rapazes (Mãe: $M=1.98$, $DP=0.68$; Pai: $M=1.89$, $DP=0.64$) que pelas raparigas (Mãe: $M=1.78$, $DP=0.64$; Pai: $M=1.72$, $DP=0.62$).

Em segundo lugar, alguns destes resultados são também diferentes dos obtidos por Musitu e García (2001, 2004a) na Coerção/Imposição. De acordo com os autores, os adolescentes não consideravam que o comportamento dos progenitores fosse estatisticamente diferente na dimensão global, nem da mãe ($F_{3, 3025}=1.139$, $p=0.286$), nem do pai ($F_{3, 3025}=2.584$, $p=0.108$). Apesar disso, os rapazes atribuíam sempre um maior nível de coerção em ambos, quer na mãe ($M=1.74$, $DP=0.40$), quer no pai ($M=1.75$, $DP=0.39$) que as raparigas (Mãe: $M=1.71$, $DP=0.38$; Pai: $M=1.71$, $DP=0.38$). Ainda assim, eram estas que percebiam um maior nível de coerção verbal – mesmo que as diferenças não fossem significativas –, em pais ($M=2.43$, $DP=0.65$) e mães ($M=2.42$, $DP=0.64$), relativamente aos rapazes (Mãe: $M=2.40$, $DP=0.64$; Pai: $M=2.41$, $DP=0.64$). Não obstante, verificaram que o comportamento do pai e da mãe diferia significativamente nas práticas da coerção física (Mãe: $F_{3, 3025}=18.919$, $p<0.001$; Pai: $F_{3, 3025}=19.146$, $p<0.001$) e na privação (Mãe: $F_{3, 3025}=4.709$, $p=0.030$; Pai: $F_{3, 3025}=6.087$, $p=0.014$). Neste sentido, a privação era mais utilizada nos rapazes (Mãe: $M=1.69$, $DP=0.57$; Pai: $M=1.68$, $DP=0.57$) que nas raparigas (Mãe: $M=1.62$, $DP=0.55$; Pai: $M=1.61$, $DP=0.56$), mas esta tendência manteve-se na coerção física, pois como podemos verificar na Tabela 25, eram os rapazes quem mais recebia castigos físicos (Mãe: $M=1.14$, $DP=0.30$; Pai: $M=1.14$, $DP=0.31$), relativamente às raparigas (Mãe: $M=1.09$, $DP=0.23$; Pai: $M=1.09$, $DP=0.24$).

Como referimos anteriormente, os nossos resultados apontam para a diminuição quer da dimensão aceitação/implicação, quer da coerção/imposição com o aumento da

idade. Contudo, à medida que os adolescentes crescem, consideram que tanto as mães como os pais diminuem o nível de afecto e aumentam a indiferença e a displicência face às situações quotidianas. No nosso estudo, este aumento é mais marcado na indiferença da figura paterna, na qual se salienta ainda uma quebra no diálogo percebido pelos adolescentes mais velhos. Ao longo da adolescência, verificámos também um decréscimo significativo do nível de coerção física, da privação e da coerção verbal dos pais, apesar de esta não ser percebida de uma forma significativa pela amostra de adolescentes portugueses, contrariamente aos espanhóis. Estes resultados parecem ser consistentes com o aumento da autonomia ao longo da adolescência: os pais tendem a recorrer menos ao controlo impositivo e restritivo e a aumentar indiferença, e a displicência, de forma a permitir a negociação das regras, que vão sendo integradas pelos adolescentes (Fleming, 1997; Musitu & García, 2001, 2004a, 2005; Oliva, 2003; Parra & Oliva, 2006; Steinberg, 2005b).

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

A presente investigação insere-se no âmbito da psicologia da adolescência e da família, considerado como primeiro agente de socialização do indivíduo e como tal, de extrema importância para o seu desenvolvimento (Ceballos & Rodrigo, 1998; Musitu & García, 2001, 2004a).

A revisão da literatura permitiu-nos realizar uma breve conceptualização histórica do conceito de adolescência, tida como uma etapa de múltiplas transições - biofisiológicas, cognitivas, psicológicas e emocionais. Estas modificações repercutem-se na forma como os jovens estabelecem as relações nos contextos sociais aos quais pertencem, como o grupo de pares, a escola e a família em geral e os pais em particular (Ceballos & Rodrigo, 1998; Fleming, 1997; Oliva, 2003, 2004, 2006; Oliva & Parra, 2001, 2004; Palacios & Oliva, 2004; Sprinthall & Collins, 2003; Steinberg, 2005a).

Dado que não tem existido um consenso entre os autores na forma como as relações entre pais e filhos adolescentes se desenrolam e modificam, vem dar um novo alento à comunidade científica desde o século XX, com o estudo científico destas relações (Ceballos & Rodrigo, 1998; Hall, 1904; Coleman, 1980, cit. in Palacios & Oliva, 2004; Musitu & García, 2001, 2004a; Oliva 2003, 2004, 2006; Rodrigo & Palacios, 1998; Vitali, 2004). Contudo, embora existam muitos instrumentos sobre estilos de socialização parental e práticas parentais elaborados desde os anos 30, poucos estão validados para a população portuguesa e a maioria destes questionários mede mais as intenções de comportamento subjacentes e crenças dos jovens, do que as práticas educativas ou os estilos parentais (Holden & Edwards, 1989, cit. in Ceballos & Rodrigo, 1998).

Por outro lado, têm-se formado alguns modelos teóricos que tentam explicar estas relações, e operacionalizar os seus pressupostos teóricos, como é o caso Modelo Relacional/Bidimensional e Tipológico proposto por Musitu e García (2001, 2004a) e inclui uma vertente dimensional e outra tipológica (bidimensional e quadripartida).

Neste sentido, a nossa investigação constitui uma tentativa de colmatar tais “carências”, tendo como principais objectivos realizar a validação da *Escala de Estilos de Socialização Parental na Adolescência* (ESPA29), desenvolvida por Musitu e García

(2001, 2004a, 2004b, 2005), e simultaneamente descrever e caracterizar a percepção que uma amostra de adolescentes portugueses tem sobre os mesmos.

A análise dos resultados obtidos no nosso estudo aponta para a existência de uma estrutura bidimensional no instrumento, que se refere às duas dimensões propostas no modelo teórico de Musitu e García (2001, 2004a) – a Aceitação/Implicação e a Coerção/Imposição. Como pudemos verificar, a versão portuguesa da ESPA29 apresenta boas características psicométricas para a sua validação, com elevados níveis de consistência interna e estabilidade temporal bastante satisfatórias em (quase) todas as sub-escalas e nos dois momentos de aplicação. De facto, também os resultados das análises factoriais realizadas foram consistentes com os obtidos na versão original do instrumento, de Musitu e García (2001, 2004a). Estes resultados sugerem-nos que este instrumento é relativamente fiável para aplicar em adolescentes portugueses.

Além disso, as análises diferenciais que realizámos estão em conformidade com os resultados dos últimos estudos: a percepção do comportamento parental é diferente em filhos e filhas, em rapazes e raparigas, e vai-se modificando ao longo da adolescência. Portanto, as dimensões de socialização dos pais mudam em função da idade e do sexo dos adolescentes.

Contudo, contrariamente ao que esperávamos, os participantes do nosso estudo consideravam que a mãe seria mais afectiva nas situações não problemáticas, mas também expressaria uma maior coerção verbal nas situações consideradas como problemáticas e nas quais os adolescentes reagissem de forma desajustada. Tal como referimos anteriormente, a diferença destes resultados face aos obtidos na amostra espanhola talvez se possa dever ao facto de existir um menor número de participantes que considerassem o pai como “figura presente” na sua vida (ex: situações de viuvez, divórcio/separação, ou mesmo por ausência de laço afectivo com este) (Fleming, 1997), ou mesmo ao facto da amostra do nosso estudo ser mais limitada que a espanhola.

Os nossos resultados também mostraram algumas semelhanças em relação aos do estudo original, pois encontramos diferenças estatisticamente significativas no grau de aceitação/implicação percebido quer pelos mais velhos quer pelos mais novos. À medida que os adolescentes crescem, diminui a afectividade dos pais.

Os nossos resultados apontam também para a tendência dos adolescentes

considerarem que grau de indiferença do pai aumenta significativamente à medida que a idade deles aumenta.

Os nossos resultados são semelhantes aos obtidos na amostra espanhola, na qual os autores também encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os quatro grupos de idade. Segundo os adolescentes espanhóis, mãe e pai utilizavam de forma diferenciada a Aceitação/Implicação percebida pelos adolescentes, quer da mãe, como do pai. Assim, à medida que os adolescentes crescem, percebem que os pais se tornam menos envolvidos, o que acontece em ambos os pais, em todas as sub-escalas da dimensão. Contudo, ao contrário do que ocorreu no nosso estudo, os autores obtiveram também diferenças na indiferença e na displicência. Nesta prática, observaram diferenças estatisticamente significativas, quer na mãe, quer no pai entre os adolescentes mais velhos e os mais novos. Neste sentido, existia alguma tendência para a indiferença e a displicência aumentarem com a idade.

Os nossos resultados têm algumas semelhanças e algumas divergências com os obtidos por Musitu e García (2001, 2004a). Em comum, existe o facto de termos encontrado diferenças estatisticamente significativas na percepção da aceitação/implicação da mãe e em todas as práticas que a constituem (afecto, diálogo, indiferença e displicência), bem como no afecto do pai e nas práticas de coerção verbal e privação, nos dois pais. Por outro lado, uma das disparidades prende-se com o facto de não termos obtido diferenças estatisticamente significativas na percepção que os adolescentes têm do pai na aceitação/implicação, no diálogo e na indiferença do pai, em função do sexo. Aliás, contrariamente aos autores, encontramos diferenças estatisticamente significativas na coerção/imposição e na coerção verbal de mães e pais percebidas por rapazes e raparigas.

Finalmente, consideramos ser necessário referir as limitações do nosso estudo. Em primeiro lugar, a amostra do presente estudo, apesar de ser extensa e de cumprir os “requisitos mínimos” necessários para a validação de um instrumento (Moreira, 2004), não é representativa da população de adolescentes portugueses residente em Portugal. O ideal seria que a recolha de dados se realizasse em vários pontos do País e não só nas regiões do Alentejo e Algarve.

Em segundo lugar, o facto de a nossa amostra ser constituída apenas por adolescentes poderá ter ajudado a criar um certo risco de enviesamento na informação dada, principalmente na percepção de respostas socialmente aceites. aZ (Antunes & Fontaine, 2008; Baião, 2008; Baumrind, 1967, 1968, 1971a, 1971b, 1989; Baumrind & Black, 1967; Canavarro & Pereira, 2007; Ceballos & Rodrigo, 1998; Fontaine, 1986; Fontaine et al., 1992; Musitu & García, 2001, 2004a, 2004b, 2005; Steinberg & Morris, 2001; Vitali, 2004).

Além disso, o facto de ser um questionário extenso torna mais difícil controlar variáveis parasitas como o cansaço, o medo de avaliação aquando o seu preenchimento ou as respostas de acordo com o que seria socialmente aceite. Esta limitação coloca-se também ao nível da análise e tratamento dos resultados, que se tornam mais difíceis de organizar e interpretar. Por outro lado, muitos dos itens da ESPA29 são desactualizados para determinados grupos de idade (por exemplo, no caso dos mais novos “se fico por aí com as minhas amigas e/ou amigos e chego tarde a casa de noite”; e dos mais velhos “se como tudo o que me põem na mesa”). Estudos futuros poderiam elaborar uma versão reduzida deste instrumento, de forma a atenuar o risco de enviesamento dos resultados.

Contudo, dado que não existem muitos instrumentos de traduzidos para a língua portuguesa e aferidos ou validados para a população portuguesa, seria importante continuar a realizar estudos para o efeito, de maneira a cruzar a informação entre diversos estudos e a comparar resultados para conhecer mais aprofundadamente as relações entre pais e filhos adolescentes.

Em termos práticos, o nosso estudo poderá contribuir para aprofundar a análise da percepção que os adolescentes têm sobre os estilos de socialização dos seus pais, e para a prática de técnicos, proporcionando-lhes suporte teórico para uma intervenção mais eficaz com famílias e escolas.

CAPÍTULO VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3ª Edição). Braga: Edições Psiquilíbrios.
- Amaro, F. (2004). Famílias Portuguesas: Tendências actuais. In *Cidade Solidária* (Julho 2004, Cap. Social), pp. 2-5.
- Antunes, C. & Fontaine, A. M. (2008). Percepção de Apoio Social na Adolescência: Análise Fatorial Confirmatória da *Escala Social Support Appraisals*. *Paidéia*, 32 (4), 1-13.
- Araújo, A. (2003). Percepção dos estilos educativos parentais e ajustamento psicológico do adulto: comparação entre indivíduos com e sem perturbações depressivas, *Paidéia*, 12 (24), 215-227.
- Arnett, J. J. (1999). Adolescent Storm and Stress, Reconsidered. *American Psychologist*, 54 (5), 317-326.
- Baião, C. (2008). *Aliança Parental e Estilos Parentais em Famílias com e Sem Crianças Autistas*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Baldwin, A. L. (1948). Socialization and the parent-child relationship. *Child Development*, 19 (3), 127-137.
- Baldwin, A. L., Baldwin, C. P., Seegmiller, M. Ford, B., Frank, S. & Ward, P. (1970). *Cognitive contents of mother-child interactions. Final Report*. Ítaca, Nova Iorque: Center for Research Education, Cornell University.
- Barber, B. K. (1996). Parental psychological control: revisiting a neglected construct. *Child Development*, 67, 3296-3319.
- Barber, B. & Lyons, J. (1994). Family processes and adolescents adjustment in intact and remarried families. *Journal of Youth and Adolescence*, 23 (4), 421-436.
- Barber, B., Maughan, S. & Olsen, J. (2005). Patterns of Parenting Across Adolescence.

New Directions for Child and Adolescent Development, 108, 5-16. [Abstract].

- Barber, B. K., Olsen, J. E. & Shagle, S. C. (1994). Associations between Parental Psychological and Behavioral Control and Youth Internalized and Externalized Behaviors. *Child Development*, 65, 1120-1136.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37 (3), 887-907.
- Baumrind, D. (1967). Child cares practices anteceding three patterns of preschool behaviour. *Genetic Psychology Monograph*, 75, 43-88.
- Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs. Authoritative parental control. *Adolescence*, 3, 255-272.
- Baumrind, D. (1971a). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4, 1-32.
- Baumrind, D. (1971b). Harmonious parents and their preschool children. *Developmental Psychology*, 4 (1), 99-102.
- Baumrind, D. (1972). An exploratory study of socialization effects on black children: some black-white comparisons. *Child Development*, 43, 261-267.
- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. D. Pick (Ed.), *Minnesota symposium on child psychology* (Vol.7, pp. 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Baumrind, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 5 (108), 61-69.
- Baumrind, D. & Black, A. E. (1967). Socialization practices associated with dimensions of competence in preschool boys and girls. *Child Development*, 38, 291-327.
- Brown, B. B., Lamborn, S. L., Mounts, N. S., & Steinberg, L. (1993). Parenting practices and peer group affiliation in adolescence. *Child Development*, 64, 467-482.
- Becker, L. (2000). *Effect Size (ES)*, pp.1-14. Documento não publicado. Retirado de <http://www.uccs.edu/~faculty/lbecker/> no dia 18 de Janeiro de 2011.

- Buri, J. R. (1991). Parental Authority Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57 (1), 110-119. [Abstract].
- Canavarro, M. & Pereira, A. (2007). A Percepção dos Filhos sobre os Estilos Educativos Parentais: a Versão Portuguesa do EMBU-C. *Revista Ibero-Americana de Diagnóstico y Evaluación/Avaliação Psicológica*, 24 (2), 193-210.
- Carretero, M. & León, A. (2004). Do pensamento formal à mudança conceitual na adolescência. In C. Coll, A. Marchesi, J. Palacios, et al. (Eds.), *Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia Evolutiva* (6ª Edição, Vol. 1) (pp. 323-334). Brasil: Artmed Editora.
- Casarín, A., Murguía, R. & Infante, T. (2008). Estilos parentales y sintomatología depresiva en una amuestra de adolescentes veracruzanos. *Enseñanza y Investigación en Psicología*, 13 (1), 91-105,
- Cavaco, V. (2007). *Caracterização dos Estilos Parentais na Toxicodependência*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia da Saúde. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve.
- Ceballos, E. & Rodrigo, M. (1998). Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In M. Rodrigo & J. Palacios (Coord.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 225- 260). Madrid, Espanha: Alianza Editorial, S.A.
- Chao, R. (1994). Beyond parental control and authoritarian parenting style: understanding Chinese parenting through the cultural notion of training. *Child Development*, 65, 1111-1119.
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2ª Ed.). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Coleman, J. C. (1993). Adolescence in a Chancing World. In Jackson, S. & Rodriguez-Tomé, H. (Eds.). *Adolescence and its Social Worlds* (2ª Edição) (pp. 251-268). Reino Unido: Lawrence Erlbaum Associates, Ltd.
- Conboy, J. (2003). Algumas medidas típicas univariadas para calcular a magnitude do

- efeito. *Análise Psicológica*, 2 (XXI), 145-158.
- Costa, F., Teixeira, M. & Gomes, W. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 13 (3), 465-473.
- Dallal, G. (2001). Multi-Factor Analysis of Variance. In Dallal, G. (2006). *The Little Handbook of Statistical Practice*. Retirado de <http://www.jerrydallal.com/LHSP/anova2model.htm> no dia 18 de Janeiro de 2011.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context. An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- Dornbusch, S. M., Ritter, P. L., Leiderman, H. P., Roberts, D. F. & Fraleigh, M. L. (1987). The relation of parenting style to adolescent school performance. *Child Development*, 58 (5), 1244-1257.
- Eccles, J. S., Midgley, C., Wigfield, A., Buchanan, C. M., Reuman, D., Flanagan, C., & MacIver, D. (1993). Development during adolescence: The impact of stage-environment fit on adolescents' experiences in schools and families. *American Psychologist*, 48, 90-101. [Abstract].
- Ensminger, M. E. (1990), Sexual Activity and Problem Behaviors among Black, Urban Adolescents. *Child Development*, 61, 2032-2046. [Abstract].
- Fernandes, H. (2007). *O bem-estar psicológico em adolescentes. Uma abordagem centrada no florescimento humano*. Tese de Doutorado na área de Psicologia. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto-Douro.
- Fleming, M. (1997). *Adolescência e Autonomia – o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Fletcher, A. C., Steinberg, L., & Williams-Wheeler, M. (2004). Parental influences on adolescent problem behavior: Revisiting Stattin and Kerr. *Child Development*, 75, 781-796. [Abstract].
- Fletcher, A., Walls, J., Cook, E., Madison, K. & Bridges, T. (2008). Parenting Style as a Moderator of Associations Between Maternal Disciplinary Strategies and Child Well-Being. *Journal of Family Issues*, 29 (12), 1724-1744.

- Fontaine, A. M. (1986). Práticas educativas de mães Portuguesas. Diferenças em função do nível socioeconómico e da zona de residência da família. *Análise Social*, XXII (92-93), 795-811.
- Fontaine, A. M., Campos, B. & Musitu, G. (1992). Percepção das Interações Familiares e Conceito de Si Próprio na Adolescência. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 69-78.
- Fonte, L. (2004). *Novas Famílias – A monoparentalidade e a adoção*. Monografia final da Licenciatura em Psicologia. Instituto Superior da Maia. Retirado de www.psicologia.com.pt a 14 de Janeiro de 2010.
- Frias, M., Pascual, J. & García, F. (2000). Tamaño del efecto del tratamiento y significación estadística. *Psicothema*, 12 (Supl. nº 2), 236-240.
- Frias, M., Pascual, J. & García, F. (2002). La hipótesis nula y la significación práctica. *Metodología de las Ciencias del Comportamiento* (Volume Especial), 181-185.
- García, F. & Gracia, E. (2009). Is always Authoritative the optimum parenting style? Evidence from Spanish families. *Adolescence*, 44 (173), 101-131.
- George, D. & Mallery, P. (1999). *SPSS for Windows Step by Step. A simple Guide and Reference*. E.U.A.: Allyn and Bacon.
- Gleitman, H. (Ed.) (2002). *Psicologia*. (Trad. por D. Silva). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jacobson, K. C., & Crockett, L. J. (2000). Parental monitoring and adolescent adjustment: An ecological perspective. *Journal of Research on Adolescence*, 10 (1), 65-97. [Abstract].
- Kauffmann, D. (2000). *A família reconstituída e o seu ciclo vital: uma análise qualitativa dos seus perfis*. Monografia apresentada ao Programa de Iniciação Científica para a título de Psicólogo. São Paulo, Brasil: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Lamborn, S. & Steinberg, L. (1993). Emotional Autonomy Redux: Revisiting Ryan and Lynch. *Child Development*, 64,483-499.
- Lamborn, S., Mounts, N., Steinberg, L. & Dornbusch, S. (1991). Pattern of competence

- and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049-1065.
- Leite, S. (2004). *Familia: realidades e desafios. As Famílias reconstituídas nos censos 2001*. Seminário apresentado no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa (18-19 de Novembro de 2004).
- Lewis, C. (1981). The effects of parental firm control: a reinterpretation of the findings. *Psychological Bulletin*, 90, 547-563. [Abstract].
- Lila, M., Buelga, S. & Musitu, G. (2006). *Programa LISIS: Las relaciones entre padres e hijos en la adolescencia*. Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide.
- Lila, M., Musitu, G. & Buelga, S. (2000). Adolescentes Colombianos y Españoles: Diferencias, similitudes y relaciones entre la autoestima familiar y los valores. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 32 (2), 301-319.
- Linver, M S., & Silverberg, S. B. (1997). Maternal predictors of early adolescent achievement-related outcomes: Adolescent gender as moderator. *Journal of Early Adolescence*, 17, 294-318. [Abstract].
- Llinares, L. (1998). *La Configuración del Autoconcepto y los Valores en el Contexto Familiar. Un estudio de su socialización en la adolescencia*. Tese de Doutoramento. Valência, Espanha: Faculdade de Psicologia. Universidade de Valência. [Abstract].
- López-Jáuregui, A. & Elosua, P. (2009). Adaptation of the ESPA29 Parental Socialization Styles Scale to the Basque Language: Evidence of Validity. *The Spanish journal of Psychology*, 12 (2), 737-745.
- Lorence, B. (2007). *Procesos de socialización parental con adolescentes de familias en situación de riesgo psicosocial*. V Premio Joven de Investigación de Familias 2007. Sevilha, Espanha: Fundación Acción Familiar.
- Maccoby, E. (1975). *Socialization theory: where do we go from here?* Artigo apresentado na Annual Conference of the Western Psychological Association, em Sacramento, California: E.U.A.
- Maccoby, E. (1984). Socialization and Developmental Change. *Child Development*, 55,

317-328.

- Maccoby, E. (2000a). Perspectives on gender development. *International Journal of Behavioral Development*, 24 (4), 398-406.
- Maccoby, E. (2000b). Parenting and its effects on children: On reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In E. M. Hetherington & P. S. Mussen (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality and social development* (pp. 1-101). Nova Iorque: Wiley.
- Mansager, E. & Volk, R. (2004). Parent's Prism: Three Dimensions of Effective Parenting. *Journal of Individual Psychology*, 60 (3), 277-293.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS* (2ª Edição Revista e Corrigida). Lisboa: Edições Sílabo.
- Martínez, I. (2005). *Estudio transcultural de los estilos de socialización parental*. Cuenca, Espanha: Edições da Universidade de Castilla - La Mancha.
- Martínez, I. & García, F. (2008). Internalization of values and self-esteem among Brazilian teenagers from authoritative, indulgent, authoritarian, and neglectful homes. *Adolescence*, 43 (169), 13-29.
- Martínez, I., García, F., Camino, L. & Camino, C. (in press). Socialização Parental: Adaptação ao Brasil da escala ESPA29. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (1), 1-24.
- Martínez, I., García, F. & Yubero, S. (2007). Parenting styles and adolescents' self-esteem in Brazil. *Psychological Reports*, 100, 731-745.
- Martínez, I., Musitu, G., García, F. & Camino, L. (2003). Un análisis intercultural de los efectos de la socialización familiar en el autoconcepto: España y Brasil. *Psicologia, Educação e Cultura*, VII (2), 239-259.
- Martínez, J. & Fuertes, A. (1999). Importancia del clima familiar y la experiencia de pareja en las relaciones de amistad adolescentes. *Revista de Psicología Social*, 14 (2-3), 235-250. [Abstract].

- Melo, A. (2005). *Emoções no período escolar: estratégias parentais face à expressão emocional e sintomas de internalização e externalização da criança*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia Clínica. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Milevsky, A., Schlechter, M., Netter, S. & Keehn, D. (2007). Maternal and Paternal Parenting Styles in Adolescents: Associations with Self-Esteem, Depression and Life-Satisfaction. *Journal of Child and Family Studies*, 16, 39-47.
- Moraes, R., Camino, C., Costa, L. B., Camino, L. & Cruz, L. (2007). Socialização Parental e Valores: Um Estudo com Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (1), 167- 177.
- Moreira, J. M. (2004). *Questionário: teoria e prática*. Coimbra: Almedina Editora.
- Morgado, J., Maroco, J., Miguel, M., Machado, R. & Dias, C. (2006). *Percepção de estilos parentais e suporte social em adolescentes – relação com o comportamento em contexto escolar*. Artigo apresentado no VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, pp. 2-16.
- Muijs, D. (2004). *Doing Quantitative Research in Education with SPSS*. Londres, Grã-Bretanha: Sage Publications.
- Musitu, G. (2002). *Las conductas violentas y delictivas del adolescente en la escuela*. Aula Abierta nº 79. (pp. 109-138). Projecto de investigação financiado pelo Ministério de Educação e Ciência. Espanha: Universidade de Valência.
- Musitu, G. & Garcia, F. (2001). *Manual da ESPA29 - Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia (1ª Edição)*. Madrid, Espanha: TEA Ediciones, S.A.
- Musitu, G. & Garcia, F. (2004a). *Manual da ESPA29 - Escala de Estilos de Socialización Parental en la Adolescencia (2ª Edição)*. Madrid, Espanha: TEA Ediciones, S.A.
- Musitu, G. & Garcia, F. (2004b). Consecuencias de la socialización parental en la cultura española. *Psicothema*, 16 (2), 297-302.
- Musitu, G. & Garcia, F. (2005). Consecuencias de la socialización parental en la cultura Española. *Psychology in Spain*, 9 (1), 34-40.

- Nunes, C., Lemos, I. & Valadas, S. (2008). *Questionário de Dados Sócio-Demográficos e Familiares* (documento não publicado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Gambelas: Universidade do Algarve.
- Oliva, A. (2003). Adolescencia en España a principios del siglo XXI. *Cultura y Educación*, 15 (4), 373-383.
- Oliva, A. (2004). Desenvolvimento social durante a adolescência. In C. Coll, A. Marchesi, J. Palacios, et al. (Eds.), *Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva* (6ª ed., Vol. 1) (pp. 350-367). Brasil: Artmed Editora.
- Oliva, A. (2006). Relaciones familiares y desarrollo adolescente. *Anuario de Psicología*, 37 (3), 209-223.
- Oliva, A. & Parra, A. (2001). Autonomía emocional durante la adolescencia. *Infancia y Aprendizaje*, 24 (2), 181-196.
- Oliva, A. & Parra, A. (2004). Contexto familiar y desarrollo psicológico durante la adolescencia. In E. Arranz (Ed.), *Familia y desarrollo psicológico* (pp. 96-123). Madrid: Pearson Educación.
- Oliva, A., Parra, A. & Sánchez-Queija, I. (2002). Relaciones con padres e iguales como predictoras del ajuste emocional y conductual durante la adolescencia. *Apuntes de Psicología*, 20, 3-16.
- Oliva, A., Parra, A., Sánchez-Queija, I. & López, F. (2007). Estilos educativos materno y paterno: Evaluación y relación con el ajuste adolescente. *Anales de Psicología*, 18 (1), 49-56.
- Oliveira, J. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Palacios, J. & Oliva, A. (2004). A adolescência e o seu significado evolutivo. In C. Coll, A. Marchesi, J. Palacios, et al. (Eds.), *Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia Evolutiva* (6ª Edição, Vol. 1) (pp. 309-322). Brasil: Artmed Editora.
- Palacios, J. & Rodrigo, M. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. Rodrigo & J. Palacios (Coord.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid, Espanha: Alianza Editorial, S.A.
- Parra, A. & Oliva, A. (2002). Comunicación y conflicto familiar durante la

- adolescência. *Anales de Psicología*, 18 (2), 215-231.
- Parra, A. & Oliva, A. (2006). Un análisis longitudinal sobre las dimensiones relevantes del estilo parental durante la adolescencia. *Infancia y Aprendizaje*, 29 (4), 453-470.
- Parra, A., Oliva, A. & Sánchez-Queija, I. (2004). Evolución y determinantes de la autoestima durante los años adolescentes. *Anuario de Psicología*, 35 (3), 331-246.
- Pascual, J., Frías, M. & García, F. (2004). Usos y abusos de la significación estadística: propuestas de futuro (Necesidad de nuevas normativas editoriales?). *Metodología de las Ciencias del Comportamiento*, (Volume Especial), 465-469.
- Pascual, J., García, F. & Frías, M. (2000). Significación estadística, importancia del efecto y replicabilidad de los datos. *Psicothema*, 12 (Supl. nº 2), 408-412.
- Peers, I. (1996). *Statistical Analysis for Education and Psychology Researchers*. Londres, Reino Unido: The Palmer Press.
- Pereira, A. (2006). Guia prático de utilização do SPSS. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia (3ª Edição Revista e Corrigida). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (1998) *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS* (2ª edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2003) *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. (3ª Edição Revista e Aumentada). Lisboa: Edições Sílabo.
- Relvas, A. P. (2000). Adolescente(s), Família(s) e Escola(s). In M. T. Medeiros (Coord.), *Adolescência: Abordagens, Investigações e Contextos de Desenvolvimento* (Cap. 4, pp.48-77). Lisboa: Direcção-Geral de Educação.
- Rodrigo, M. & Palacios, J. (1998). Conceptos y dimensiones en el análisis evolutivo-educativo de la familia. In M. Rodrigo & J. Palacios (Coord.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 45-70). Madrid, Espanha: Alianza Editorial, S.A.
- Rosnow, R. & Rosenthal, R. (1996). Computing contrasts, effect sizes, and counter nulls on other people's published data: General procedures for research

- consumers. *Psychological Methods*, 1 (4), 331-340. [Abstract].
- Salvador, A. (2007). *Análise da relação entre práticas educativas parentais, envolvimento com tarefas escolares, depressão e desempenho acadêmico de adolescentes*. Dissertação de Mestrado na área de Educação, especialização em Educação. Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Paraná.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (1994), Urban Poverty and the Family Context of Delinquency: A New Look at Structure and Process in a Classic Study. *Child Development*, 65, 523-540. [Abstract].
- Santos, V. (2008). *Stress parental e práticas parentais em mães de crianças com perturbação de hiperactividade com défice de atenção*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Scarr, S. (1993). Biological and cultural diversity: The legacy of Darwin for development. *Child Development*, 64, 1333-1353.
- Shek, D. (2000). Differences between fathers and mothers in the treatment of, and relationship with, their teenage children: perceptions of Chinese adolescents. *Adolescence*, 35 (137), 135-147. [Abstract].
- Shek, D. (2001a). Chinese Adolescents' Perceptions of Parenting Styles of Fathers and Mothers. *The Journal of Genetic Psychology*, 156 (2), 175-190.
- Shek, D. (2001b). Paternal and Maternal Influence on Family Functioning Among Hong Kong Chinese Families. *The Journal of Genetic Psychology*, 162 (1), 56-74.
- Slicker, E. (1998). Relationship of Parenting Style to Behavioral Adjustment in Graduating High School Seniors. *Journal of Youth and Adolescence*, 27 (3), 345-372.
- Smetana, J. G. (1989). Adolescents' and Parents' Reasoning about Actual Family Conflict. *Child Development*, 60, 1052-1067.
- Smetana, J. G. (1995). Parenting styles and conceptions of parental authority during adolescence. *Child Development*, 66, 299-316.
- Spera, C. (2005). A Review of the Relationship Among Parenting Practices, Parenting

- Styles, and Adolescent School Achievement. *Educational Psychology Review*, 17 (2), 127-147.
- Sprinthal, N. & Collins, W. (2003). *Psicologia do Adolescente – Uma Abordagem Desenvolvimentista* (3ª Edição). (Trad. por C. Vieira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinberg, L. (2000). The Family at Adolescence: Transition and Transformation. *Journal of Adolescent Health*, 27, 170-178.
- Steinberg, L. (2005a). Cognitive and affective development in adolescence. *TRENDS in Cognitive Sciences*, 9 (2), 69-74.
- Steinberg, L. (2005b). Psychological Control: Style or Substance? *New directions for child and adolescent development*, (108), 71-78.
- Steinberg, L., Lamborn, S., Darling, N., Mounts, N. S. & Dornbusch., S. M. (1994). Over-time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 65, 754-770.
- Steinberg, L., Lamborn, S. D., Dornbusch, S. M., & Darling, N. (1992). Impact of Parenting Practices on Adolescent Achievement: Authoritative Parenting, school involvement and encouragement to succeed. *Child Development*, 63, 1266-1281.
- Steinberg, L. & Morris. A. (2001). Adolescent Development. *Annual Review of Psychology*, 52 (1), 83-110.
- Steinberg, L. & Silverberg, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57, 841-851.
- Tristão, N. (2009). *Influência das práticas parentais nas estratégias de coping e de savoring utilizadas pelos adolescentes em contexto escolar*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia da Educação e da Orientação. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Turiel, E. (2005). The many faces of parenting. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 7 (108), 79-88.

Vitali, I. (2004). “*Como nossos pais?*” *A transmissão intergeracional dos estilos parentais*. Dissertação de Mestrado na área de Psicologia, especialização em Psicologia da Infância e da Adolescência. Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Paraná.

Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.